

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP
Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção

Luiz Limeira De Souza Junior

“Tu o dizes, eu sou rei” (Jo 18,37): sobre a Realeza de Jesus Cristo

Bacharelado em Teologia

São Paulo
2026

Luiz Limeira De Souza Junior

“Tu o dizes, eu sou rei” (Jo 18,37): sobre a Realeza de Jesus Cristo

Bacharelado em Teologia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel Teologia, sob a orientação do Prof. Dr. Pe. Tiago Gurgel do Vale.

São Paulo
2026

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Souza Junior, Luiz Limeira de
"Tu o dizes, eu sou rei" (Jo 18,37): sobre a Realeza de
Jesus Cristo. / Luiz Limeira de Souza Junior. -- São
Paulo: [s.n.], 2026.
111p. ; 7 cm.

Orientador: Tiago Gurgel do Vale.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Graduação em Teologia,
2026.

1. Concílio Vaticano II. 2. Realeza de Jesus Cristo . 3.
Reino de Deus . 4. Tríplice Múnus. I. Vale, Tiago Gurgel do.
II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Trabalho
de Conclusão de Curso para Graduação em Teologia. III. Título.

CDD

Banca Examinadora

Ao Reino de Deus e à Santa Mãe Igreja, instaurados entre nós pelo Pai, em Jesus Cristo, Rei-Servo, crucificado e ressuscitado pela força do Espírito Santo, dedico não só este trabalho, mas minha vida, especialmente à Diocese de Santo André.

À Bem-Aventurada Virgem Maria de Guadalupe, Rainha e Imperatriz da América Latina.

Aos meus pais, Luiz e Helizenira, à minha irmã, Simone.

AGRADECIMENTOS

Primeira e eternamente agradeço a Deus, Rei e Senhor, que desempenha sua realeza não com honras e glórias, mas com serviço e entrega de vida, por ser a causa, origem e finalidade de minha vida que, pelo Batismo, me chama ao múnus real, no serviço e entrega de vida cotidianos, a Ele e ao povo de Deus, que escolheu para Si. Pelo dom da vida; pela vocação; por todo o processo formativo e pela vida ministerial que, por sua graça e vontade, somada à vontade da Igreja e minha, será vivenciada; pela alegria da vida; pela inspiração na caminhada; pelo sustento nos momentos de fraqueza; e consolo nos momentos de aflição, a minha eterna gratidão.

À Santa Mãe Igreja, fiel discípula, serva e transmissora do Reino, em especial à Igreja Particular da Diocese de Santo André, por meio da pessoa do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Pedro Carlos Cipollini, bispo diocesano, que, “Em nome de Jesus” (Cl 3,17), me acolheu no seminário desta diocese para realizar meu discernimento vocacional, e formação rumo ao ministério ordenado. Com Santo André Apóstolo, que ao reconhecer o Messias-Rei, que não veio para ser servido, mas para servir e dar a vida em resgate de muitos (Mt 20,28), Jesus Cristo, parte para anunciá-lo por primeiro a seu irmão Simão Pedro, e o leva até Jesus (Jo 1,40-42), agradeço a esta Diocese, confiada a seu patrocínio, por ensinar-me a importância da centralidade do anúncio de Cristo e de seu Reino a ser feito a todos e da missão eclesial de cada batizado de guiar os irmãos ao encontro com o Deus vivo e verdadeiro, e por ajudar-me a discernir a vocação para viver esta missão em minha vida.

Nesta Igreja Particular, ao Seminário Diocesano de Santo André, em todos os seus colaboradores e conselho de formadores, especialmente ao senhor reitor da casa de teologia, Padre Cauê Ribeiro Fogaça pela formação e acompanhamento pastoral, além do auxílio nesta pesquisa. Ao padre Rafael Capelato, diretor de estudos da casa, por todo o apoio, ajuda, e incentivo não só para fazer este trabalho, mas no fazer teológico e no trabalho pastoral. Também a todos os meus irmãos de seminário, mormente à minha turma, David Rodolfo Campos Silva, Eduardo de Amorim, Haroldo Alves Monteiro e Jefferson Expedito Almeida pela convivência e amizade. Fora estes, agradeço a todos os outros demais colegas e amigos de seminário, seja os que ainda perseveraram comigo no processo formativo ou a todos os que já foram ordenados. Não poderia deixar de render um agradecimento especial ao Seminarista Eduardo Barbosa Pereira, pela amizade e companheirismo em vida e, do céu, pela sua intercessão.

A todas as paróquias que, com suas colaborações, sustentam este Seminário, especialmente com suas orações, e possibilitam a formação de novos presbíteros, especialmente a Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe, ela que é Rainha e Imperatriz da América Latina, onde cresci, recebi os sacramentos e donde foi enviado ao seminário; e às paróquias em que passei realizando estágio pastoral, mormente às paróquias Cristo Rei e Bom Jesus de Piraporinha, ambas em Diadema, por despertarem meu amor por Jesus Cristo Rei, que, antes de ser ressuscitado, glorioso e exaltado entre os anjos é o Bom Jesus, que padece os sofrimentos e entrega a vida na cruz por amor à humanidade, em atitude de amor-serviço.

À Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, em todos os seus funcionários, equipe de coordenação e direção e, sobretudo, ao corpo docente, por transmitirem a rica tradição teológica, na intelecção da Revelação Divina; especialmente ao Prof. Dr. Tiago Gurgel do Vale, que orientou esta pesquisa. Também aos professores que coorientaram, Prof. Dr. Pe. Reuberson Rodrigues Ferreira, MSC, e o Prof. Dr. Pe. Boris Agustin Nef Ulloa, desde o acompanhamento do projeto deste trabalho, até ser levado a termo. Como também ao professor leitor deste Trabalho, e todos os colegas de turma.

A todos os meus amigos que depositam, incansavelmente, a sua confiança em mim, especialmente a Victor Marques da Silva, por ser o melhor amigo que alguém poderia ter, sendo tão fiel e solícito em todos estes anos de amizade, particularmente nos momentos mais difíceis e conturbados da vida, com quem partilhei e partilho os maiores momentos de alegria e as maiores risadas.

Por fim, mas não menos importante, à minha família: meu pai, Luiz Limeira de Souza, minha mãe, Helizenira Medeiros Lira de Souza, e minha irmã, Simone Cristina Lira de Souza, por todo o amor e carinho com que fui cercado desde a minha concepção, e por toda a compreensão e apoio, em todas as escolhas que fiz em minha vida. Sem eles, não sei o que seria de mim; indubitavelmente são o segundo motivo pelo qual sou o que sou, sendo Deus o primeiro; por isso, agradeço não somente a eles, mas também a Deus, que por sua Graça e Misericórdia, me colocou na vida deles.

*Teu reino é bem diferente,
não é como estes do mundo,
fundado no poder-dominação,
de alguns sobre todos demais.
É o reino da vontade do Pai,
que nos ama como seus filhos,
e funda a mesa da irmandade,
pois quer liberdade pra todos,
e que forja a paz da justiça,
que cuida dos sofredores,
e inclui os marginalizados,
na comunhão entre iguais,
pois somos todos amados,
chamados a amar e servir.
Viva Jesus, Rei do universo,
Rei que nos abriu o caminho,
do cultivo do poder-servidor
que se move na graça do amor.
Edward Guimarães*

“O Reino de Deus não é um conceito, uma doutrina, um programa sujeito a livre elaboração, mas é, acima de tudo, *uma Pessoa* que tem o nome e o rosto de Jesus de Nazaré, imagem do Deus invisível” (São João Paulo II, *Redemptoris Missio*, n. 18, grifos do autor).

RESUMO

SOUZA JUNIOR, Luiz Limeira de. **“Tu o dizes: eu sou Rei” (Jo 18,37): Sobre a Realeza de Jesus Cristo.**

A realeza de Jesus Cristo é importante temática para a teologia, pois imprime um modo de ser, agir e relacionar-se com os irmãos e irmãs a todos os cristãos. Indubitavelmente, Jesus é Rei. A pesquisa quer compreender a natureza da realeza de Jesus Cristo, isto é, como ele a viveu e os seus elementos mais importantes que se revelarão presentes sobretudo no seu anúncio do Reino de Deus em seu mistério pascal. Precede-se a isto uma pesquisa dos elementos veterotestamentários e da vida oculta de Jesus, antes do início de seu ministério, que tornam possível assimilar a centralidade do tema. Ademais, busca compreender como tal realeza se implica e quais são seus efeitos eclesiológicos e pastorais na vida hodierna da Igreja, sobretudo à luz do Concílio Vaticano II. Cristo conclama sua Igreja a reinar com ele, sobretudo ao conferir a cada fiel o seu tríplice múnus de sacerdote, profeta e rei. Ao termo da pesquisa, ver-se-á que, para o Rei Jesus Cristo e, por conseguinte, para sua Igreja, povo de Deus, reinar é servir.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II; Mistério Pascal; Realeza de Jesus Cristo; Rei; Reino de Deus; Tríplice múnus.

ABSTRACT

SOUZA JUNIOR, Luiz Limeira de. ***“You say that I am a king” (Jo 18,37): about the Jesus Christ’s kingship.***

The kingship of Jesus Christ is a significant theme for theology, for it shapes a way of being, acting, and relating to one’s brothers and sisters for all Christians. Undoubtedly, Jesus is King. Based on this, the study aims to clarify the nature of Jesus Christ’s kingship, namely, how he lived it and its central elements, primarily revealed in his proclamation of the Kingdom of God and in his Paschal Mystery. Such an inquiry is preceded by an investigation of the Old Testament elements and of the hidden life of Jesus, before the beginning of his ministry, which makes it possible to grasp the centrality of the theme. Furthermore, it seeks to examine the implications of Christ’s Kingship and its ecclesiological and pastoral effects it has on the contemporary life of the Church, especially in light of the Second Vatican Council. In this context, Christ calls his Church to reign with him, particularly by conferring upon each of the faithful the threefold office of priest, prophet, and king. The study concludes that for Jesus Christ, the King, and consequently for his Church, the People of God, to reign is to serve.

Keywords: *Second Vatican Council; Paschal Mystery; Kingship of Jesus Christ; King; God’s Kingdom; Threefold office.*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Antigo Testamento

Gn	Gênesis
Ex	Êxodo
Nm	Números
Dt	Deuteronômio
Jz	Juízes
1Sm	Primeiro livro de Samuel
2Sm	Segundo livro de Samuel
1Rs	Primeiro livro dos Reis
2Rs	Segundo livro dos Reis
Est	Ester
1Mc	Primeiro livro dos Macabeus
Sl	Salmos
Ct	Cântico dos cânticos
Is	Isaías
Jr	Jeremias
Ez	Ezequiel
Dn	Daniel
Mq	Miquéias
Zc	Zacarias

Novo Testamento

Mt	Evangelho de Jesus Cristo segundo Mateus
Mc	Evangelho de Jesus Cristo segundo Marcos
Lc	Evangelho de Jesus Cristo segundo Lucas
Jo	Evangelho de Jesus Cristo segundo João
At	Atos dos Apóstolos
Rm	Carta de São Paulo aos Romanos
1Cor	Primeira Carta de São Paulo aos Coríntios

2Cor	Segunda Carta de São Paulo aos Coríntios
Gl	Carta de São Paulo aos Gálatas
Fl	Carta de São Paulo aos Filipenses
Hb	Carta aos Hebreus
1Pd	Primeira Carta de São Pedro
1Jo	Primeira Carta de São João
Ap	Apocalipse de São João

Documentos da Igreja e dos papas

AA	Decreto <i>Apostolicam Actuositatem</i>
ACR	Carta Encíclica <i>Ad Caeli Reginam</i>
CD	Decreto <i>Christus Dominus</i>
CDC	Código de Direito Canônico (1983)
CIgC	Catecismo da Igreja Católica
CL	Exortação apostólica pós-sinodal <i>Christifideles Laici</i>
CV	Exortação apostólica pós-sinodal <i>Christus Vivit</i>
DI	Declaração <i>Dominus Iesus</i>
DT	Exortação Apostólica <i>Dilexi Te</i>
DV	Constituição Dogmática <i>Dei Verbum</i>
EG	Exortação apostólica <i>Evangelii Gaudium</i>
GE	Exortação apostólica <i>Gaudete et Exsultate</i>
GS	Constituição Pastoral <i>Gaudium et Spes</i>
LG	Constituição Dogmática <i>Lumen Gentium</i>
MC	Carta Encíclica <i>Mystici Corporis</i>
MPf	Nota <i>Mater Populi fidelis</i>
PO	Decreto <i>Presbyterorum Ordinis</i>
QP	Carta Encíclica <i>Quas Primas</i>
RM	Carta Encíclica <i>Redemptoris Missio</i>
RH	Carta Encíclica <i>Redemptor Hominis</i>

Outros livros e abreviaturas

a.C.	antes de Cristo
------	-----------------

cân.	cânon
cânn.	cânones
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DH	Denzinger - Hünermann
MR	Missal Romano
RBC	Ritual do Batismo de Crianças
RICA	Ritual da Iniciação Cristã de Adultos
p.	página
v.	versículo

SUMÁRIO

1. Introdução.....	15
2. Pressupostos da realeza de Jesus no Antigo Testamento e em sua vida oculta.....	18
2.1 A expectativa do povo de Israel pelo Messias-Rei	18
2.1.1 Messias / Messianismo e monarquia davídica	19
2.1.2 Pastoreio de Israel	29
2.2 A realeza na vida oculta de Jesus	31
2.2.1 O Anúncio do Anjo.....	31
2.2.2 Nascimento e a visita dos pastores e Magos	33
2.2.3 O Batismo e o Batista, precursor do Messias.....	38
2.3 Conclusão preliminar	41
3. A Manifestação da Realeza de Cristo: o anúncio do Reino e o Mistério Pascal.....	42
3.1 O Anúncio do Reino de Deus	42
3.1.1 A pessoa de Jesus: o Messias, filho de Davi e Filho do Homem	43
3.1.2 O Rei e o Reino	44
3.1.3 <i>Autobasileia</i> : as palavras, parábolas e ações de Jesus Cristo e seu Reino	49
3.2 O mistério Pascal de Jesus Cristo	53
3.2.1 A entrada em Jerusalém.....	53
3.2.2 O julgamento diante de Pilatos.....	56
3.2.3 A Ressureição do Rei.....	65
3.3 Segunda vinda, Parusia	67
3.4 Conclusão preliminar	68
4. A realeza de Jesus Cristo no tempo da Igreja.....	70
4.1 A relação entre o Reino de Deus e a Igreja	71
4.2 O <i>múnus régio</i> de Cristo nos fiéis à luz do Concílio Vaticano II.....	76
4.2.1 A graça batismal e o <i>tríplice múnus</i> de Cristo	77
4.2.2 O <i>múnus régio</i> e os ministros ordenados	80
4.2.3 O <i>múnus régio</i> e os fiéis leigos	84
4.3 Disposições éticas de um reinado de Deus	92
4.4 Conclusão preliminar	97
5. Conclusão.....	98
Referências Bibliográficas.....	100

1. INTRODUÇÃO

“Tu o dizes: Eu sou Rei” (Jo 18,37). A resposta de Jesus à pergunta de Pôncio Pilatos, no julgamento que resultou em sua condenação à morte de cruz, trata-se de uma afirmação categórica, ao menos no Evangelho segundo João. Jesus não apenas afirma que é Rei, mas completa: “[...] Para isto nasci e vim ao mundo [...]” (Jo 18,37); em seguida, fala acerca da verdade e de seu testemunho. Sem dúvidas, Jesus é Rei. Para isto, para reinar, anunciar e instaurar a novidade salvífica do Reino de Deus à humanidade é que o Verbo Eterno do Pai se faz carne, se faz homem, se faz um de nós. Este trabalho de pesquisa possui como escopo o objetivo de compreender, em linhas gerais, a realeza de Jesus Cristo, isto é, como Jesus é Rei, e quais são as implicações de tal realeza na vida eclesial, sobretudo na realidade dos fiéis batizados. Para tanto, divide-se em três capítulos:

No primeiro, busca-se vislumbrar os *Pressupostos da realeza de Jesus no Antigo Testamento e em sua vida oculta*, isto é, compreender quais são os antecedentes veterotestamentários, sobretudo sob os conceitos de Messias e sua ligação com a função real e a ligação desta com a função pastoral. A realidade real é profundamente presente no Antigo Testamento, sobretudo devido a uma das muitas expectativas messiânicas deste longo período histórico, que era justamente uma expectativa messiânica real-davídica; tal expectativa é objeto de estudo pois leva a compreender como parcela do povo de Deus no tempo de Jesus compreendia e esperava por um Messias-Rei. Esta, de certo modo e com ressalvas, vai ser vivenciado por Jesus. Ainda no primeiro capítulo, busca-se ver os elementos reais presentes na vida oculta de Jesus, isto é, em sua vida antes de iniciar o seu ministério, sobretudo em acontecimentos e perícopes bíblicas como o anúncio do Anjo à Bem-aventurada Virgem Maria, o nascimento de Jesus e a visita dos pastores e magos do Oriente e mesmo no personagem de São João Batista, precursor do Messias.

Tendo-se vislumbrado os elementos precedentes e pressupostos para compreender a realeza de Jesus Cristo, o segundo capítulo, intitulado *A manifestação da Realeza de Cristo: o anúncio do Reino de Deus e o Mistério Pascal*, debruça-se sobre a centralidade do tema da realeza de Jesus que são justamente o anúncio do Reino de Deus, tarefa central no ministério de Jesus e os acontecimentos de sua paixão, morte e ressurreição, nos quais Jesus manifesta-se como o Rei que é e apresenta qual e como é a sua realeza, sobretudo no alto da cruz. De certo modo, busca-se vislumbrar como Jesus frustra as expectativas de um Messias-Rei político e poderoso, e se apresenta como um servo a quem reinar é servir, mesmo que passando por humilhações e torturas, e sobretudo doando a sua vida de bom grado, tendo em vista a salvação

de toda a humanidade. O mistério de Cristo, desde os antecedentes de sua encarnação, passando por esta e por toda a sua vida, culminando na vivência do seu mistério pascal, são indispensáveis para vislumbrar o mistério de sua realeza e como esta ilumina o mistério do ser humano.

Nestes dois capítulos, há uma maior abordagem em sentido bíblico, mesmo que, obviamente, elementos bíblicos ainda estejam presentes no capítulo seguinte. Vale ressaltar que o objetivo deste trabalho de pesquisa não é exaurir os elementos técnicos de uma ou algumas determinadas perícopes bíblicas e, portanto, tampouco realizar exegese; mas apenas de valer-se de alguns poucos elementos desta no decorrer da pesquisa. De qualquer modo, esta vale-se sobretudo de elementos de teologia bíblica para compreender a temática trabalhada. Neste sentido, os seletos textos bíblicos, concernentes à temática, são sempre tomados em perspectiva sincrônica, isto é, considerando o seu estado final.

Em seguida, num terceiro capítulo, quer se vislumbrar *A realeza de Jesus Cristo no tempo da Igreja*, isto é, compreender que efeitos toda a temática da realeza de Jesus acarreta à essência e à vida da Igreja, especialmente a partir da ótica do Concílio Vaticano II. Neste momento, realiza-se um grande salto histórico, pois passa-se da vida de Jesus à contemporaneidade, já na aplicação do Concílio supracitado; portanto, ressalta-se como não se possui por objeto de pesquisa, ao menos por ora, a evolução histórica da compreensão da realeza de Jesus Cristo ou do Reino de Deus, ocorrida durante estes vinte séculos que separam o conteúdo do segundo capítulo do conteúdo do terceiro. Portanto, não se aborda a compreensão do período apostólico e patrístico em diante, tão somente a realeza no antecedente, na vida de Jesus e na perspectiva conciliar contemporânea. Assim, ver-se-á, sobretudo num primeiro momento a relação entre Reino de Deus, abordado no segundo capítulo, com a Igreja, na nova visão eclesiológica oferecida pelo Concílio. Num segundo momento vislumbrar as implicações da realeza de Jesus na vida de todos os fiéis, sobretudo a partir do batismo, onde cada um recebe de Cristo o tríplice múnus de sacerdote, profeta e, ao que mais toca a pesquisa, rei; se vislumbra de modo geral acerca deste tema em todos os fiéis, depois especificamente nos ministros ordenados que participam do Cristo cabeça e exercem função de governo na Igreja, ou seja, bispos e presbíteros, e mais detidamente debruça-se sobre a figura dos fiéis leigos, nos quais a participação no múnus régio é peculiar e, por isso merece atenção especial. Por fim, num terceiro momento, vê-se algumas disposições éticas da realeza de Jesus, isto é, quais os valores e vivências morais e éticas são requeridas pelo Rei Jesus Cristo para admitir ao Reino os seus filhos muito amados, sobretudo à luz da perícopa de Mt 25,31-46.

Cada capítulo conta com uma breve introdução ao início e uma conclusão preliminar ao seu final, para auxiliar na compreensão da pesquisa de modo total. Nesta, se utiliza como fonte

sobretudo a própria Sagrada Escritura, valendo-se de interpretações magisteriais, documentos da Igreja e de diversos autores para melhor ler e compreender não só o texto, mas o contexto no qual aquele está inserido, bem como toda a dinâmica do tema da realeza. Sobretudo o terceiro capítulo se mune especialmente dos textos conciliares, sobretudo das Constituições *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes*, além de documentos da CNBB e, igualmente, obras de diversos autores que comentam sobre o tema, sendo que o uso destes, sobretudo, ilumina o entendimento sobre a temática em questão. A metodologia principal é a de revisão bibliográfica seleta destes textos supracitados. Ao final da pesquisa, busca-se poder compreender a realeza de Jesus Cristo, isto é, como esta se dá e, sobretudo, poder compreendê-lo como Rei que ensina à sua Igreja, povo de Deus, que reinar é servir e amar.

2. PRESSUPOSTOS DA REALEZA DE JESUS NO ANTIGO TESTAMENTO E EM SUA VIDA OCULTA

Este capítulo propõe-se a compreender os antecedentes mais proeminentes para entender a realeza de Jesus Cristo, cerne desta pesquisa que, como se verá, culminará no anúncio do Reino e processo de paixão, morte e ressurreição, buscando entender em que medida Jesus apresenta sua realeza, e se esta é continuidade ou descontinuidade com as expectativas da época. Antes, para uma compreensão mais apropriada da questão, é necessário entender como esta se desenvolve no Antigo Testamento, sob os conceitos de Messias, rei, sucessão davídica e pastoreio, todos permeados pelas profecias e expectativa do povo que versavam especialmente para as considerações desta dissertação, pela vinda de um Messias, em aspecto real, sucessor de Davi, modelo de rei. Já em perspectiva neotestamentária, num segundo momento, ver-se-á a questão real latente na vida oculta de Jesus, isto é, antes do início de sua vida pública, manifesta na anunciação do Anjo, em seu nascimento, genealogia no Evangelho segundo Mateus, na visita dos pastores e dos magos do Oriente, e em seu batismo e precursor, João Batista. Ou seja, seja em perspectiva vetero ou neotestamentária, em sua vida oculta, o intuito é compreender os conceitos e momentos bíblicos pertinentes para o conceito da realeza de Jesus; de modo tautológico, ver-se-á os elementos pressupostos que precedem a centralidade da realeza de Jesus Cristo, em sua pregação, paixão, morte e ressurreição.

2.1 A expectativa do povo de Israel pelo Messias-Rei

Para que se possa compreender o anúncio e ação de Jesus de modo efetivo, é necessário revisitar os anúncios proféticos e esperanças da época que versam sobre ele, principalmente de que modo se concebia esta vinda real; se mostra necessário retornar a uma tradição viva nos textos do Antigo Testamento que se tornam chave de leitura neotestamentária, para compreender e conhecer Cristo, Messias (Cardedal, 2022, p. 77-85). O cristianismo se apropria do título grego, mas só se poderá compreender o conceito a partir de uma interrogação à história e tradição de Israel (Tassin, 2020, p. 471). Para tanto, primeiro se deve debruçar sobre onde residem as raízes veterotestamentárias deste conceito, embasado de modo principal na esperança pela vinda de um Messias. Em outras palavras, vislumbrar as tradições bíblicas do judaísmo do segundo Templo é essencial para compreender a noção real de Deus no Antigo Testamento, para fundamentar e tornar possível a compreensão deste tema no Novo

Testamento, especialmente como foi interpretada a partir do mistério pascal de Jesus Cristo. Uma análise veterotestamentária se mostra essencial para compreender o Rei Jesus Cristo e o anúncio de seu Reino (Patuzzo, 2020, p. 15), como se vê:

A economia do Antigo Testamento destinava-se sobretudo a preparar, a anunciar profeticamente (cf. Lc 24,44; Jo 5,39; 1Pd 1,10) e a significar com várias figuras (cf. 1Cor 10,11) o advento de Cristo, redentor universal, e o advento do Reino Messiânico [...] Tais livros, apesar de conterem também coisas imperfeitas e passageiras, revelam uma verdadeira pedagogia divina [...] neles está oculto, finalmente, o mistério da nossa salvação (DV 15).

Para a consideração desta pesquisa, irá se estudar mormente a expectativa por um Messias Rei da sucessão de Davi, que irá embasar, de certo modo, a realeza do Cristo, em termos neotestamentários. No entanto, salienta-se desde já, que este tipo de expectativa é apenas mais uma dentre outras, como se verá à frente. Neste primeiro momento, alguns conceitos parecem essenciais: o de messianismo, realeza, por conseguinte de sucessão davídica, e de pastoreio.

2.1.1 Messias / Messianismo e monarquia davídica

A expectativa messiânica, especialmente no período do Novo Testamento, evoca o termo Messias, do hebraico מָשִׁיחַ (*Māshîah*), e do grego Χριστός (*Chistós*), significando Ungido, cuja raiz estende-se até o Antigo Testamento, especificamente de três tipos de messias que conviviam, os reis, sacerdotes e profetas ungidos, ou seja, aqueles que recebem uma unção com óleo, se tornando beneficiários de uma consagração, numa aliança particular com Deus e autoridade sobre o povo; vale a ressalva de que os profetas não recebiam unção institucional com óleo, mas carismática (Tassin, 2020, p. 471; ClgC 436). O termo refere-se sobretudo a pessoas históricas (Theissen; Merz, 2002, p. 559), no entanto, a interpretação posterior feita do conteúdo que carrega este termo refere-se também à expectativa de uma figura redentora vindoura, o próprio Messias. No entanto, vale salientar, que não há uma única e uniforme expectativa messiânica neste período, que é muito extenso e rico de acontecimentos; estas diferentes concepções eram igualmente difundidas de diversos modos, em cada uma podendo haver variações consideráveis, o que impossibilita a afirmação de que houvesse uma única esperança messiânica, ou a espera de um Messias de um único modo (Theissen; Merz, 2002, p. 558-559). Afirmar que a expectativa real messiânica davídica, considerada neste trabalho, seja a única seria inverídico e falta de honestidade intelectual, além de um crime contra a história e teologia.

Em contexto neotestamentário, as figuras messiânicas que trazem o nome de Messias, passam a surgir em proximidade ao meio do século I a.C., quando, sob o impacto da ocupação romana na Palestina e do fracasso da monarquia hasmoneia, já há muito tendo fracassado a dinastia davídica, um reino de salvação futura é esperado, com a vinda do Ungido do Senhor. Destaca-se, no entanto, que era uma época em que o ritual da unção já não era muito praticado. Em contraposição às falhas e finitude dos reis terrenos, tanto no descumprimento da fidelidade para com Deus, quanto na tragédia da queda de Jerusalém e exílio na Babilônia, o Messias, cuja figura estava sendo revivida, salienta a legitimação divina do rei de salvação aguardado por Israel. Associa-se a isto o fato de que o *Christós*, o ungido, também tinha a ele associações de proximidade e consagração a Deus (Theissen; Merz, 2002, p. 560-564).

O renascimento do termo Messias em contexto de crise política, no entanto, não conduz a uma expectativa messiânica uniforme. Mesmo que a expectativa messiânica régia seja frequente no Novo Testamento “[...] e sem dúvida a mais popular” (Hadas-Lebel, 2020, p. 480), neste período existem as expectativas messiânicas diversas com o uso do termo Messias, tanto para a figura de um Messias Sacerdote e Messias Profeta, por exemplo. Era possível ainda que se esperasse uma Diarquia messiânica, também chamado de messianismo bicéfalo ou bimesianismo, presente em alguns textos que mencionam um ungido davídico e um araônico, ou seja, “[...] os dois Ungidos [...]” (Zc 4,14; cf. Zc 6, 12-13), o Sumo sacerdote e o rei, ambos juntos no governo da sociedade ideal, se complementando em relação mútua de paz. Talvez evoque uma aspiração ao ordenamento antigo de Israel, ou mesmo em oposição ao reinado hasmoneu, que unia os dois cargos (Hadas-Lebel, 2020, p. 480; Theissen; Merz, 2002, p. 563; Patuzzo, 2020, p. 35).

O conceito de Messias se amplia de tal modo a considerar um messianismo sem Messias, na esperança da vinda do reinado de Deus; mais um elemento importantíssimo para considerar a variedade de expectativas messiânicas, e não a unicidade do Messianismo real davídico (Renaud, 2014, p. 1127). Ou mesmo algumas de suas esperanças não carregam traço messiânico algum: “A variedade interna do judaísmo mostra que nem todas as suas esperanças apontam na direção de um Messias” (Theissen; Merz, 2002, p. 564). Em linhas gerais, no entanto, o povo ainda conservava certa esperança messiânica (Theissen; Merz, 2002, p. 560-564).

De modo geral, vê-se que as expectativas messiânicas são diversas: há a bicéfala diarquia messiânica, ou a expectativa por um só Messias; figuras redentoras que ostentam tal título, e outras que não o usam; esperas futuras em contraste com afirmações de que as promessas eram cumpridas já no presente, modelando uma expectativa escatológica sem uma figura messiânica, mas onde o próprio Deus já age e transforma a realidade. Diante de todo este

panorama, pode se concluir que o judaísmo não teve uma única expectativa messiânica, mas havia “muitos judaísmos”, cada qual com sua expectativa messiânica e escatológica. Neste contexto, o cristianismo acaba por se mover no espectro de variação destas concepções messiânicas. Uma coisa é fato: no período do Novo Testamento, as expectativas messiânicas não eram unitárias, mas plurais (Theissen; Merz, 2002, p. 560-564).

Mesmo no primeiro século, as expectativas eram diversas e presentes em vários grupos do judaísmo. A literatura neotestamentária parece indicar que Jesus e os seus discípulos de fato conheciam os textos sagrados sob a ótica do judaísmo do Segundo Templo. Eram muitas concepções variadas sobre o Reino de Deus. A esperança messiânica judaica parece partir de uma perspectiva restrita, da restauração da nação de Israel, no entanto não se trata de uma perspectiva única. O evangelista Lucas, por exemplo, prefere enfatizar em Jesus uma missão universal enquanto Messias, e não restrita à casa de Israel (Patuzzo, 2020, p. 27-28). O próprio Cristo deve ter sido considerado como uma figura messiânica, mesmo que não tenha aplicado a si mesmo o termo Messias, como se verá (Theissen; Merz, 2002, p. 560-564).

Dentre todas estas possibilidades para expectativas messiânicas, este trabalho busca debruçar-se especialmente sobre a expectativa messiânica real. Em âmbito dos escritos proféticos, textos que originalmente não falava explicitamente de um Messias, entendido como referente a um salvador definitivo escatológico, mas que versavam sobre o sumo-sacerdote ou o rei histórico da dinastia e sucessão de Davi, acabam sendo lidos e interpretados posteriormente em expectativa messiânica real escatológica (Sicre Díaz, 2016, p. 426). A partir de uma interpretação do Novo Testamento pode-se vislumbrar este valor escatológico em Jesus, relendo os acontecimentos na vida de Cristo e sua pregação a partir da ótica veterotestamentária (Renaud, 2014, p. 1124).

A partir de textos como o Sl 2, especialmente se lidos sob uma leitura escatológica e messiânica, é possível realizar a integração e a subordinação entre a função de Messias e o exercício do governo divino exercido pelo rei (Renaud, 2014, p. 1126). Nesta conceituação messiânica, tem-se a ideologia régia do antigo Oriente Médio, que atribuía aos reis aspectos sobre humanos e poder salvífico, sendo reformulado para a expectativa de um rei salvífico que poderá defender Israel contra seus inimigos, conforme as profecias (Is 11,1ss; Mq 5,1ss; Zc 9,9ss) (Theissen; Merz, 2002, p. 559-560).

A concepção teológica de YHWH como o soberano de Israel perpassa todo o AT, mas o conceito de Reino de Deus foi elaborado, ao longo da história de Israel, e incorporando diversas nuances, decorrentes das profundas mudanças pelas quais o povo de Deus passou. As origens do conceito “reinado” ou “soberania de Deus” para Israel, certamente antecede o período da monarquia,

no sentido de reconhecer a presença contínua de YHWH como soberano de seu povo, como encontramos em 1Sm 12,12; Jz 8,23; Ex 15,18. Entretanto a noção de “Reino de Deus” mais próxima dos sinóticos é desenvolvida no final do pós-exílio (Patuzzo, 2020, p. 29).

Antes da instituição histórica da monarquia alguns textos precedentes a este período histórico chamam a atenção por já conter perspectivas reais. Por exemplo, nas bênçãos de Jacó, naquilo que se refere a Judá, tribo real: “O cetro não se afastará de Judá, nem o bastão de chefe de entre seus pés, até que o tributo lhe seja trazido e que lhe obedeçam os povos” (Gn 49,10), tal texto seria interpretado secundariamente em sentido messiânico (Theissen; Merz, 2002, p. 560) e ainda pode-se fazer uma aproximação com a profecia de Zc 9,9, a ser trabalhada em frente.

Mesmo o texto de Ex 15, sobretudo o v. 18, salienta como o Senhor “[...] reinará para sempre e eternamente” (Ex 15,18). Na própria ação do povo que pede um Rei, a ser vista logo a seguir, Deus diz que “[...] não querem mais que eu reine sobre eles” (1Sm 8,7); subentende-se que ele reinava até então, mesmo antes de constituída a monarquia de Israel. O texto de Dt 17,14-20 versando sobre tal momento, propõe exigências divinas e impõe obrigações para o Rei de Israel, isto é, é possível haver um rei em Israel, tal como há em outras nações, mas este deve se submeter ao direito divino.

Todos esses textos revelam a presença de aspectos reais atribuídos ao Deus de Israel, provavelmente não que o povo já se remetesse a ele e o visse deste modo, mas revelaria uma redação posterior, já em tempos de monarquia, principalmente devido às congruências, que parecem até mesmo proféticas entre Dt 17, 14: “Quando tiveres entrado na terra em que Iahweh teu Deus te dará, tomado posse dela e nela habitares, e disseres ‘Quero estabelecer sobre mim um rei, como todas as nações que me rodeiam [...]’” e o texto de 1Sm 8,5: “E disseram-lhe [o povo a Samuel] ‘Tu envelheceste, e os teus filhos não seguem o teu exemplo. Agora, portanto, constitui sobre nós um rei, que exerça a justiça entre nós, como acontece em todas as nações’” (cf. Fernandes, 2024, p. 4-6).

Em seguida, os livros de Samuel conservam dois relatos paralelos sobre a instituição da monarquia, um favorável, que é 1Sm 9,16, na qual Deus escolhe Saul como libertador de seu povo: “‘Amanhã a esta hora, enviar-te-ei um homem da terra de Benjamim [Saul]. Unge-o como chefe do meu povo Israel, e ele salvará meu povo das mãos dos filisteus, porque vi meu povo, e o seu grito chegou até mim’”; e outro contrário, presente em 1Sm 8,1-22; 10,17-26, onde o povo pede a si um rei, para que possa ser como as outras nações: “Agora, portanto, constitui sobre nós um rei, que exerça a justiça sobre nós, como acontece em todas as nações” (1Sm 8,5) (Vaux, 2004, p. 120; Generoso Silva, 2012, p. 105). Isto, desagrade a Deus, que pede que

Samuel os atenda, mas sabe que não é a este que rejeitam, mas a si mesmo, pois: “[...] não querem mais que eu reine sobre eles” (1Sm 8,7), então se evoca os pecados cometidos pelo povo desde a subida do Egito até então, principalmente no abandono de Deus e adoração a outras divindades.

O povo, no entanto, não acatando a palavra de Deus transmitida por Samuel (1Sm 8,10-18), afirma novamente: ““Não! Nós teremos um rei e seremos nós também como as outras nações: o nosso rei nos julgará, irá à nossa frente e dará as nossas guerras”” (1Sm 8,21). Um grande desprezo pelo seu Rei até então; não querem mais seus julgamentos, sua liderança e guia à frente, tampouco seu auxílio nas adversidades, agora querem que um rei humano faça tudo isto. Deus, surpreendentemente atende aos pedidos, permitindo um rei (1Sm 8,22). Esta noção negativa inicial ganhará grande contraste quando o rei passa a ser aquele escolhido pelo próprio Deus e até mesmo adotado como seu filho; isto pode transparecer, na tradição de escrita deste texto, movimentos contrários à instituição da monarquia em Israel. De um modo ou de outro, sob Saul, Davi e Salomão, tem-se o período da monarquia primitiva em Israel (Peetz, 2022, p. 79).

A ideia de Deus como um rei não parece mais antiga do que o período real de Israel, tendo seu início principalmente devido a influência das demais culturas monárquicas sobre Israel. Alguns em Israel, quando da instauração da monarquia, pareciam interpretar de modo hostil seu início, pensando no rei humano como um concorrente do Deus Rei; isto pode ser devido ao fato de que, no Oriente antigo, o próprio rei aparecia como divindade, tal como, por exemplo, o Faraó no Egito, ou do rei na Mesopotâmia. Em Israel, o rei humano não é divinizado, mas concebido como Filho de Deus (Sl 2,7), não por natureza, mas por adoção, em caráter jurídico, para desempenhar o poder de rei (Hünemann, 2014, p. 1501; Fernandes, 2024, p. 4).

A documentação restrita não permite deduzir em Israel a figura de um rei humano divinizado. Certamente o rei tinha uma relação especial com Deus, sendo seu escolhido, seu ungido, mas o rei de modo algum assume o lugar de Deus. Efetivamente, o rei não é um homem como os outros, mas tampouco é um deus (2Rs 5,7; Ez 28,2.9), apenas adotado filialmente para agir em nome de Deus, apascentando seu povo (Ez 34). Portanto, o rei é sim adotado como filho de Deus, mas não pode ser equiparado a ele, ou seja, não pode ser divinizado. Israel nunca teve e nem poderia ter a figura ou noção de um rei que assumisse a divindade, devido à sua fé num Deus pessoal, único e transcendente (Vaux, 2004, p. 140-141; Luiz, 2023, p. 5-6).

Depois de Saul, uma figura será proeminente: Deus escolhe Davi, do sul judaíta, em Belém (Peetz, 2022, p. 84), como o rei de seu povo (1Sm 16,1), depois de ter rejeitado Saul por suas práticas contrárias a ele. Em Hebron, Davi é ungido por Samuel (1Sm 16,12-13), e o

espírito de Deus passa a estar com ele, se tornando o rei da casa de Judá (2Sm 2,4); sete anos depois, com a morte de Saul e de seu filho e sucessor, Isbaal, os Anciãos de Israel o ungem como o rei de Israel (2Sm 5,3). Nos quarenta anos em que reinou (2Sm 5,4), Davi construiu um grande império para si no Levante, mesmo sendo a sua autoridade pouco apreciada no Norte. Em Judá, Davi funda uma dinastia durável, sendo sucedido por Salomão, seu filho (Vaux, 2004, p. 121; Peetz, 2022, p. 86; Luiz, 2023, p. 4).

A unção, supracitada, é um aspecto importante na monarquia, desde sua origem, em Saul. É um rito religioso, acompanhado da vinda do Espírito sobre o eleito de Deus. Depois de ungido, pensa-se no rei como figura consagrada, que participa da santidade de Deus, sendo inviolável. No entanto, a unção não era um rito nem exclusivo de Israel e nem exclusivo para os reis. Ela converte o rei em pessoa sagrada, torna-se o Messias, o ungido de Deus, sendo, portanto, uma figura salvadora. Esses elementos se combinarão para gerar a expectativa de um salvador futuro, o Rei Messias (Vaux, 2004, p. 131-133).

A origem da ideia messiânica real remonta ao início da monarquia, sobretudo no reinado de Davi. É proeminente o texto de 2Sm 7, chave de leitura para muitos textos proféticos. Refere-se à profecia de Natã a Davi, que foram interpretados secundariamente em sentido messiânico (Theissen; Merz, 2002, p. 560), que geraria grande repercussão na história política e religiosa do povo de Deus, no que tangia uma promessa divina de um reino eterno, fundamentado num sucessor davídico:

‘E quando os teus dias estiverem completos e vieres a dormir com teus pais, darei permanecer a tua linhagem após ti, aquele que terá saído das tuas entranhas, e firmarei a sua realeza. Será ele que construirá uma casa para o meu Nome, e estabelecerei para sempre o seu trono. Eu serei para ele um pai e ele será para mim um filho [...] A tua casa e a tua realeza subsistirão para sempre diante de ti, e o teu trono se estabelecerá para sempre’ (2Sm 7, 12-14a.16).

A corrente da ideologia real faz com que a esperança do povo se cristalize na figura de Davi, emblemática e paradigmática, o qual nenhum outro sucessor, talvez com exceção dos reis Ezequias e Josias, iria ao menos aproximar-se de sua grandeza. Tanto no Reino do Norte como no Reino do Sul, a monarquia é geralmente marcada pela sua infidelidade a Deus. De nascimento real em nascimento real, de entronização em entronização, a esperança do povo ressurge, mesmo que aparentemente não cumpridas, as promessas não deixam de ser nutridas e se reforça a esperança num império de Israel, que se tornará o centro dominante de mundo (Renaud, 2014, p. 1125).

O ano de 587 a. C. será um marco importante que produzirá sérias consequências para o povo em geral, e especificamente a questão dinastia davídica: os babilônios conquistam o

reino de Judá, destruindo a cidade de Jerusalém e o Templo, deportando a elite judaica. No exílio da Babilônia, Israel deve procurar reorganizar-se (Peetz, 2022, p. 45), pois os elementos mais preponderantes de sua fé, a Terra e o Templo, foram tomados e destruídos (Peetz, 2022, p. 191).

Assim, o ano [587 a.C.] representa para a vida nacional e religiosa dos judaítas um corte radical. Os fundamentos de uma identidade comum desmoronaram: a dinastia davídica, que – conforme a narrativa bíblica – governou Judá por mais de 500 anos, acaba com o ano 587. A soberania e a terra que lhe está associada, na qual Judá se constitui como povo e estado, perderam-se. O santuário principal, o templo de Jerusalém, está destruído (PEETZ, 2022, p. 194)

Com a ruína de Jerusalém e do Templo, e conseqüente desmoronamento das instituições reais e sacerdotais, há uma reviravolta no pensamento da época. Alguns grupos formam uma expectativa messiânica, de que a promessa de Deus era realmente eterna e haveria de cumprir-se; mesmo sem ter um rei e despatriados, esperavam um descendente davídico para salvar o seu povo (Sicre Díaz, 2016, p. 426-427). Nos movimentos populares da época, era atribuído muitos títulos ao Messias futuro, tendo como fundamento e inspiração os líderes carismáticos ou proféticos que marcam a história de Israel, como os reis (Patuzzo, 2020, p. 106). A realeza desaparece, mas não a esperança a ela vinculada, em relação à espera de um messias vindouro, que seria o mediador de uma salvação estável e definitiva. Esta figura era latente no messianismo pré-exílico, enquanto messias escatológico. Durante e depois do exílio, essa figura desabrocha, especialmente com o desaparecimento da instituição monárquica. A realeza conserva-se como uma figura emblemática (Renaud, 2014, p. 1126; Luiz, 2023, p. 9).

O período de reconstrução do Segundo Templo, conhecido como pós-exílico, é considerado um importante momento na etapa do povo judeu, em sentido político, religioso e cultural. Nalguns momentos deste período é demarcada a falta de liberdade. Portanto a literatura vai ser afetada de modo a tratar do julgamento dos gentios e restauração da nação dos judeus, o que seria possível de acontecer a partir de uma futura instauração do de um reino teocrático, a partir da vinda de um Messias que restituiria a liberdade do povo; numa das correntes, tal Messias é visto como provindo da linhagem davídica, devido às promessas feitas de um sucessor nesta casa. De um modo ou de outro, os vários grupos presentes no judaísmo buscam entender como Deus iria conduzir seu povo, e por quais meios poderiam se realizar as profecias messiânicas para a aguardada glória futura de Israel (Patuzzo, 2020, p. 30-32).

O gênero literário da apocalíptica neste período do Segundo Templo oferece diferentes interpretações sobre a restauração do reino de Israel, pois se pensava que, efetivamente, a ruína e opressão de Israel não seriam definitivas. Se pensa especialmente num Messias, representante

da intervenção divina para combater estrangeiros e estabelecer um reino eterno. É concreto afirmar que as concepções messiânicas e acerca do reino de Deus não são uniformes. O Messias pode ser tanto descendente e sucessor de Davi (Sl 2,7), como salvador mediador que vence os inimigos (Sl 110,1). De uma forma ou de outra, ele deve governar e julgar o povo com justiça e sabedoria, para reconstruir Israel de suas ruínas, tanto em sentido político como espiritual (Zc 6,12-13). Como um pastor, ele deve reunir os dispersos e conduzir todos a Deus (Zc 3,8-10). Embora diverso, consensualmente o Messias esperado obedece a Deus para salvação de Israel. Será um ungido de Deus, seja rei ou sacerdote, para estabelecer um reino de justiça. Seria o fim do caos presente em Israel e o início de uma nova era gloriosa. Não é reino meramente espiritual, também é concreto e terreno. As contribuições veterotestamentárias sobre as expectativas messiânicas e sobre o Reino de Deus do judaísmo primitivo foram reinterpretadas e atualizadas pelos autores do Novo Testamento, tendo o cristianismo herdado esta herança (Patuzzo, 2020, p. 33-35).

A literatura no judaísmo do Segundo Templo exerce influência preponderante sobre os escritos do Novo Testamento, especialmente pelas diversas formas da intervenção divina, que conduziria a um novo tempo na história de Israel, mudando o seu curso trágico. Neste contexto, surge a concepção de um Reino de Deus vindouro, a ser instaurado por Deus. Os autores desta época partem do pressuposto que Deus sempre fora, é e sempre seria o soberano universal, mas que sua soberania fora confrontada pelas potências do reino do mal, e por isso tanto sofrimento em Israel. Mas viria uma nova fase na história de Israel, em que a salvação seria destinada ao povo eleito. Deus restituiria sua autoridade para governar o seu povo em justiça e paz. Tal ação divina possui caráter de benefícios políticos, econômicos e espirituais. Além dos líderes que Deus enviava, se esperava o Ungido, o Messias, para estabelecer o seu Reino para sempre. Toda esta contextualização da mentalidade que permeava Israel no período do judaísmo do Segundo Templo é indispensável para conceber a própria ação de Jesus, que parte destes pressupostos, mas aponta para uma maneira única para endereçar as esperanças do povo no sentido da vinda do Reino de Deus (Patuzzo, 2020, p. 105).

No exílio e pós-exílio da Babilônia se forma a ideia de uma espécie de tomada de poder por parte de Deus, que instauraria sua realeza pela eternidade. O povo divorcia-se da monolatria para casar-se com o monoteísmo de vez, passam a professar a existência única de Deus. Desde então, o judaísmo aguarda este momento em que Deus se manifestará como o rei da humanidade, tendo sua realeza aspectos tanto temporais como espaciais (Marguerat, 2020, p. 315). No período pós-exílico, volta a aparecer a antiga ideia de que Israel tem um rei (Ex 15,18; Jz 8,23; 1Sm 8,7; Is 41,21; 43,15; 44,6; Sl 93; 96-99), isto é, retorno a um regime teocrático.

Entende-se o fortalecimento da expectativa real messiânica neste período com isto (Vaux, 2004, p. 124-125). Portanto, ganha força a noção teocrática do Reino de Deus, isto é, reconhecimento do seu reinado presente. Em outras palavras, a comunidade cultural de Jerusalém pós-exílica considera a concretização do reinado de Deus já no seu presente. Isto seria manifesto pelos salmos que afirmam a realeza de Deus, como os Sl 47; 93; 96-99 (Schökel; Carniti, 2021, p. 84-92). No entanto, esta pode ser uma noção ainda mais antiga, que assume uma redação pós-exílica nos salmos (Theissen; Merz, 2002, p. 270-271).

Neste período, a expectativa ganha força devido ao fim da monarquia. “A fase final do período do segundo Templo foi rica e significativa na história do judaísmo [...] A figura de um rei ungido teve um papel significativo na literatura nessa época” (Patuzzo, 2020, p. 106). Ora, durante a época monárquica, não se necessitava de profecias messiânicas sobre a vinda de um descendente de Davi, pois havia os reis de sua linhagem. Não era necessário anunciar um sucessor de Davi para cumprir a promessa de Natã, apenas se pedia um rei justo e ideal, tal como fora Davi, para trazer sempre prosperidade ao povo. No entanto, neste período, a ideia de um descendente salvador definitivo não parecia veraz necessária. Mas, com o desenrolar da dominação babilônica, tal expectativa começa a ganhar força (Sicre Díaz, 2016, p. 427).

No exílio, a dinastia de Davi desaparece na Babilônia, deixando o povo “como ovelhas sem pastor”, e o termo Messias torna-se orfanado, devido ao fim da monarquia e da sucessão davídica (Theissen; Merz, 2002, p. 559). Num momento de crise como este é compreensível que a antiga promessa seja recordada pelo povo, e seu cumprimento seja aguardado. Os profetas do exílio buscam anunciar não um salvador definitivo, isto é, não um Messias, mas um descendente de Davi, que tivesse suas excelentes qualidades para libertar o povo de seus sofrimentos (Sicre Díaz, 2016, p. 433).

Os profetas, muitas vezes, descrevem a salvação futura esperada por Israel em termos da restauração da monarquia davídica. A partir destes textos, que serão interpretados mais tarde, a ideia de um Messias político, descendente de Davi vai tomando forma. É esta mesma tradição profética que mantém viva a espera do Messias, mas esta vai sendo interpretada de diferentes maneiras ao longo dos séculos (Barreto; Mateos, 2021, p. 118-119).

Neste contexto do fim da dinastia davídica, ganha força outra profecia de Isaías, lida neste contexto do retorno de um descendente de Davi. Trata-se de Is 11,1-9, que anuncia que, do toco, do tronco cortado de Jessé nascerá um broto, um rebento. De fato, depois de todo este contexto de dominação e exílio, de Jessé, da casa de Davi, resta apenas um tronco cortado, um trono podado e vazio. No entanto, a promessa divina é pelo crescimento, a vinda, de um rebento. Sobre ele, repousará o espírito do Senhor, espírito de prudência e sabedoria, conselho e audácia,

conhecimento e respeito do Senhor, talvez em cumprimento ao que Isaías narra depois, “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou pela unção [...]”, retomado por Jesus em Lc 4,18 (Sicre Díaz, 2016, p. 434).

O povo de Israel, povo judeu, aguardava especialmente por um reinado que fosse temporal e político, no qual o Estado de Israel fosse restaurado em sua monarquia, com poderes absolutos e liberdades plenas, e deste modo, haveria um bem-estar social amplo, para todos, com fartura e abundância de todos os bens que eles quisessem. Os próprios profetas parecem indicar isto quando falam acerca do reinado futuro de Deus, onde haveria glória e felicidade sem fim (Is 24,23; Mq 4,6-7; Sl 48,3) (Martín Nieto, 2001, p. 95). De modo geral, é o que se vê:

Quando os Judeus retornaram à sua terra, após o exílio na Babilônia e sob o protetorado persa (535-333 antes de nossa era), nem por isso a realeza foi reinstaurada: a linhagem de Davi caía pouco a pouco no esquecimento e ver surgir um Messias da descendência de Davi, ou seja, um “ungido”, um “messias”, equivalia a esperar um milagre [...] Os evangelhos confirmar um fato. No século I, os ambientes populares esperavam sobretudo o Rei Messias, filho de Davi, que salva da opressão sociopolítica, dos demônios e das doenças (Tassin, 2020, p. 472-473)

Até mesmo o retorno de Israel do exílio é concebido como sendo atividade de um messias escolhido por Deus. Em Is 45,1 vê-se a figura do rei persa, Ciro, utilizado como um instrumento por Deus para libertar o seu povo do exílio babilônico. Pelo profeta, Ciro é chamado peculiarmente de Messias, título aplicado aos reis, mas apenas aos reis israelitas. Neste contexto específico Ciro teria sido chamado por Deus, entendido como e desejado como o portador da salvação, pela libertação do povo do exílio babilônico. As dominações que iriam se sobrepôr a Israel posteriormente, fariam reacender a esperança messiânica em outros termos (Peetz, 2022, p. 207; Theissen; Merz, 2002, p. 559. Luiz, 2023, p. 9-10). Antes, porém:

Seria perfeitamente pensável que os persas originalmente tenham tido a intenção de restabelecer a dinastia davídica em Judá. Contudo, com a partida do davídico Zorobabel [que pode ter retornado para a Babilônia], esse sonho parece desfeito. Em todo caso, após a construção do templo [+/- 515 a.C., inauguração do Templo], os davídicos já não desempenham nenhum papel na reconstituição de Israel (Peetz, 2022, p. 220).

Essa espera e anseios de retorno continuam até mesmo depois da Ascensão de Jesus, já que o povo não o reconheceu como o Messias aguardado, reconhecimento que será apenas reservado inicialmente à Igreja, no período pós-pascal. Tão continuada é esta esperança, que é aguardada, a seu modo, pelos judeus até a contemporaneidade (Peetz, 2022, p. 302-303).

2.1.2 Pastoreio de Israel

Na história de Israel, um outro elemento que se coliga com a realidade real é o pastoreio. Deus é visto como o Pastor de seu povo que, em seu governo real, apascenta seu povo. Não é um domínio despótico ou autoritário, mas cuidado pastoral.

Não se trata de algo exclusivo do povo judeu: no Oriente Antigo, mesmo nas inscrições reais dos sumérios ou nos espaços babilônicos e assírios, o rei é designado como o pastor constituído pela divindade para apascentar o povo, imagem de seu governo sobre eles. Para o povo judeu, não é diferente, sendo possível que a inspiração para tal imagem constituída entre eles, venha destes povos pagãos. O Antigo Testamento destaca como o próprio Deus é o pastor de Israel, tornando-se consolo e confiança em tempos difíceis. Vê-se, principalmente, no Sl 23 e em Ez 34 a consolidação desta ideia tão fundamental para a religião judaica. A partir desta origem, se torna claro afirmar que a representação neotestamentária de Cristo como o bom pastor carrega características reais, o que permite iluminar a realeza de Cristo (Ratzinger, 2020b, p. 236).

Quando o próprio Deus envia Samuel a Belém para encontrar-se com Jessé, pai de Davi, para ungir um de seus filhos como rei, aquele que o próprio Deus indicaria, Davi não está dentre os irmãos, mas apascentando o seu rebanho. Nenhum de seus irmãos é escolhido e Samuel manda chamar Davi das pastagens. Sendo eleito por Deus é ungido. Davi, portanto, é chamado do meio das ovelhas que está apascentando, e é constituído, por escolha e unção de Deus, como o pastor de Israel (2Sm 5,2).

Olhando para tal cena, e fixando o olhar num futuro distante, a profecia de Miquéias entende que é de Belém que deverá sair aquele que haveria de apascentar o povo de Israel (Ratzinger, 2020a, p. 64):

E tu, Belém-Éfrata, pequena entre os clãs de Judá, de ti sairá para mim aquele que governará Israel. Suas origens são de tempos antigos, de dias imemoráveis [...] Ele se erguerá e apascentará o rebanho pela força de Iahweh, pela glória do nome de seu Deus. Eles se estabelecerão, pois então ele será grande até os confins da terra (Mq 5,1.3).

A profecia parece fazer referência a 1Sm 16 e 2Sm 7, ou está coligada a elas. Corroborando esta importante característica do rei, que é o ser pastor do povo. De Belém, cidade de Davi, pequena entre as aldeias de Judá, sairá o chefe de Israel. Tem-se em vista a retomada do sucessor davídico, no entanto, não forte guerreiro, mas pastor. O Pastor de Israel deveria nascer nesta pequena cidade, que é a cidade de seu pai o rei Davi (Ratzinger, 2020a, p. 58). Ele apascentará com o poder do Senhor e com a majestade de seu nome. Este texto viria a ser mais bem

entendido como promessa formulada apenas séculos mais tarde de sua escrita, no período exílico e pós-exílico, na ausência de uma figura real, como supracitado, buscando consolar o povo com a esperança e a futura vinda de um monarca ideal, idêntico ao grande Davi. Em seu nascimento, os primeiros a encontrarem o Menino Jesus que acabara de nascer são pequenos e simples pastores; Jesus nasceu entre eles; ele é o grande Pastor dos homens. A profecia encontrará seu cumprimento pleno no Messias, Jesus Cristo, como se verá. (Sicre Díaz, 2016, p. 436-437; Renaud, 2014, p. 1126; Ratzinger, 2020a, p. 64).

O Messias também é chamado de pastor enviado por Deus (Jr 3,15; 23,4; Ez 34,23; 37,22.24), cuja morte representativa inaugura o tempo da salvação (Zc 12,10; 13,7). No Novo Testamento, Jesus será reconhecido como o pastor messiânico prometido em todo este contexto veterotestamentário (Almeida, 2012a, p. 57-58).

Em Ezequiel 37,15-28, aponta-se para a profecia do rei vindouro, aquele que irá identificar-se com Davi, sendo o único pastor de todos: “O meu servo Davi será rei sobre eles, e haverá um só pastor para todos [...]” (Ez 37,24) (Barreto; Mateos, 2021, p. 119). O profeta Ezequiel, portanto, irá retomar essa figura pastoral, fazendo do Messias davídico o representante divino enquanto pastor, sendo que Deus o confere a missão de assegurar a unidade do povo eleito, e apascentá-lo, figura do governo real (Ez 34, 23s; 37, 24s) (Renaud, 2014, p. 1126).

As tribos de Israel dizem a Davi, antes de sua coroação: ““Já antes, quando Saul reinava sobre nós, eras tu que saías e entravas com Israel, e Iahweh te disse: És tu que apascentarás o meu povo Israel e és tu quem será chefe de Israel”” (2Sm 5,2). É a Davi a quem Deus diz: “[A Natã] Eis o que dirás ao meu servo Davi: Assim fala Iahweh dos Exércitos: Fui eu que te tirei das pastagens, onde pastoreava ovelhas, para seres chefe do meu povo Israel” (2Sm 7,9).

Com seu reinado, Davi apascentava o povo, demonstrando íntima conexão entre o governo exercido pelo rei e a imagem do pastor que apascenta seu rebanho, de modo a ser possível afirmar que, através de seu rei, seu ungido, Deus apascentava seu povo, isto é, o rei é o pastor do povo de Deus. Portanto, o rei Davi e sua origem de pastor transmite importantes características para a sua própria realeza e para realeza divina messiânica esperada, que teria como protagonista um de seus descendentes, em que Deus governa e cuida de seu povo, como um pastor de suas ovelhas, através de seu Ungido. Assim, salienta-se mais um importante aspecto do Messianismo real davídico, que é o aspecto pastoral. Surge a figura do Messias Rei-Pastor.

O Senhor é o único pastor de seu povo, como se destaca nos Salmos (Sl 23; 77,21; 79,13) e nos profetas, especialmente em período pós-exílico (Jr 23,2-4; 31,10; 50,19; Ez 34,11-

12; Is 40,10-11; Mq 4,6-7), ou mesmo antes da instituição da monarquia (Nm 27,17), demonstrando como o pastoreio é um conceito não dependente, mas transcendente à realeza histórica. Neste mesmo sentido, o povo de Israel, e apenas ele, é o rebanho do Senhor (Ez 34,31; Mq 7,14; Zc 10,3) (Almeida, 2012a, p. 57; Generoso Silva, 2012, p. 105). Assim, vê-se que o verdadeiro pastor é o próprio Deus, seu povo é seu rebanho. O rei de Israel é constituído como aquele que governa, ou melhor, apascenta seu povo em nome do Senhor, como se vê: “Suscitarei para eles um pastor que os apascentará, a saber, o meu servo Davi; ele os apascentará, ele lhes servirá de pastor. E eu, Iahweh, serei o seu Deus e meu servo Davi será príncipe entre eles” (Ez 34,23-24).

2.2 A realeza na vida oculta de Jesus

Tendo considerado os pressupostos basilares para questão messiânica e real no Antigo Testamento, vale também observar os pressupostos existentes na vida oculta de Jesus, desde o anúncio do Anjo à Bem-aventurada Virgem Maria, perpassando seu nascimento, genealogia em Mateus, visita dos pastores e dos Magos do Oriente, e na pessoa de São João Batista, especialmente no Batismo do Senhor que, propriamente, inicia seu ministério. O Reino e a realeza de Jesus já começam a despontar e se presentificar na humanidade a partir de sua vida terrena, ou seja, o seu Reino se faz presente em e com sua pessoa (Dupuis, 2015, p. 37), fazendo que seja de cabal importância considerar os elementos teológicos precedentes ao seu ministério e mistério pascal. Nestes episódios e personagens bíblicas, há elementos a serem considerados que preparam a noção e conceito de sua realeza, desde o anúncio de sua encarnação até o início de seu ministério, ou seja, como dito, em sua vida oculta.

2.2.1 O Anúncio do Anjo

Neste sentido de prenúncio da realeza de Jesus, concretizada no mistério pascal, a anunciação do Anjo Gabriel à Bem-Aventurada Virgem Maria, é de importância inquestionável. O anjo, ao dirigir-se à Maria, cumula o Cristo anunciado de títulos messiânicos e, principalmente, referências à sua ascendência davídica, da qual é herdeiro:

Eis que conceberás no seu seio e darás à luz um filho, e o chamarás com o nome de Jesus. Ele será grande, será chamado Filho Altíssimo, e o Senhor Deus lhe dará o trono de Davi, seu pai; ele reinará na casa de Jacó para sempre, e o seu reinado não terá fim [...] O Espírito Santo virá sobre ti e o poder do

Altíssimo vai te cobrir com a sua sombra; por isso o Santo que nascer será chamado Filho de Deus (Lc 1,31-33.35; grifo da tradução).

Do mesmo modo, herda as promessas dirigidas à Davi pelo profeta Natã, tal como se viu, prometendo descendência eterna ao rei, que agora se concretizará em sua pessoa. Igualmente, o anjo se refere à filiação divina deste que vai nascer, fazendo recordar a entronização e adoção filial do rei no Sl 2,7. A universalidade do seu Reino, que não encontrará fim, também parece remeter-se à realeza universal do Filho do Homem, título muitas vezes assumido por Jesus em sua vida, originário do livro de Daniel (Dupont-Roc, 2020a, p. 118).

O anjo anuncia que Deus não somente não esqueceu sua promessa feita a Davi, de uma realeza eterna em sua casa, como a cumprirá naquele momento. Aqui, age o mistério do Deus trinitário. O Pai prometera a Davi e sua descendência a estabilidade ao trono; agora, ele institui o seu herdeiro cujo reino não se findará, isto é, ele institui aquele que fora profetizado por Natã, e é o seu próprio Filho, tal como se diz na profecia (2Sm 7,14) e no Salmo referenciado (Sl 2,7). O Filho irá nascer pela ação e força do Espírito Santo e seu reinado não terá fim. Este conceito está presente também no Símbolo Niceno-Constantinopolitano, assumido pela Igreja no século IV, até hoje professado. O Reino de Jesus, apesar de algumas vicissitudes históricas, não terá fim, pois nela o próprio Deus Reina e entra no mundo. “A promessa que Gabriel transmitiu à Virgem Maria é verdadeira, e realiza-se sem cessar” (Ratzinger, 2020a, p. 35).

O Cristo anunciado, portanto, recebe algumas prerrogativas messiânicas e reais. Receberá, das mãos de Deus, tal como prometido, o trono de seu pai, o rei Davi, reinando para sempre. Jesus é apresentado como rei, e a figura real de Maria aqui, merece um ligeiro destaque. Aquela que se senta à direita do rei Salomão, logo depois da morte de seu pai e sua entronização, tal como rainha, não é necessariamente sua esposa, já que tinha mil concubinas (1Rs 11,3), mas sua mãe, tal como se vê em 1Rs 2,13-21. A mãe do rei senta-se à sua direita, e intercede pelo povo ao rei. A Igreja vê na figura de Maria, desde o momento da Anunciação do Anjo, não só a realeza de Jesus Cristo, mas também a de sua mãe, que com humildade participa do Reino. Não se torna rainha por sua própria descendência ou por ter galgado ao trono, tampouco pode substituir o Cristo, mas se constitui como tal não devido aos seus próprios méritos, mas aos méritos de seu Filho, o Rei, já que tudo procede unicamente dele (MPf 19.33). Sua realeza está ligada à maternidade divina; em outras palavras, Maria é rainha da criação porque Jesus é Rei, e assim se configura mais plenamente a seu Filho, Senhor dos Senhores (LG 59). “Deus, em sua infinita bondade, em Jesus Cristo, presenteia Maria com os privilégios régios de ser a Mãe de Supremo Rei” (Pinto, 2018, p. 64; 104-105; cf. ACR 9.21.33.37). Em Maria, o Reino de Deus encontra sua mais elevada realização (Pié-Ninot, 2015, p. 109).

O texto de Ap 12,1-10, que vê a imagem de uma mulher aparecer no céu, vestida de Sol, com a Lua calçada e com uma coroa de 12 estrelas, foi visto pela tradição eclesial tanto como imagem da própria Igreja, como imagem de Maria Santíssima. No decorrer da visão inicial, a mulher esplendorosa dá luz a um filho, que há de reger todas as nações, e está ao lado de Deus em seu trono (Ap 12,5); pouco depois, com a derrota do dragão, uma voz forte do céu proclama a chegada da salvação e o reino de Deus, no poder de seu Cristo, seu Ungido (Ap 12,10) (cf. também Sl 44(45); Jr 13,18) (Ratzinger, 2020a, p. 90). A mesma tradição, desde os primeiros séculos, orna Maria como Rainha, e se dirige a ela nestes termos, como na oração da *Salve Regina* ou da *Regina Coeli*, por exemplo, pedindo sua intercessão ao Rei Jesus (ACR, n.29). Assim como a realeza de Jesus, que se verá, a de Maria não é vivida de modo triunfalista ou para ufanar-se, mas em espírito de serviço, humildade e reconhecimento de uma grandeza e realeza que não é sua, mas procedente de Deus, expressa e fundamentada especialmente na sua maternidade divina (Lc 1, 38-56) (LG, n. 56; ACR 33-34; MPf 33; Pinto, 2018, p. 368-369). Além disto, como primeira discípula e mãe do Rei, modelo para todo discipulado verdadeiro, também Maria intercede a seu Filho Jesus Cristo como Mãe do Povo fiel (MPf 49.73.76), por todos os seus filhos que em sua vida cristã, se tornam participantes do múnus régio, a seu modo particular, como se verá.

2.2.2 Nascimento e a visita dos pastores e Magos

No que concerne ao efetivo nascimento de Jesus Cristo, e aos episódios correlatos a este momento tão importante, algumas outras questões aparecem como pertinentes. Num primeiro momento, cabe olhar para a genealogia de Jesus, tal como construída pelo evangelista Mateus. De princípio, Mateus explicita que a genealogia é de Jesus Cristo, isto é, o Messias, o Ungido. Nesta, os nomes de Davi e Abraão são proeminentes. Ela e a história narrada são determinantes pela figura de Davi, o rei a quem fora prometido um reino eterno: “[...] o teu trono se estabelecerá para sempre” (2Sm 7,16); este é inclusive citado antes do próprio Abraão, a quem poderia se dar proeminência devido à procedência histórica, mas teologicamente Davi toma este lugar. Mateus apresenta sua genealogia ancorado na promessa feita por Deus a Davi. São três grupos de 14 gerações, subindo de Abraão até Davi, descendo de Salomão até o exílio, e subindo desde então até Jesus, em quem a promessa alcança o seu pleno cumprimento, anunciando a hora da chegada do Messias e do reino davídico, renovado com a instauração do Reino de Deus. Em Jesus, aparece o rei que permanecerá para sempre, no entanto, ele é

completamente diferente do que se poderia esperar com base no modelo de Davi. Mesmo assim, o nome de Davi e sua promessa caracterizam o caminho histórico de Israel desde Abraão até Jesus, fazendo de Mateus um verdadeiro autor do evangelho de Cristo Rei, pois a história toda, mesmo em sua genealogia, aponta para Jesus Cristo Rei, cujo trono estará firme pela eternidade (Ratzinger, 2020a, p. 14-15; Ratzinger, 2020b, p. 27).

A ascendência davídica presente nesta genealogia é garantida em Jesus devido à sua adoção filial por José. Deste modo, o evangelista garante a descendência de Jesus inserido na casa e sucessão de Davi, e no seio do judaísmo fiel, enfatizando a figura de José. É, juridicamente, o pai de Jesus e, portanto, segundo a lei, o confete o pertencimento à casa e sucessão de Davi, ligando-o assim à promessa profética de Natã. No entanto, para além de sua geração e descendência humana e mais importante do que isto, Jesus é transcendente pois é Filho de Deus (Tassin, 2020, p. 474-475; Dupont-Roc, 2020b, p. 122; Ratzinger, 2020a, p. 16.38).

Esse título de Filho de Davi reflete a preocupação de Mateus em apresentar Jesus como sendo o Messias, enviado para Israel para cumprir as promessas. No entanto, o Messias enviado não ser aceito pelos seus. Este título define corretamente quem Jesus é, mas de modo insuficiente e ambíguo, especialmente pois Jesus é mais do que apenas Filho de Davi, é Senhor e Filho de Deus, e ambíguo devido às variadas expectativas messiânicas da época, centralizadas na expectativa do Messias rei davídico. Jesus mesmo problematiza tal título ao dizer que o próprio Davi o chama de Senhor, então como poderia seu filho ser o Messias? (Mt 22,41-45). Neste trecho, não se afirma que Jesus não seja o Filho de Davi, mas que, inegavelmente é mais do que isso, é Senhor e Filho de Deus. Inegavelmente Jesus atribui o título de Messias a si, mesmo que de forma enigmática e não direta (Mt 23,10). De uma forma ou de outra, factualmente Mateus, logo no primeiro versículo de seu evangelho, acentua o messianismo e a descendência davídica de Jesus (Monasterio; Carmona, 2000, p. 227).

Dos textos do Novo Testamento, Mateus é quem mais utiliza a expressão Filho de Davi. O povo aclama a Jesus (Mt 21,9.15), as autoridades o desprezam (Mt 21,15-16), a multidão reage positivamente diante do poder de Jesus (Mt 12,23), e especialmente os que recorrem a Jesus em sua misericórdia, confiando em seu poder, e o chamando, ao mesmo tempo, de Senhor (Mt 9,27-28; 15,22.25.27; 20,30-33). Ambos os títulos, Messias e Filho de Davi carregam, no entanto, grande ambiguidade. Mateus parece querer evitar interpretações triunfalistas e meramente humanas desses títulos, tal como o próprio Jesus deve o ter feito (Monasterio; Carmona, 2000, p. 257).

Em linhas gerais, portanto, no primeiro versículo da narração de Mateus, ao desenvolver sua genealogia, Mateus demonstra sua linha cristológica, ao definir Jesus como o Filho de Davi, Filho de Abraão, isto é, situado e inserido no povo judaico. Enquanto Filho de Davi, Jesus realiza as esperanças messiânico-davídicas, sendo descendente de Davi, que nasce em Belém, pátria de Davi, filho de José, descendente de Davi (Mt 1,20). Nele confluem as esperanças do Antigo Testamento, mas será desprezado por seu povo, Israel, e acolhido pelos gentios, tal como na adoração dos magos do Oriente, abrindo o horizonte da Igreja, posterior a todas as nações (Monasterio; Carmona, 2000, p. 196-198).

O evangelista diz que Jesus nasceu em Belém, e especifica que seja Belém da Judeia. Belém é a cidade de Davi, dando cumprimento à profecia, era preciso que o Messias, filho de Davi, nascesse no mesmo local onde seu ancestral nascera (Dupont-Roc, 2020b, p. 124; TASSIN, 2020, p. 474-475), como já se viu. O acréscimo de identificá-la como Belém da Judeia, pode evocar a benção de Jacó a seu filho Judá: “O cetro não se afastará de Judá, nem o bastão de chefe de entre seus pés, até que o tributo lhe seja trazido e lhe obedeçam os povos” (Gn 49,10). É possível compreender este singelo pano de fundo tendo em vista que a narração versa acerca da chegada do Davi definitivo, o rei dos judeus que porta a salvação (Ratzinger, 2020a, p. 78):

[...] à palavra do profeta [Miquéias], Mateus acrescentou a afirmação, já mencionada, do segundo livro de Samuel (cf. 5,2), que lá se refere ao novo rei Davi e agora atinge o pleno cumprimento em Jesus. O futuro príncipe é designado como Pastor de Israel; assim se alude à solicitude amorosa e à ternura, que caracterizam o verdadeiro soberano enquanto representante da realeza de Deus (Ratzinger, 2020a, p. 89)

Aqui, se vê o agir de Deus que parece paradoxal pois gosta de inverter as verdades absolutas humanas: o que é grande nasce do que se parece, aos olhos humanos e no critério do mundo, pequeno, e o que é grande aos olhos da humanidade e do mundo, logo desaparece (Ratzinger, 2020a, p. 87-89):

A pequena cidade, considerada em si insignificante, torna-se afora reconhecível na sua verdadeira grandeza: dela sairá o verdadeiro Pastor de Israel. Nessa versão do texto, aparecem simultaneamente a avaliação humana e a resposta de Deus. E, com o nascimento de Jesus na gruta fora da cidade, o paradoxo confirma-se ainda mais (Ratzinger, 2020a, p. 89)

Segundo a Tradição da Igreja, os primeiros a encontrarem o Menino que nasceu são aqueles que estavam por aquela região, são os pobres pastores, que ouvem a voz do céu. Como supracitado, o próprio Pastor de Israel haveria de nascer na cidade de Davi, Belém, onde Jesus nasce, sendo evidente que ele cresce em Nazaré, causando confusões posteriores (Jo 7,41-42) (Ratzinger, 2020a, p. 58). A visita dos pastores é própria do evangelista Lucas que, os situando

como os primeiros visitantes de Jesus, quer demonstrar sua vinda dentre pessoas comuns e marginalizadas. A eles, aos pastores, o anjo revela a Boa-nova do nascimento do Messias (Dupont-Roc, 2020a, p. 120).

Naturalmente, nascendo Jesus fora da cidade, em ambiente de pastagens, seria normal que o Menino fosse primeiro encontrado por aqueles que estavam próximos do local. Eles representam os pobres de Israel, aquelas almas mais simples, pelas quais Jesus haveria de louvar o Pai (Mt 11,25-27), e destinatários privilegiados do amor de Deus. Davi é chamado do meio das pastagens, enquanto pastoreava, para ser eleito e ungido pelo Senhor (1Sm 16,11-13). Miquéias profetiza dizendo que, da cidade de Davi, irá surgir aquele que apascentará o povo de Israel (Mq 5,1-3). Jesus nasce no meio de simples pastores; ele é o grande Pastor da humanidade (Ratzinger, 2020a, p. 64).

O episódio da vinda e visita dos magos do Oriente ao Menino Deus nascido também é de importância proeminente. Podem ser astrólogos, mas são principalmente compreendidos, na teoria mais aceita, como sacerdotes persas¹, vêm do Oriente procurando onde está o rei dos judeus recém-nascido. Viram sua estrela do oriente e foram adorá-lo (Mt 2,1-2). A própria estrela pode ser sinal de sua realeza, como se vê em Nm 24,17, trecho que evoca o nascimento do rei de Israel sob uma estrela, nascida de Jacó, anúncio do rei Messias como um astro que se levanta (Dupont-Roc, 2020b, p. 124). De qualquer modo, os magos vindos do Oriente simbolizam a afluência de todas as nações para a adoração do Menino Deus que nasceu. Eles inauguram a grande procissão da humanidade que se encaminha para o Cristo. Não são apenas pessoas que o encontraram, mas simbolizam a expectativa interior do ser humano de encontrá-lo. Seria normal que os magos procurassem o recém-nascido rei dos judeus na cidade régia de Israel, Jerusalém, e o procurassem no palácio real; seria presumível que ele tivesse nascido lá, e por isso acabam se dirigindo ao palácio onde está Herodes. O encontrarão em ambiente bem mais humilde e desprovido que um palácio (Ratzinger, 2020a, p. 77-86; CIgC 528).

A Herodes, os magos perguntam pelo “[...] rei dos judeus [...]” (Mt 2,2). É uma expressão tipicamente não judaica; se fosse, provavelmente teriam dito “rei de Israel”. Essa expressão pagã voltará a ser usada por Pilatos, para escrever o *titulus* da cruz de Jesus (Jo 19,19). Aqui, pode-se refletir, que quando os primeiros pagãos perguntam por Jesus, de algum modo, já se transparece o mistério da cruz, que é “[...] indivisivelmente ligado com a realeza de Jesus” (Ratzinger, 2020a, p. 87).

¹ Aprofundar-se muito mais do que isto sobre a figura dos Magos não parece pertinente para a atual reflexão; para mais, conferir também RATZINGER, 2020a, p. 77-83.

Juntamente com toda a cidade de Jerusalém, Herodes fica alarmado com a situação, pois surge um pretendente ao trono, que poderia trazer-lhe contrariedades e infortúnios, o tirando de sua posição de poder. O alarme que se instaura em Jerusalém, pode ser prenúncio da agitação que toma conta da cidade quando Jesus entra derradeiramente na cidade, em sua montaria, e é aclamado como rei (Mt 21,10), demonstrando mais uma vez a possível união entre seu nascimento, realeza e cruz. Herodes manda reunir os chefes dos sacerdotes e os escribas. A resposta deles sobre onde deveria nascer, baseada nas próprias Escrituras, o rei dos judeus é Belém, situada a menos de meio-dia de caminhada de Jerusalém. Evocam as profecias, especialmente a já abordada profecia de Miquéias. Neste contexto, em Mt 2,6, o evangelista responde se utilizando de duas das profecias mais importantes sobre a vinda do sucessor messiânico: “E tu, Belém, terra de Judá, de modo algum és menor entre as principais cidades da Judeia; pois de ti sairá um chefe [cf. Mq 5,1] que apascentará Israel, o meu povo’ (cf. 2Sm 5,2)” (Ratzinger, 2020a, p. 88; Doré, 2014, p. 112).

Saindo do palácio de Herodes, com as orientações deste em mente, os magos, seguindo a estrela, encontram o Menino com Maria, sua mãe. Interessante notar a ausência de citação sobre José. Na presença do Menino Rei, os magos o reverenciam com uma *proskynesis*, ou seja, se prostram diante dele (Mt 2,11); está é a homenagem que se presta a um rei. Entregam seus presentes; não são presentes práticos, mas não o devem ser; assim como a reverência prestada, os presentes são um reconhecimento da dignidade real de Jesus. A tradição da Igreja viu nos presentes, representações de três aspectos do mistério de Cristo: o ouro que aponta para sua realeza, o incenso para sua divindade, e a mirra para sua paixão. Efetivamente, depois de ser descido da cruz, Jesus seria ungido com mirra, dentre outras coisas trazidas por Nicodemos. “Assim, através da mirra, o mistério da Cruz está de novo ligado à realeza de Jesus e prenuncia-se de maneira misteriosa já na adoração dos magos” (Ratzinger, 2020a, p. 90-91).

Os tesouros trazidos pelos magos – ouro, incenso e mirra – são outros tantos sinais do reconhecimento de uma realeza inaudita. Assim, desde o nascimento de Jesus, anuncia-se que a promessa de Deus a Davi se realiza para seu povo, mas também para muito além dele, para todos os povos da terra (Dupont-Roc, 2020b, p. 124).

Depois de encontrar-se com o Menino Deus e o adorarem, são avisados em sonho para não voltarem e informarem nada a Herodes. Seguem por outro caminho de volta para sua terra (Mt 2,12). De fato, deve mudar substancialmente a vida de todos os que se encontram com Jesus. Herodes, percebendo ter sido enganado pelos magos, manda assassinar as crianças menores de dois anos de Belém e de seus entornos. O nascimento de uma criança com aparentes traços messiânicos, se é que ele soubesse alguma coisa sobre isto, mas sendo da casa e dinastia

de Davi assusta Herodes, que teme perder o direito de governar como rei; por isso, comete tal atrocidade (Mt 2,3.7-8.16) (Peetz, 2022, p. 276). Demonstra-se desde já o que um ser humano é capaz de fazer tendo em vista a manutenção do seu poder; novamente, se verá isto em Pilatos, que condena um inocente para não deixar de ser “[...] amigo de César” (Jo 19,12).

Num salto histórico, pode-se passar a considerar o evento bíblico que conclui a vida oculta de Jesus e inicia seu ministério, isto é, sua via pública: “O ministério de Jesus começa com o seu batismo no rio Jordão por João Batista” (Ratzinger, 2020b, p. 27). O seu batismo pelo Precursor, devido às suas contribuições messiânicas e filiais, e a própria pessoa do Batista são dignos de nota diante do tema estudado.

2.2.3 O Batismo e o Batista, precursor do Messias

Entre Jesus e João Batista existem muitas diferenças, mas elementos presentes na mensagem de ambos são comparáveis, principalmente a vinda do Reino (Mascilongo, 2020, p. 169). Ambos vêm de Deus: um é profeta do Altíssimo (Lc 1,76) outro, o Filho do Altíssimo (Lc 1,32.35) (Artuso, 2011, p. 48). Antes do início do ministério de Jesus, o próprio João também pregara a iminência da chegada do Reino, e a necessidade de converter-se (Mt 3,2). No entanto, como a própria Escritura e a Tradição da Igreja identificaram desde cedo, João Batista é apenas sinal que antecede a vinda do Messias e prepara o terreno endireitando as veredas do Senhor (Is 40,3; Mt 3,3) para que este, ao chegar, pregasse verdadeiramente a iminência do Reino que chega, principalmente, com sua própria pessoa. Não à toa, João Batista foi identificado como o Precursor do Senhor; seu papel nos evangelhos está circunscrito a esta função. Todo o seu anúncio é referido a Jesus Cristo, pois ele, como profeta, deve anunciar a vinda do Salvador (Mascilongo, 2020, p. 174).

Nesta tarefa de ir à frente do Messias, João Batista sempre se preocupou em afirmar que não era ele mesmo o Ungido do Senhor, especialmente no quarto evangelho. Pensa-se logicamente que, se João Batista precisa negar, é porque desconfiavam que pudesse ser ele. No entanto, ele afirma por três vezes que não é o Messias:

Este foi o testemunho de João, quando os judeus enviaram de Jerusalém sacerdotes e levitas para o interrogar: “Quem és tu?” Ele confessou e não negou; confessou: “Eu não sou o Cristo”. Perguntaram-lhe: “Quem és então? És tu Elias?” Ele disse: “Não o sou”. – “És o profeta?” Ele respondeu: “Não”. Disseram-lhe, então: “Quem és para darmos uma resposta aos que nos enviaram? Que dizes de ti mesmo?” Disse ele: “Eu sou a voz do que clama no deserto: Endireitai o caminho do Senhor, como disse o profeta Isaías” (Jo 1,19-23).

A negação de João é a concretude da afirmação do quarto evangelho em seu prólogo em que afirma que ele não é a luz, mas veio testemunhá-la (Jo 1,8). João não é o Messias, não é a luz, mas veio preparar o caminho e testemunhar o Messias, que é verdadeiramente a luz (Jo 1,9-15.19-34) (Artuso, 2011, p. 48). Ademais, tem menos autoridade do que ele, nem mesmo sendo digno de desamarrar suas sandálias (Mt 3,11; Mc 1,7; Jo 1,27); aquele que vem é mais forte, e batiza com fogo e com o Espírito Santo; é Jesus, por meio de quem o Reino começa a acontecer (Artuso, 2011, p. 48-49). A negação de João abre caminho para a confissão de Jesus como o Messias, ao dialogar com a samaritana, aos pés do poço, por exemplo (Jo 4,26) (Barreto; Mateos, 2021, p. 83-84; Mascilongo, 2020, p. 172).

Episódio bíblico importante é o próprio Batismo do Senhor (Mt 3,13-17; Mc 1,9-11; Lc 3,21-22), que possui ligações importantes com o tema da filiação divina de Jesus e de sua realeza. Neste, haveria a manifestação do Filho e Servo de Deus, Messias e, enfim, o rei messiânico. O batismo está a serviço da revelação da identidade de Jesus, dando cada evangelista uma ênfase específica (Mascilongo, 2020, p. 170-173). Jesus é apresentado diante de todos com palavras do Antigo Testamento que remete à ideia messiânica do Rei que é entronizado enquanto servo e Filho amado de Deus (Sl 2; Is 42,1). Seu batismo é realizado com a unção pelo Espírito Santo, que inicia a sua progressiva constituição e qualificação como Messias. É de fato o Messias, o ungido, não com óleo, mas com o Espírito Santo, para anunciar a Boa-Nova aos pobres, libertar os cativos, curar os cegos, e publicar um ano da graça do Senhor (Lc 4,18). A vocação messiânica de Jesus fica mais do que evidente, como messianismo de serviço (Cardedal, 2022, p. 83; Generoso Silva, 2012, p. 147). Posteriormente, a comunidade nascente na pessoa de Pedro afirmaria sua unção: “[...] Jesus de Nazaré, começando pela Galileia, depois do batismo proclamado por João, como Deus *o ungiu com o Espírito Santo* e com poder [...]” (At 10, 37-38; grifos da tradução).

Os Padres viram nisto uma analogia com a unção, com a qual os reis e sacerdotes iniciavam seu ministério, tendo sido, pela unção, instituídos. Recordar-se o vínculo de tal unção com o anúncio de Jesus na sinagoga de Nazaré (Lc 4,18; Is 61,1). Portanto, na descida do Espírito Santo, Jesus é ungido, é o Ungido esperado, e neste momento é conferido a ele, formalmente, para a história e para o povo de Israel, a sua dignidade real (Ratzinger, 2020b, p. 39). Depois do batismo, Jesus manifesta sua vocação messiânica percorrendo a Galileia, pregando a proximidade do Reino de Deus (RM 13).

Assim, é ele [João Batista] que vê o Espírito descer do céu como pomba e é ainda ele que confessa que Jesus é Filho de Deus. Todos estes detalhes servem para pôr em evidência que o encontro entre o Batista e Jesus é a primeira

manifestação pública do Senhor: ele é o revelado como o Messias esperado, que o Batista veio anunciar, num papel claramente subordinado. Os discípulos de João Batista não se enganam e, deixando seu mestre, partirão em seguimento de Jesus (Mascilongo, 2020, p. 173).

Efetivamente, João pregara o Reino até então, mesmo que o enxergasse como um julgamento divino iminente (Dupuis, 2015, p. 60). A partir do início do ministério do próprio Messias, a quem vinha preparando o caminho, João sai de cena; agora é Jesus quem irá anunciar o Reino, chegado em sua própria pessoa, não apenas como julgamento divino iminente, mas como ação de Deus para salvar e libertar o seu povo. A Lei e os Profetas mantêm a sua autoridade até João Batista. Dali em diante o anúncio é feito por aquele a quem os profetas anunciavam, e sobre a Boa Notícia do Reino de Deus que chegou, e não mais é anunciado como futuro (Artuso, 2011, p. 48).

Por excelência, o profeta do Antigo Testamento é Moisés. É ele que, sob instrução de Deus, retira o povo do Senhor do Egito, intermedeia a recepção da Lei, que torna o povo de Israel uma nação, e a guia para a sua Terra Prometida. No entanto, como profeta, e devido a todos os acontecimentos no longo caminho, não entrará nela, mas apenas a vislumbrará ao longe (Dt 32,48-52). João Batista é o último dos profetas; o profeta do Novo Testamento. Prepara os caminhos do Senhor e sua chegada messiânica, convidando ao arrependimento e à conversão, devido à proximidade do Reino (Mt 3,1-2; Mc 1,14-15). Como Moisés que não adentrou na Terra Prometida, mas apenas a vislumbrou, João Batista não vê instaurar-se o Reino no ministério de Jesus, apenas o vislumbra na pessoa do próprio Jesus Cristo; narram os sinóticos de que quando a notícia da prisão de João Batista chega a Jesus, ele inicia seu ministério (Mt 4,12.17; Mc 1,14-15; Lc 3, 20-23). Os profetas viveram anunciando a chegada do Cristo; apenas João Batista pode apontar e afirmar: “É ele!”, “Eis o Cordeiro de Deus [...]” (Jo 1,29) (Guardini, 2021, p. 36).

Nesta esteira, em dado momento, Jesus afirma que “Em verdade vos digo que, entre os nascidos de mulher, não surgiu nenhum maior que João, o Batista, e, no entanto, o menor no Reino dos Céus é maior do que ele” (Mt 11,11; cf. Lc 7,28). De fato, a grandeza ou pequenez de um homem é medida através de sua participação no Reino de Deus. Entre os nascidos de mulher, João Batista é o maior, pois é o escolhido por Deus para anunciar a vinda do Messias e da chegada do Reino. Em outras palavras, João Batista é grande pois está na entrada do reino; no entanto, o menor discípulo de Jesus, que já participa do seu Reino, é maior do que João Batista. Ele anunciou até a iminência do Reino, mas não “entrou” efetivamente nele, apenas anunciou a sua chegada (Artuso, 2011, p. 55).

João Batista fecha o ciclo dos profetas, é o último deles, sendo o próprio Elias que deveria vir (Mt 11,13-14). Com a morte de João Batista, se encerra um tempo da história salvífica e se inicia outra. Até o momento tinham vigência a Lei e os Profetas; depois ele, o Reino que se aproxima (Cardedal, 2022, p. 85). Com Jesus, se inaugura o que estava sendo anunciado, a chegada do Reino de Deus (Artuso, 2011, p. 56).

2.3 Conclusão preliminar

Em suma, viu-se neste capítulo alguns antecedentes indispensáveis para compreender como o tema se desenrola em ambiente neotestamentário. No Antigo Testamento e na vida oculta de Jesus, isto é, antes do início do seu ministério, alguns conceitos são centrais para se conceber sua realeza, e até mesmo preparam tal tema ou o influenciam diretamente. A mentalidade do povo, na época de Jesus, era permeada especialmente pela expectativa messiânica, que não era única, mas plural, sendo esta uma descoberta proporcionada pela pesquisa, não esperada, juntamente com a preponderância da temática sobre o pastoreio no tema. Com as vicissitudes históricas que se sobrepuseram sobre o povo, a espera por um Salvador de Israel ungido se intensifica. Neste contexto, as figuras unguidas ganham destaque, sendo o rei uma destas, principalmente baseado na promessa de Deus a Davi, de descendência e realeza eternas. Com tal fundamento, é possível compreender a esperança messiânica real davídica. Os acontecimentos circunscritos à vida oculta de Jesus também se revelaram como importantes e constitutivos para a sua compreensão davídica e messiânica, explicitando sua natureza, mas são secundárias e colaterais à sua filiação divina e propriamente a sua divindade.

Percebe-se como o tema da realeza divina, tipificada na pessoa de Jesus no Novo Testamento, não é algo inédito no neste, mas estende suas raízes até mesmo antes da instituição histórica da monarquia em Israel, no Antigo Testamento. A expectativa messiânica, especialmente a real, aqui considerada, forma o pensamento do povo do tempo de Jesus de tal modo, que pode ser concebida como uma tela na qual a pregação, ação, e a própria pessoa de Jesus ganhará cores. Toda esta questão precedente influencia diretamente a vida pública de Jesus, a ser considerada no próximo passo. Conceber os antecedentes é condição *sine qua non* para bem compreender a centralidade do tema.

3. A MANIFESTAÇÃO DA REALEZA DE CRISTO: O ANÚNCIO DO REINO E O MISTÉRIO PASCAL

O Rei Jesus manifesta-se no Reino anunciado e sobretudo em seu mistério pascal enquanto paixão, morte e ressurreição. Tendo-se visto os elementos precedentes da realeza de Jesus, desde os veterotestamentários até os de sua vida oculta, sendo o último o seu Batismo, neste segundo capítulo se verá os elementos de sua vida pública, isto é, a partir de seu Batismo, que são proeminentes para o tema da realeza. Especialmente considera-se o anúncio do Reino, buscando conceber em que medida ele é compreendido como Messias e Rei, e de que modo ele realmente é e se manifesta. O Rei é o anunciador do Reino, que se faz presente em suas ações, pregação e sobretudo em sua própria pessoa. Especialmente quer se compreender como Jesus subverte as expectativas de um reino nacionalista, como visto, para instaurar um à sua imagem. Cabe ainda uma breve consideração sobre o duplo aspecto do Reino de Jesus: já presente e ainda por ser instaurado plenamente. Nos momentos derradeiros de sua vida, compreende-se como importante para o tema da realeza a sua entrada em Jerusalém e sobretudo no julgamento diante de Pilatos. O diálogo, presente na versão evangélica joanina, versa sobre a natureza da realeza de Cristo. Nisto, pulsa o coração desta pesquisa. Também se considera a condenação e a própria cruz de Jesus, seu trono real. O Rei é vivo e vencedor em sua ressurreição e em sua segunda vinda, na Parusia. Portanto, além de considerações sobre o Reino, este capítulo tem em vista trabalhar a questão da realeza de Jesus em seu mistério pascal. Com tamanha variedade de temáticas, nenhum tema poderá ser exaurido, o que seria uma tarefa homérica, apenas serão selecionados alguns aspectos gerais e mais proeminentes da temática para serem trabalhados, assim como foi no capítulo anterior.

3.1 O Anúncio do Reino de Deus

Uma das, senão a mais central atividade de Jesus é a pregação do Reino de Deus, o que fez incansavelmente. Como Rei, Jesus anuncia o Reino mais em sua própria presença do que através de suas palavras e ações. O Reino que o Rei Jesus anuncia, no entanto, não é exatamente o Reino esperado em sua época, numa das expectativas judaicas, que gostariam de um Reino nacionalista, que restaurasse a glória de Israel. Enquanto caminha rumo à cruz, o Cristo anuncia que o Reino está longe destas expectativas humanas, mas centraliza-se na presença de Deus no meio de seu povo.

3.1.1 A pessoa de Jesus: o Messias, filho de Davi e Filho do Homem

Segundo os evangelhos, Jesus cumpre as expectativas de Israel em sua pessoa (Theissen; Merz, 2002, p. 582), ele é o Messias e o Filho de Davi esperado (CIgC 439). Ele mesmo parece autocompreender-se deste modo possuindo consciência de si; no entanto, não cumpre as expectativas humanas quanto a estas categorias, mas caminha em direção contrária e apresenta o sofrimento e morte de cruz como estandarte verdadeiro de seu Reino e de sua realeza (Barreto; Mateos, 2021, p. 539). Somente depois da Páscoa, com a dotação do Espírito Santo, os discípulos compreenderão verdadeiramente a pessoa e a missão de Jesus (Gardener, 1965, p. 78; Theissen; Merz, 2002, p. 565).

Deste modo, Jesus não assume a messianidade nem a filiação davídica como categorias suficientes e capazes de explicá-lo. Não quis fazer-se a resposta isomórfica para as esperanças que eram colocados sobre sua pessoa, por isso nem assume nem nega sua messianidade, com exceção de, por exemplo, diante da samaritana (Jo 4,26), tanto porque, mesmo correspondendo, de modo particular, às promessas salvíficas, as realiza de forma diferente do esperado, isto é, de modo não político, não violento, não nacionalista; quanto pela dificuldade do povo e dos discípulos de compreenderem totalmente sua identidade, o que só aconteceria, de certo modo, com sua ressurreição e vinda do Espírito Santo. “Jesus reagiu ao “título de Messias” com tanta *secura* não porque o rejeitasse, mas porque era mais do que um Messias” (Theissen; Merz, 2002, p. 566). Igualmente, é mais do que o Filho de Davi (Sl 110,1; Lc 20,41-44). Evita, portanto, algum mal compreendido trazido pelo uso de tais títulos (CIgC 439; Ratzinger, 2020b, p.255; Cardedal, 2022, p. 117-118; Monasterio; Carmona, 2000, p. 155-158):

Jesus cumpre objetivamente o messianismo, trazendo o Reino e, com ele, a Salvação. Por isso, *in extremis*, não rejeitava esses títulos, pois suporia negar parte de sua identidade e de sua missão. Este é o caso da aceitação da confissão como Messias por Pedro (Mc 8, 29-30) e sua resposta a Caifás no processo (Mc 14,62). A renúncia de Jesus em aceitar expressamente o título de Messias está em conexão com o conteúdo doloroso e humilde que Ele ia imprimir-lhe diante do conteúdo nacionalista e político que esse título tinha para seus companheiros. Este é o fundamento do assim chamado “segredo messiânico”. Como poderia ser reconhecido como Messias alguém que relativizava a lei e se preparava para assumir o destino dos crucificados? (Cardedal, 2022, p. 118-119).

Diante na inaplicabilidade plena dos termos Messias e Filho de Davi, Jesus parece aderir a um outro título, para expressar mais acertadamente sua identidade e missão. Ele não viveu tudo aquilo que se esperava de um messias davídico, mas viveu muito mais. Para identificar seu programa inaudito, utiliza-se da categoria “Filho do Homem” (grego: υἱός τοῦ ἀνθρώπου,

huios tou anthrōpou) (Konings; Gomes, 2018, p. 44-45; Theissen; Merz, 2002, p. 477): “Jesus não quer entrar no papel do messias esperado, o messias davídico, dominador. Ele é o messias inesperado, inaudito: o Filho do Homem que se torna o Servo Sofredor que dá sua vida pela multidão ([Mc]10,42)” (Konings; Gomes, 2018, p. 65-66). O simples dito cotidiano de Jesus corrige expectativas excessivas depositadas sobre ele e afirma sua humanidade: o Filho do Homem deve sofrer e morrer, para poder chegar à glória final (Mc 8,27-33). A expressão cotidiana foi “messianicamente” revalorizada por Jesus (Theissen; Merz, 2002, p. 578-579; Gardener, 1965, p. 78). No entanto, mesmo assim, não perde seu valor escatológico final em referência a Dn 7, 1-14, em que tal figura de poder, dignidade e realeza instaurará um Reino divino e eterno (CNBB, 2018, p. 49). De qualquer modo, Jesus é o Messias, não do modo como esperado, mas Messias humilde e sofredor, pobre para os pobres (DT 4.9).

3.1.2 O Rei e o Reino

Este Cristo, para cumprir a vontade do Pai, inaugura na terra o Reino de Deus revelando os seus mistérios e operando a redenção, através de sua obediência (LG 3). Amalgamam-se Jesus e o Reino, o mensageiro e a mensagem: “Cristo estabeleceu o Reino de Deus na terra, manifestou com obras e palavras o Pai e a sua mesma pessoa, e levou a cabo a sua obra morrendo, ressuscitando e subindo glorioso ao céu e, finalmente, enviando o Espírito Santo” (DV 17). Em profunda continuidade com a tradição veterotestamentária, especialmente no que se refere às profecias messiânicas (Martín Nieto, 2001, p. 92), a missão e pregação de Jesus encontram seu centro no Reino. Aqui, os Testamentos se unem em continuidade (Gardener, 1965, p. 67). Por isso, Jesus falou sobre o Reino de Deus sem precisar esclarecer o seu significado, pois ele já era conhecido por parte de seus contemporâneos e ouvintes, seja pelo conhecimento das Escrituras, ou pelas tradições apocalípticas difundidas no período, ou mesmo devido à liturgia e as orações; sem dúvida, todo seu anúncio é a partir de raízes veterotestamentárias (Theissen; Merz, 2002, p. 264; Ferraro, 2021, p. 132). O anúncio do Reino de Jesus evoca as esperanças judaicas trabalhadas anteriormente, sobretudo o messianismo, subordinado à perspectiva do Reino (Almeida, 2012a, p. 141).

A expressão grega para Reino de Deus – βασιλεία τοῦ Θεοῦ (*basileia tou Theou*) –, praticamente ausente no Antigo Testamento (LXX) é chave nos evangelhos sinóticos; encontrado em Mateus, sob a variante βασιλεία τῶν οὐρανῶν (*basileia tōn ouranōn*; cf. Mt 18,3, por exemplo), traduzido para Reino dos Céus (Theissen; Merz, 2002, p. 264; Hünemann,

2014, p. 1500). A palavra Céu, presente apenas neste evangelista, sendo um traço característico seu, é paráfrase para Deus, que era evitada no judaísmo por respeito ao seu nome, o tetragrama sagrado, tal como se tem no segundo mandamento (Ratzinger, 2020b, p. 64). Reino de Deus e Reino dos Céus, portanto, são sinônimos.

A palavra *basileia* permite várias traduções: soberania, condição real ou *realeza* de Deus; exercício dela sobre seus súditos ou *reinado*; âmbito onde se exerce o *reino*. Os dois sentidos, dinâmico e local, estão presentes na pregação de Jesus e implicados nas parábolas. Dos três significados possíveis (dignidade real, exercício de seu poder, âmbito de sua soberania), o segundo é o fundamental. Jesus anuncia que Deus vem efetivamente para exercer sobre os homens a condição de rei [...] o Reino, que é simultaneamente oferta de Deus e descobrimento do homem, requer aceitação, ser vivido como superabundância de graça ou fortuna, mas precisa ser conquistado, ou seja, é também fruto do esforço (Cardedal, 2022, p. 87-88, grifos do autor).

Em sua origem, a palavra Reino é um termo político, coligado à expectativa de que Deus mudará a sorte de seu povo (Patuzzo, 2020, p. 13; Ferraro, 2021, p. 116), no entanto, com Reinado, entende-se o exercício de poder, parecendo mais apropriado do que Reino, que, por vezes, pode induzir a uma conotação terminológica espacial, o que não se aplica muito bem ao tema. De modo geral, é utilizado como designação englobante, para significar a soma dos bens salvíficos que Deus destina a seu povo (Hünemann, 2014, p. 1500; CIgC 2816).

Há consenso em afirmar que, nos Sinóticos, o tema do Reino de Deus constitui o núcleo da pregação de Jesus: “Podemos dizer, portanto, que o reinado de Deus é a realidade e o conceito mais centrais e mais fundamentais da vida de Jesus” (Aquino Júnior, 2011, p. 56). Efetivamente, a proclamação e a instauração do Reino de Deus são o objetivo de sua missão (RM 13). Em sua pregação, Jesus ultrapassa a significação que se tinha sobre o assunto no Antigo Testamento, dando-lhe nova significação, principalmente ganhando cores salvíficas, e ainda como sendo uma realidade concomitantemente presente e futura. Ele é presente na pregação de Jesus desde suas ações, até de modo explícito ou implícito em suas parábolas (Hünemann, 2014, p. 1501; Theissen; Merz, 2022, p. 264).

O conteúdo central de sua pregação e o sentido da existência de Jesus são a realidade e a realização da soberania real de Deus, como salvação para o homem. Esta ideia do Reino de Deus, “Deus Rei”, arraigada nas camadas mais baixas do AT [Antigo Testamento] (Sl 145,13; Dn 2,44; 4,31), centraliza toda a pregação de Jesus e instaura a conexão entre a proclamação inicial e as ações posteriores, as parábolas, as bem-aventuranças, a vocação de Israel e as exigências do discipulado, os milagres, a última ceia e a morte na cruz (Cardedal, 2022, p. 84-85).

O Reino é o centro da pregação de Jesus. Tema este já conhecido, mas que fora diferentemente conceituado ao longo dos tempos e na época de Jesus. Mas, para ele, o Reino é

uma ideia nova e original. É símbolo do domínio de Deus sobre o mundo, renovando as coisas e reestabelecendo as relações entre Deus e os homens, e dos homens entre si mesmos. Para Jesus, o Reino não é perspectiva unicamente futura, mas já está entre os seres humanos presentes em sua própria missão. Reino é a irrupção do poder e da ação de Deus entre os povos e a manifestação objetiva de sua glória; por isso Jesus anuncia a Boa Nova de sua chegada; e por isso o Reino já está presente, pois Deus, em sua pessoa, ele mesmo, é a ação de Deus no mundo (DUPUIS, 2015, p. 60). A pregação de Jesus é “reinocêntrica” e a partir do próprio Reino é que se pode compreender seu significado (Ruppenthal Neto, 2021, p. 16). Na sinagoga de Nazaré, em referência ao profeta Isaías (61,1-2), Jesus apresenta o seu discurso programático sobre o Reino, que ele começa a anunciar, em correlação à atividade do Espírito e sua unção messiânica (Cardedal, 2022, p. 87; Patuzzo, 2020, p. 24):

Ele foi a Nazara, onde fora criado, e, segundo seu costume, entrou em dia de sábado na sinagoga e levantou-se para fazer a leitura. Foi-lhe entregue o livro do profeta Isaías; desenrolou-o, encontrando o lugar onde está escrito: *O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou pela unção para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade aos oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor.* Enrolou o livro, entregou-o ao servente e sentou-se. Todos na sinagoga olhavam-no, atentos. Então começou a dizer-lhes: “Hoje se cumpriu aos vossos ouvidos essa passagem da Escritura”. (Lc 4,16-21; grifos da tradução).

O agente instaurador do Reino é, efetivamente, o próprio Jesus Cristo, e o ser humano somente pode recebê-lo; no entanto, isto não implica que seja apenas passivo, mas deve agir pelo Reino de Deus, deixando-se dominar e transformar-se por Deus, para identificar-se com os valores de Cristo e do Reino (Monasterio; Carmona, 2000, p. 133). O seu sujeito instaurador é Jesus, que, com sua pessoa, pregação e ação, afeta o tempo de modo decisivo e situa o homem diante de muitas possibilidades. Aceitar ou negar a participação no Reino, é aceitar ou negar o próprio Cristo (Gardener, 1965, p. 73-77; Cardedal, 2022, p. 90-91). Com a pregação do Reino de Deus:

[...] Jesus anuncia, à medida que fala do Reino de Deus, simplesmente Deus e precisamente o Deus vivo, que é capaz de agir de modo concreto no mundo e na história e que já está exatamente agora em ação [...] Neste sentido, a mensagem de Jesus é muito simples, sempre mais teocêntrica (Ratzinger, 2020b, p. 64).

Se se comparar a expectativa dos contemporâneos de Jesus e sua própria pregação, nota-se uma originalidade: primeiro que a pregação e instauração do Reino de Jesus não exhibe nenhum traço nacionalista, estando ausente a opção fundamental da esperança judaica; o Reino anunciado também é aberto a todos, e não apenas a Israel (Marguerat, 2020, p. 316-317). No

tempo de Jesus, devido ao período difícil que se está vivendo, especialmente devido a ocupação estrangeira, a pregação de Jesus sobre o Reino e sua esperança tem forte repercussão, pois se espera a vinda de um Deus Rei que governe. Neste contexto, com seu anúncio do Reino, Jesus acaba suscitando expectativas e esperanças (Ferraro, 2021, p. 117-119). Jesus parece estar ciente dos riscos que corre em questão de gerar ambiguidades políticas em seu discurso, mas ainda mais deve saber acerca da transcendência de sua mensagem acima de qualquer perspectiva humana, trazendo verdadeira salvação e esperança à humanidade (Marguerat, 2020, p. 315-316; Generoso Silva, 2012, p. 128).

A concepção do Reino que Jesus possui se afasta, portanto, do conceito de Reino esperado popularmente pelos judeus. Não um Reino vindouro para reestabelecer a glória nacional de Israel, mas para fazer presente a ação salvífica de Deus concretizada na própria pessoa de Jesus. Vê-se que Jesus se afasta dos conceitos messiânicos e reais políticos, para transmitir sua inédita noção de Reino. Pedro, em sua confissão messiânica (Mt 16,13-20; Mc 8, 27-30; Lc 9, 18-21) representa este messianismo político, diante do contexto religioso e social em que está inserido, tendo em vista que, logo depois da fala de Jesus, busca afastá-lo de sua paixão e morte de cruz. Quando se fala de um Messias e Rei glorioso da casa de Davi, como esperado, a conexão com a cruz gera estranheza a todos que ouvem (Ratzinger, 2020b, p. 252; Tassin, 2020, p. 478). Jesus, que vai em caminho contrário, o repreende, o que não é rejeição do título de Messias, mas uma crítica à disposição a ele vinculada, enquanto Messias vencedor e poderoso, que não pode passar pelo sofrimento e morte. O ser messiânico de Jesus está profundamente ligado à sua paixão e morte e não à dominação política, ou associado à revelação de um rei glorioso segundo critérios humanos (Theissen; Merz, 2002, p. 559; Fédou, 2020, p. 502-503).

Não apenas os discípulos, mas também o povo judeu parece pensar deste modo, indo contra o pensamento de Jesus sobre o Reino, expresso sobretudo nos evangelhos sinóticos, e presente de modo especial no quarto evangelho. Além de ser pensado como um profeta (Jo 6,14), há aqueles que querem fazer de Jesus um rei, mesmo que seja a força (Jo 6,15), tal como se vê ao final na narrativa da multiplicação dos pães no quarto evangelho (Jo 6,5-15). Para saciar a multidão, Jesus serve-se da debilidade e da escassez de recursos da comunidade, figurada por uma criança, um menino conduzido por André (Jo 6,8), de quem brota generosidade e partilha que abre as portas para a generosidade divina, multiplicando o que parece desproporcionado ao objetivo final. Jesus, portanto, parte da pequenez e simplicidade, símbolos de seu messianismo. O povo, no entanto, quer mudar seu programa messiânico, conferindo-lhe poder real, e querendo submeter-se ao seu senhorio, não como se esperaria, mas

buscando descarregar numa figura de liderança a sua própria responsabilidade de alimentar a si e aos demais. Querem renunciar à sua própria autonomia e liberdade para submeterem-se ao primeiro que é capaz de satisfazer seus estômagos.

Esse momento crítico obriga Jesus a propor explicitamente o sentido e sua messianidade [...] Jesus não renunciou a sua missão, cuja meta era a reconstrução e a integração de Israel como o verdadeiro povo de Deus, mas ao ver-se ameaçado com uma deturpação desta missão por seus compatriotas, se afasta deles (Cardedal, 2022, p. 124).

O Reino proposto por Jesus não é deste tipo. Sim, sacia os famintos. Mas não faz isto tendo em vista honrarias e poderes. Jesus se retira ao monte, sozinho, afastando-se daqueles que queriam, a força, deformar seu messianismo tornando-o um rei conforme seus ideais, e projetando nele a sua própria concepção de Messias. O monte é representação da esfera divina e de seu amor; a esta Jesus retorna depois de buscarem subverter a natureza de sua missão que é o serviço. Reconhecem Jesus, mas não a partir do sinal que acabaram de ver, e dos ensinamentos de partilha, frutos de sua pregação, mas o reconhecem através da concepção que eles mesmos forjaram. Vale a ênfase que queriam o fazer rei a força, através do uso do poder, do domínio. A realeza e messianismo de Jesus caminham por outros caminhos: não quer um reinado segundo os critérios e vontades do mundo e do pensamento humano, por isso se retira quando a multidão tenta proclamá-lo rei (CNBB, 2018, p. 51). A subida ao monte também é sinal de sua subida ao Calvário. No monte, os discípulos o deixam retirar-se sozinho; na paixão e morte, o abandonarão igualmente. Esta sim é a maneira pela qual Jesus se tornará rei, pela entrega de vida pelo bem e vida da humanidade (Jo 19) (Barreto; Mateos, 2021, p. 309):

Em muitas ocasiões, quando os judeus e até mesmo os apóstolos erroneamente supuseram que o Messias iria restaurar as liberdades e o reino de Israel, ele [Jesus] afastou e negou tal concepção. Quando a multidão, tomada de admiração, o cercava e queria o aclamar Rei, ele esquivou-se destas honras e buscou ocultar-se. Perante o prefeito romano ele declara que o seu reino *não é deste mundo* (QP 15², tradução nossa, grifos do autor).

O povo pretendia conferir um poder a Jesus que dispensasse a todos eles de qualquer esforço, pois teriam alimento ilimitado. Buscavam um pão institucional, isto é, um rei, que os dispensasse de qualquer responsabilidade. Jesus, ao contrário, insiste no sofrimento e na paixão do Filho do Homem; esta realeza proposta não é a sua, e por isso, muitos o deixam (Jo 6,66),

² “On many occasions, when the Jews and even the Apostles wrongly supposed that the Messiah would restore the liberties and the kingdom of Israel, he repelled and denied such a suggestion. When the populace thronged around him in admiration and would have acclaimed him King, he shrank from the honor and sought safety in flight. Before the Roman magistrate he declared that his kingdom was not of this world” (QP, n.15, grifos do autor).

certamente por não se satisfazerem com a expectativa e imagem que tinham em mente daquele que era dito como o enviado de Deus (Barreto; Mateos, 2021, p. 339).

Jesus nunca definiu sistematicamente o Reino, mas a referência ao reinado de Deus é a fonte que alimenta seu agir, no anúncio, nas parábolas, nos milagres, na comunhão na mesa e na prática do perdão, em outras palavras, na presença salvífica de Deus ente seu povo, concretizada na própria pessoa de Jesus (Marguerat, 2020, p. 315; Almeida, 2012a, p. 141): “Reino é o que acontece em Jesus, com Jesus e o que Deus realiza através de Jesus” (Cardedal, 2022, p. 90).

Jesus prega o Reino e, assim, dá início à sua Igreja. Este Reino anunciado por Jesus é manifesto claramente à humanidade em suas palavras, obras e em sua própria presença. Antes de qualquer outra coisa, o reino se manifesta na própria pessoa de Cristo (LG 5). Progressivamente, ele revela as características e as exigências do Reino em suas palavras e ações, mas sobretudo em sua pessoa (RM 14). Assim o Reino não pode ser identificado com nada que seja exterior a Jesus ou que lhe esteja alheio, tamanha é sua conexão com ele. O Reino é o símbolo real de Jesus. Como visto, o Reino não aparece pela primeira vez com Jesus, pois o povo eleito já havia feito a experiência inicial de ter a Deus como Rei; mas em Jesus essa realidade de Reino e de Rei assume sentido e se personaliza nele: “Cristo é o rei e o Reino, ambas as coisas [...] Por isso, quando Jesus chegou, chegou o Reino, porque Jesus Cristo é o Reino” (Martín Nieto, 2001, p. 90s). Pode-se dizer que o Reino não é outra coisa senão Deus mesmo que chega à humanidade em Jesus. Reino e Jesus Cristo não são idênticos, mas uma única perspectiva inseparável, pois autoimplicam-se (Cardedal, 2022, p. 92-94; Almeida, 2012a, p. 141). Seria inconcebível olhar para Jesus descartando o Reino que ele veio trazer, do mesmo modo que a sua missão é inseparável da construção do Reino (GE 25):

Jesus se distingue do Reino, mas às vezes se identifica dinamicamente com ele. Por uma parte, sua ação está totalmente a serviço do Reino, atuando como o arauto que o proclama com palavras e sinais e, por outra, é o enviado que o realiza em sua pessoa; por isso é *autobasiléia* (Orígenes), personificação do Reino, que assim já não é uma teoria, nem um projeto, mas uma pessoa (Mc 9,1): recebê-lo é receber o Reino (Mc 1,15) (Monasterio; Carmona, 2000, p. 133).

3.1.3 *Autobasiléia*: as palavras, parábolas e ações de Jesus Cristo e seu Reino

Vê-se que tamanha é a interrelação entre a realidade do Reino e a vida e missão de Jesus, que Orígenes define Jesus como a *autobasiléia*, ou seja, como o Reino de Deus em pessoa. Ele

é o Reino; não se trata de uma coisa, ou um reino geográfico, mas é uma Pessoa: é Jesus (Ratzinger, 2020b, p. 59). Em suas palavras e ações, isto é, em sua práxis, Jesus faz o Reino acontecer, demonstrando a atuação de Deus na história (Generoso Silva, 2012, p. 122; Aquino Júnior, 2011, p. 58):

Os escritos neotestamentários testemunham que as promessas do Reino de Deus, antecipadas no AT, são realizadas em Jesus Cristo. A nova criação, a nova aliança e o novo êxodo chegam em Jesus. Este é um outro modo de dizer que o Reinado de Deus veio. Os hagiógrafos do NT, frequentemente, descrevem tudo o que aconteceu com Jesus como a vinda do Reino de Deus [...] (Silva, 2021, p. 67).

As ações de Jesus manifestam o Reino, já presente em sua própria Pessoa, e são sinais deste Reino que vem, onde pode-se enxergar concretamente a ação de Deus na história e na vida do ser humano. Jesus não revela o Reino apenas com sua pregação, mas principalmente por sua ação; trata-se da dupla faceta de sua revelação: a pregação se tipifica em ação. São notórios os exorcismos, curas e milagres sobre a natureza, e ainda o perdão conferido aos pecadores e as vocações como sinais reveladores do Reino; cada uma destas ilumina e dá credibilidade à pregação de Jesus sobre o Reino (Monasterio; Carmona, 2000, p. 134.152). São sinais de que a ação de Deus na história, o Reino, vence o mal através dos exorcismos e tem em vista a libertação integral do ser humano, inclusive a dimensão corporal e temporal, e não apenas a espiritual, através das curas e milagres sobre a natureza. Mesmo assim, não é apenas taumaturgo prestigiado, pois olha para além do mal físico (RM 14; Martín Nieto, 2001, p. 100; Generoso Silva, 2012, p. 133-134). Ademais, são sinais que comprovam que o Reino de Deus já chegou à terra (LG 5), mas ainda em processo de implantação plena (Dupuis, 2015, p. 182).

João Batista, da prisão, envia seus discípulos para perguntar a Jesus se ele é o Messias ou se deve aguardar um outro; Jesus alega os sinais de seu Reino, pois palavras e obras falam por si sobre quem ele é: “Ide contar a João o que vedes e ouvis: *os cegos recuperam a vista, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres é anunciado o evangelho*” (Lc 7,18-23; grifos nossos onde se faz referência direta a Lc 4,18; cf. também Mt 11,4-5) (Artuso, 2011, p. 53-55).

Ademais às suas ações que inauguram o Reino, Jesus expressa as características essenciais e principais imagens deste através de sua pregação, sobretudo nas parábolas (CIgC 546). São imagem e concretização da pregação de Jesus (Monasterio; Carmona, 2000, p. 133). A grande complexidade do Reino, requer uma explicação palatável para ser compreendida. Por isso, Jesus aproxima-se do cotidiano do ser humano com imagens possíveis de serem compreendidas por todos; são sua mediação pedagógica-teológica. No entanto, a mesma

pregação de Jesus transparece um caráter misterioso do Reino, que não pode ser decifrado de modo cabal e absoluto. Em sua magnitude, não é possível encerrá-lo, mas Jesus faz o possível para torná-lo conhecido aos seus ouvintes (Martín Nieto, 2001, p. 94; Patuzzo, 2020, p. 82-83).

De certo modo, Jesus dá a conhecer a essência do Reino em pequenas parábolas; ele, em pessoa, é a parábola do Reino, sacramento do Pai (Ratzinger, 2020b, p. 168). São interessantes as parábolas da semente de mostarda e do fermento na massa (Mt 13,31-33; Lc 13,18-20). Ambas demonstram uma pequenez inicial, tanto pelo tamanho da semente como pela insuficiência da quantidade de fermento diante da quantidade de massa, mas revelam uma consumação grandiosa e dinâmico crescimento (Marguerat, 2020, p. 320; Ratzinger, 2020b, p. 66). São imagens do Reino: aparentemente insignificante e que desaparece no meio do mundo, tal como semente na terra e fermento na massa, mas seu crescimento é constante e terá proporções grandiosas em sua instauração final (Gardener, 1965, p. 73; Martín Nieto, 2001, p. 95; Patuzzo, 2020, p. 74). Em síntese:

Com simples ilustrações, as parábolas apontam que o reino anunciado por Jesus tem um começo pequeno, quase imperceptível aos olhos de muitos contemporâneos. Inicia-se com o ministério de Jesus e se expande largamente com a missão de seus discípulos e toma conta do mundo, transformando a vida de tantas pessoas que também se colocam a caminho. Assim como a força do fermento na massa e a semente lançada brota no jardim, o crescimento do Reino de Deus tem sua própria força e não pode ser controlado por nenhum outro reino (Patuzzo, 2020, p. 100).

Ainda vale retomar uma importante característica a ser considerada sobre a realeza de Jesus, já sinalizada no primeiro capítulo, onde viu-se sobre a questão do pastoreio. Deus era concebido sendo o Rei de seu povo não em sentido despótico, mas pastoril. Igualmente os reis, governando o povo de Deus em seu nome, o pastoreavam, tal como Davi, chamado do meio da atividade de pastor para ser o rei de Israel (1Sm 16,11-12; 2Sm 7,8). Ainda, a profecia de Mq 5,1-3 aguarda de Belém o chefe de Israel que irá apascentar seu povo (além de outras correlatas como Jr 30,31; Ez 34,11-15). Todo este contexto encontrará seu pleno cumprimento na pessoa do próprio Jesus, o Messias nascido em Belém (Sicre Díaz, 2016, p. 436-437). Se torna o pastor modelo, o Bom Pastor, novo Davi, mas sem aplicar a si nenhum título de honra (Barreto; Mateos, 2021, p. 468).

Neste contexto, Jesus descreve a si mesmo como sendo a porta das ovelhas e o Bom-Pastor (Jo 10,1-18). Retoma, purifica, e eleva ao seu pleno sentido toda a carga histórica desta imagem pastoril. Jesus reconhece e define a si mesmo em sua missão divina de apascentar o povo de Israel e, depois, todos os povos. Ao declarar-se como porta e pastor das ovelhas, de modo implícito, Jesus se declara como o Messias. Goza das duas prerrogativas expostas: é o

próprio Deus que vem apascentar seu povo, e o esperado da sucessão de Davi, o rei messiânico. Não se trata de um usurpador das ovelhas e nem as vê como bem material, mas alguém que tem sua voz conhecida por elas e as chama por seu nome, conhece interiormente, conduzindo à libertação, como Messias. Conduz, apascenta, liberta o povo para fora, livrando-o da morte. Jesus é modelo de pastor, pastor verdadeiro, que dá a vida por suas ovelhas (Barreto; Mateos, 2021, p. 453-458; Ratzinger, 2020b, p. 240-245):

Jesus é, na verdade, o pastor messiânico prometido no Antigo Testamento. Ele reúne as ovelhas perdidas da casa de Israel (Mt 9,36; 10,6; 15,24; cf. Lc 19,10 com Ez 34,15), inaugurando assim a era da salvação. É o dominador de Israel, prometido em Mq 5,3, que reúne o rebanho sem pastor (Mt 2,6; 9,36; Mc 6,34; cf. Ez 34,5). Ele deve contudo, primeiramente morrer em favor do rebanho (cf. Jo 10,1-30), e ressuscitar (cf. Mt 26,31-32; Mc 14,27-28; cf. Zc 13,7; Is 53). A era da salvação, na qual o rebanho reúne-se sob o Bom Pastor, só chegará ao seu clímax no dia do julgamento, quanto todas as nações forem reunidas ao redor de seu trono e ele separar ovelhas e cabritos (cf. Mt 25,32) (Almeida, 2012a, p. 58).

Dando a vida por suas ovelhas, Jesus as guia para o repouso nas verdes pastagens (Sl 23,2) que é o Reino, aqui concebido não como dimensão espacial, mas transcendente: “Não tendes medo, pequenino rebanho, pois foi do agrado do vosso Pai dar-vos o Reino!” (Lc 12,32). Jesus é o grande Pastor das ovelhas, reconduzido pelo Pai dentre os mortos através do sangue da eterna aliança (Hb 13,20). Seu redil, que é a Igreja, embora conduzido por pastores humanos, é verdadeiramente conduzido às pastagens e alimentadas por aquele que dá a vida por suas ovelhas, Jesus Cristo, o próprio “[...] bom Pastor e príncipe dos pastores [...]” (LG 6).

O Reino de Deus, por fim, carrega consigo dupla característica: já presente e ainda por ser instaurado plenamente: “Sobre a terra, o Reino já está misteriosamente presente; quando o Senhor vier, atingirá a perfeição” (GS 39). Jesus, no presente, instaura o Reino sobretudo em sua pessoa e realiza seus sinais, sabendo que a plenitude do Reino que estava anunciando reserva-se ao futuro (Cardedal, 2022, p. 88-89).

Não é uma realidade concluída, mas uma realização iniciada, que não caminha cegamente rumo à sua consumação, mas que integra a liberdade do homem. Por isso, o Reino abarca o presente e o futuro, o homem e Deus, o coração e a sociedade. O Reino é recebido de Deus e é o próprio Deus. Daí porque pedimos “Venha ao nós o vosso Reino”. Seus conteúdos convergem, mas não se identificam com os do reino dos homens (GS 39) (Cardedal, 2022, p. 91).

Na pregação de Cristo, o Reino é uma realidade já presente: “Contudo, se é pelo dedo de Deus que expulsos os demônios, então o Reino de Deus já chegou a vós” (Lc 11,20; cf. Mt 12, 28), mas também futura (Mc 8,38; 9,1.43.45.47; 10,15.23.25; 14,25), constituindo duas fases distintas, mas dinamicamente relacionadas entre si, formando uma mesma História da Salvação. Entre estes períodos, o principal dom confiado à Igreja, sinal do Reino presente e atuante,

garantia e antegozo da realidade vindoura é a Eucaristia (Mc 14,22-25) (Monasterio; Carmona, 2000, p. 132-133; Theissen; Merz, 2002, p. 279-283). O Reino é manifestado nesta tensão dialética principalmente na oração do Pai-Nosso ensinada por Jesus (Mt 6, 7-15; Lc 11,1-4), onde se pede a vinda futura do Reino sobretudo no segundo pedido (Theissen; Merz, 2002, p. 287). Quando Jesus ensina a pedir a vinda do Reino, e logo no pedido seguinte pede para que a vontade do Pai seja feita, realiza uma tautologia, pois o Reino de Deus instaura-se na medida em que sua vontade é feita (CNBB, 2018, p. 49).

No que concerne ao estabelecimento do Reino de Deus na terra, é preciso fazer três distinções. Em duas etapas Deus inaugura o seu Reino em Jesus Cristo: primeiramente, o Reino começa a despontar entre nós pela vida terrena e pelo ministério de Jesus; depois, esse Reino é verdadeiramente inaugurado no mistério pascal de sua morte e ressurreição. Mas esse Reino deve ainda crescer até a própria plenitude escatológica, no fim dos tempos (Dupuis, 2015, p. 37)

Em suma, é um Reino futuro, um Reino presente, e um Reino presente e futuro, sem que implique a existência de mais de um Reino, mas três aspectos de uma e mesma realidade (Ruppenthal Neto, 2021, p. 24).

3.2 O mistério Pascal de Jesus Cristo

O Rei Jesus manifesta-se no Reino anunciado. No entanto, muito para além do fato de ser Messias ou Filho de Davi, por fazê-lo presente por meio de sua pessoa, milagres, exorcismos ou anunciando-o através de parábolas, mas sobretudo silenciosa e eloquentemente sobre a cruz.

3.2.1 A entrada em Jerusalém

A entrada e chegada definitiva de Jesus em Jerusalém é ponto crucial que manifesta sua realeza e messianismo. Sobretudo salienta-se a dicotomia da expectativa do povo e como ele mesmo realmente é Messias e Rei. Chegando em Jerusalém, Jesus aproxima-se cada vez mais de sua morte. Na medida em que se aproxima de seu futuro humano, sua morte e ressurreição, vem o Reino. Enquanto Jesus cada vez mais aproxima-se da cruz, mais próximo está o Reino (Balthasar, 2023, p. 124; CIgC 559-560).

Ele prepara-se para entrar na cidade do monte das Oliveiras (Mt, 21,1; Mc 11,1; Lc 19,29), de onde se espera a entrada do Messias; manda a frente seus discípulos, que encontram para o Senhor um jumento preso, que nunca havia sido montado (Mc 11,2; Lc 19,30). Jesus nunca solicitara montaria; é um detalhe importante, pois aponta para um direito régio de requisição de meios de transporte, conhecido na Antiguidade, sobretudo um animal nunca

montado. Recordar-se a bênção de Jacó a seu filho Judá, (Gn 49,10-11), que cita o jumentinho amarrado, coligado à figura à qual todos obedecerão. Também importante recordar a própria profecia de Zacarias, que em contexto pós-exílico (Konings; Gomes, 2018, p. 58) fala da chegada futura de um rei humilde, montado num jumento:

Exulta muito, filha de Sião! Grita de alegria, filha de Jerusalém! Eis que o teu rei vem a ti: ele é justo e vitorioso, humilde, montado sobre um jumento, sobre um jumentinho, filho da jumenta. Eliminará os carros de Efraim e os cavalos de Jerusalém; o arco de guerra será eliminado. Ele anunciará a paz às nações. O seu domínio irá de mar a mar e do Rio às extremidades da terra (Zc 9,9-10).

Este que vêm é um rei da paz, e não do conflito; rei pobre que não domina através do poder político e militar. No tempo de Davi o jumento era expressão da realeza, e por isso Zacarias apresenta-o como montaria real do novo rei que levaria a paz para Jerusalém. No entanto, já no tempo de Zacarias e ainda mais no de Jesus, o cavalo tinha tomado o lugar enquanto expressão dos poderosos, o jumento tornara-se expressão dos pobres. De qualquer modo, com um jumento, Jesus cumpre a profecia. Até assim, sua realeza se expressa de modo bem diverso na contramão dos poderosos (Ratzinger, 2020c, p. 27). Vem montado num jumento, cavalgadura dos pobres e não num carro de guerra, contrastando com os grandes reis mundiais: é rei da paz, domina através do poder de Deus, e não poder humano (Ratzinger, 2020b, p. 84). Jesus não se apoia na violência e tampouco planeja uma insurreição militar contra Roma, mas mostra seu poder diferente, na pobreza e humildade de um jumento e na entrega de vida na cruz, que acontecerá em poucos dias.

Segundo os evangelhos, Jesus monta nele (Mt 21,7; Mc 11,7; Jo 12,14), com a exceção do evangelho segundo Lucas no qual os discípulos “[...] fizeram com que Jesus montasse” (Lc 19,35); Lucas recorda-se e transpõe em Jesus o episódio em que Davi ordena: “[...] fazei montar na minha mula o meu filho Salomão [...]” (1Rs 1,33-34) para que ele fosse ungido rei de Israel. O rei que vem será um novo Salomão, em referência à raiz de seu nome, *shalom*, paz. Em outras palavras, Salomão para sua unção e entronização é montado num jumento; Jesus, assim como longínquo ancestral também o faz: é Messias e rei humilde, o primeiro a desejar a paz entre os povos (Renaud, 2014, p. 1126). Nisto, revela-se a essência do Rei e de seu Reino que chegam (Ratzinger, 2020b, p. 85).

A montaria, então, tanto ressalta a humildade do rei que chega quanto o retorno aos tempos antigos, onde os chefes não montavam cavalos, mas jumentos (Gn 49,10-11; Jz 5,10; 10,4; 12,14; 2Sm 19,27). O jumento simboliza a paciência e a paz; o cavalo a agressividade e a guerra. O rei deve ser instaurador da paz e não criador de cavalos (Dt 17,16) (Sicre Díaz, 2016,

p. 440; Konings; Gomes, 2018, p. 58). Mesmo a ação realizada pelo povo de estender as capas está ligado a uma tradição real em Israel (2Rs 9,13), enquanto é aclamado:

A numerosa multidão estendeu suas vestes pelo caminho, enquanto outros cortavam ramos das árvores e os espalhavam pelo caminho. As multidões que o precediam e os que o seguiam gritavam: Hosana ao Filho de Davi! Bendito o que vem em nome do Senhor. Hosana no mais alto dos céus! (Mt 21,8-9)³.

Jesus é reconhecido como o novo Davi, Davi redivivo, rei ideal do povo, cumprindo a promessa divina (2Sm 7,14). O chamam de Rei de Israel, tal como fizera Natanael no início do quarto evangelho (Jo 1,49) (Stock, 2022, p. 586-588; Barreto; Mateos, 2021, p. 540-545). Ele manifesta seu messianismo quase em voz baixa, isto é, mais com gestos do que com palavras, mais sugerindo do que proclamando, e principalmente entrando em Jerusalém como um Messias de paz e não de guerra (Puig, 2020, p. 553; CIgC 559).

Em outras palavras, a entrada em Jerusalém está repleta de símbolos messiânicos: o jumento, os mantos e palmas no caminho, aclamações e gritos ao filho de Davi. Tudo isto evoca o Reino que já chegou. O povo, vendo toda esta cena e os símbolos que a compõe, realiza uma aclamação messiânica vitoriosa de caráter nacionalista, tal como popularmente concebiam (Barreto; Mateos, 2021, p. 539; Puig, 2020, p. 533-534). Jesus cumpre as profecias sobre a chegada do Messias, no entanto: “Jesus não propõe, portanto, messianismo triunfal e nacionalista, como esperavam os seus contemporâneos. O Messias não será dominador nem limitará o seu horizonte a Israel” (Barreto; Mateos, 2021, p. 338). Até então, evitara ao máximo ser chamado de Messias e rejeitara sistematicamente ao título de Rei, mas aqui apresenta-se como tal (Guardini, 2021, p. 445; CIgC 559.570). Ao contrário do que esperava a aclamação messiânica nacionalista, Jesus proporá o Messias crucificado, desconcertando o povo, pois se opõe ao conceito tradicional de Messias esperado (Barreto; Mateos, 2021, p. 539).

Através desse gesto simbólico, Jesus leva a compreender, sem usar palavras, que ele vem até Jerusalém como o rei prometido e enviado por Deus. Jesus dá a entender também o caráter particular de sua realeza: não vem como um rei guerreiro, com exército, armas e violência, mas como um rei manso, desarmado e pacífico. O povo mostra, com gestos e aclamações ter percebido o significado real da ação de Jesus [...] A entrada messiânica de Jesus em Jerusalém, montado em um asno, manifesta a natureza e o significado de toda a ação hierosolimitana de Jesus. Jesus sobe a Jerusalém não como peregrino, mas como Filho de Davi, como rei enviado por Deus, cumprindo as antigas promessas [...] Agora se evidencia que ele se dirige de modo particular para a

³ Os outros evangelistas também dão destaques especiais a esta cena, pertinentes ao tema, como em Marcos onde o povo bendize o Reino vindouro de seu pai Davi (Mc 11,10); Lucas coloca na boca do povo a aclamação ao Rei que vem em nome do Senhor (Lc 19,38); e em João o aclamam como o que vem em nome do Senhor, o rei de Israel, o quarto evangelho até mesmo cita a profecia de Zc 9,9-10 (Jo 12,13-15).

cidade de Jerusalém e que a sua realeza é de natureza mansa, pacífica, desarmada, aberta para a paixão (Stock, 2022, p. 585).

A multidão que aqui aclama Jesus, na periferia da cidade, não há de ser a mesma que, depois, pede sua crucificação (Ratzinger, 2020c, p. 21).

3.2.2 O julgamento diante de Pilatos

Diante de Pilatos, Jesus é julgado pelos pretensos crimes que cometera. O diálogo com o governador romano é decisivo para compreender sua realeza, e tende a coroar tudo o que foi descrito e discutido até aqui, desde os antecedentes veterotestamentários, passando pela “vida oculta” de Jesus, e em seu ministério, durante a pregação do Reino. Os quatro evangelhos canônicos narram este diálogo e julgamento, sendo que cada um sublinha aspectos distintos dependendo de sua perspectiva teológica própria. A versão lucana, por exemplo, acrescenta o envio de Jesus diante do Rei Herodes, que se encontrava em Jerusalém naqueles dias (cf. Lc 23,7-12). Contudo, há grandes convergências, entre as quais: o distanciamento de diversas expectativas messiânicas, a afirmação da realeza de Jesus e a profunda relação entre realeza, paixão e cruz, sem deixar de considerar as demais dimensões do mistério pascal, igualmente importantes. Como sublinha Ratzinger: “A realeza de Jesus e sua Paixão andam juntas” (2020a, p. 88).

Quanto à narrativa do quarto evangelho (Jo 18,28-19,16) nota-se uma riqueza de detalhes ausente nas versões sinóticas. Assim, a problemática do Reinado e da autoridade de Jesus, bem como a natureza e revelação de sua realeza, serão analisadas a partir da versão joanina, não excluindo, quando couberem, alguns intercruzamentos com os sinóticos.

No diálogo com Pilatos está em discussão a identidade messiânica de Jesus; se ele é ou não o Messias esperado, se é ou não o Rei dos judeus, o que será escrito no *titulus* acima de sua cabeça (Barreto; Mateos, 2021, p. 759). Apenas Roma poderia reconhecer reis regionais, tal como fizera com Herodes, delimitando seu território e direitos. Um rei que aparecesse sem tal delimitação romana era entendido como um rebelde que ameaçava a *pax romana* e, por isso, era réu de morte. No entanto, no diálogo, Pilatos percebe que de Jesus não nascia nenhum movimento revolucionário, mas pelo que parece, entende que ele apenas violou alguns ordenamentos judaicos, o que não lhe interessava, e isto deve ser julgado pelos próprios judeus. Para além disso das observâncias rituais e do descanso sabático, incomodam às autoridades judaicas sobretudo a manifestação de seu messianismo e filiação divina (Castillo, 2017, p. 46).

Em sua jurisdição e na esfera do que era de sua competência, Jesus não era ameaça alguma para Pilatos, pois de nenhum modo efetivamente ameaçava a paz legal. No entanto, durante o interrogatório, Jesus se declara Rei, mesmo que seu Reino não seja deste mundo (Ratzinger, 2020c, p. 172-173). Devido a dicotomia entre a atividade de Jesus e a sua execução é provável que seus acusadores e o próprio juiz, Pilatos, tenham reinterpretado a intenção de Jesus, não segundo o que ela efetivamente era (Theissen; Merz, 2002, p. 485-486).

Até a sua paixão, como visto, Jesus mantém um distanciamento do título de Messias, evitando sua utilização e que outros o identificasse assim, pois as concepções populares vinculadas a este título carregam muitas ambiguidades, especialmente no que se refere a esperanças políticas e guerreiras. No entanto, próximo do fim de sua vida terrena, e no contexto de uma hostilidade crescente contra ele, Jesus parece aceitar o título, mesmo que não o diga diretamente, como na entrada em Jerusalém, ou afirmando diretamente, como diante de Pilatos ou das autoridades judaicas. No entanto, deste modo e com todos os acontecimentos seguintes, Jesus assume o título de Messias e mais do que isso, o encarna sob uma nova perspectiva teológica, com novo conteúdo, diferenciando-se de todas as expectativas populares (Renaud, 2014, p. 1126). Um novo posicionamento teológico, à luz da rejeição, sofrimento e morte do Filho do Homem, convida seus(as) discípulos(as), de ontem e de hoje, a interpretar e compreender sua identidade messiânica numa perspectiva ampla, um reinado humanizado que desloca e sucede os reinados animais das feras (cf. Dn 7).

Diante das acusações, momento decisivo entre a vida e a morte, seria racional – e por que não humano – negar e esconder sua natureza para salvar a própria vida. Jesus, no entanto, responde sem ambiguidade por sua messianidade e realeza; neste momento crucial, a sua paixão e morte manifestam que Jesus não é Messias ou Rei no sentido de uma realeza terrestre, ou mesmo de um agitador público. Ele sabe ser o Messias, mas num sentido que contradiz as representações difundidas popularmente, não por poder, mas por serviço e entrega de vida, para a instauração do Reino de Deus. Ele não nega, como nunca negou: é sim o Messias (Cristo), é sim o Filho de Davi esperado, é sim o Filho de Deus, mas mediante a passagem pela humilhação do sofrimento e da morte de cruz (Fédou, 2020, p. 502-503; Barreto; Mateos, 2021, p. 761).

Os evangelhos destacam as reticências do Nazareno quanto às etiquetas sagradas coladas à sua pessoa. Percebido como um messias, ele precisou resistir às solicitações de um poder régio. As autoridades do Templo captaram este motivo, já que, no nível mais concreto, fizeram condenar Jesus por perturbações da ordem pública, junto com suas pressupostas pretensões à realeza (Tassin, 2020, p. 473).

Se Jesus fosse confundido como um líder político ou pretendente real e revolucionário, na verdade, seria considerado um rival direto do Imperador, Tibério César, soberano do povo judeu devido à dominação romana, à época. No julgamento, sob a ótica política, parece ser esta a acusação que recai contra Jesus, a sua pretensão real. Ao menos é o que afirmam as autoridades judaicas frente às romanas. Mesmo que houvesse outras questões contra ele, as quais não importariam tanto aos seus dominadores e não seriam suficientes para condená-lo diante de uma autoridade política e não religiosa, como, por exemplo, as blasfêmias. Por não poderem acusá-lo de crimes religiosos, o acusam de crimes políticos: “Começaram então a acusá-lo, dizendo: “Encontramos este homem subvertendo nossa nação, impedindo que se paguem os impostos a César e *pretendendo ser Cristo Rei*” (Lc 23,2; grifos nossos). Não apenas entregam ao poder opressor um de seus concidadãos, mas um que poderia ser reconhecido, pelos olhos e ouvidos atentos, como o Messias tão aguardado por eles (Puig, 2020, p. 533.591; Ferraro, 2021, p. 174-175; Barreto; Mateos, 2021, p. 761). A questão da realeza de Jesus afetava diretamente o poder romano (Silva, 2021, p. 38- 44), mesmo que seja religiosa pois, neste caso, a religiosidade circundante à figura de um Messias Salvador e libertador tem profundas consequências políticas, como se vê:

A religião e a política eram dimensões, inextricavelmente, entrelaçadas, tanto para as autoridades judaicas que acusam Jesus, quanto para Pilatos. Nesse sentido, a Realeza de Jesus, seja de ordem religiosa ou seja política, era, de fato, uma ameaça para o governo de César (Silva, 2021, p. 73).

Em suma, Jesus é acusado diante do tribunal romano por agitação, sublevação política e por se afirmar rei dos judeus. Na perspectiva política, trata-se, portanto, subversão, visto que não poderia haver outro rei que não fosse o Imperador Romano. Sob a ótica religiosa, a blasfêmia, estaria fundamentada na pretensão de fazer-se Filho de Deus. Por razões diferentes, a pessoa de Jesus tornara-se uma séria ameaça tanto às autoridades judaicas quanto ao Império Romano. Como a acusação no campo religioso não seria considerada pelas autoridades romanas, ele é acusado por motivos políticos, sendo-lhe pedida a pena de morte. Pilatos cede ao pedido. Com este panorama, para definir a natureza da realeza de Cristo, é importante considerar o diálogo entre ele e Pilatos:

Então Pilatos entrou novamente no pretório, chamou Jesus e lhe disse: “Tu és o rei dos judeus?” Jesus lhe respondeu: “Falas assim por ti mesmo ou outros te disseram isso de mim?” Pilatos respondeu: “Sou, por acaso, judeu? Teu povo e os chefes dos sacerdotes entregaram-te a mim. Que fizeste?” Jesus respondeu: “Meu reino não é deste mundo. Se meu reino fosse deste mundo, meus súditos teriam combatido para que eu não fosse entregue aos judeus. Mas meu reino não é daqui”. Pilatos lhe disse: “Então, tu és rei?” Respondeu Jesus: “Tu o dizes: eu sou rei. Para isso nasci e para isto vim ao mundo: para

dar testemunho da verdade. Quem é da verdade escuta minha voz” (Jo 18, 33-37).

Nestes versículos, se destaca a recorrência léxica dos termos Rei ou Reinado, empregadas seis vezes, em clara diferença ao restante do Evangelho que apenas raramente faz uso destes termos ou correlatos. João evidencia o título que descreve Jesus neste contexto específico de sua paixão, é Rei do universo. Seu reino não é deste mundo e não se prevê quando será instaurado, podendo ser futuro ou de natureza eterna, e não se findará (Silva, 2021, p. 24).

Como dito, e demonstrado até aqui, na tradição judaica o termo Rei de Israel era também utilizado em ligação com a noção de Messias esperado (Jo 1,49; 12,13). Quando Pilatos pergunta para Jesus se ele é o rei dos judeus, está perguntando se ele é o Messias-Rei; mesmo não sendo judeu, é provável que Pilatos estivesse inteirado de alguns conceitos religiosos do povo que oprimia, sobretudo os que possuíam conotação política, o que poderia interessar-lhe, como neste caso, por motivos de dominação política. Mesmo não sendo rei e, portanto, sem autoridade para tanto, Pilatos julgará o Rei Jesus Cristo. Ele, no entanto, explicita a natureza de sua Realeza (Jo 18,36-37). Seu Reino não pertence a este mundo, isto é, a origem de sua Realeza não está assentada sobre a dominação ou a violência; a natureza de sua realeza e de seu messianismo são diversas e incomparáveis com a realeza mundana, tal como exercida por Pilatos, pelo Império, ou pelos demais revolucionários político-religiosos da época. Tampouco é apenas rei dos judeus, não usa esta especificação; ao contrário, sua realeza estender-se-á a toda a humanidade. João define que Jesus de fato é Rei, para isto nasceu e veio ao mundo, para isto é o Filho encarnado. Seu Reino consiste no testemunho da verdade; em João a realeza de Jesus e o testemunho da verdade são duas realidades inseparáveis. Em outras palavras, o tema central do trecho do diálogo é a realeza de Jesus como testemunho da verdade, o que a insere no grande contexto do quarto evangelho que desde o início apresenta Jesus como testemunha da verdade e como a Verdade em si (Jo 14,6) (Silva, 2021, p. 19.90; Barreto; Mateos, 2021, p. 758-759.763-765).

O Messias que Deus oferece a Israel cumprirá as promessas de modo muito superior e diverso do que o imaginado pela expectativa popular. Não ocupará o trono, coarctando com o seu poder a liberdade dos seus súditos, mas oferecerá uma vida que, fazendo conhecer a verdade sobre Deus e sobre o homem, fã-los-á livres (Barreto; Mateos, 2021, p. 767).

Em suma, as características de sua realeza e messianismo são estas explicitadas nas respostas de Jesus: a renúncia ao uso da força, já que seu reino não é deste mundo, e a missão de testemunho da verdade. Ambos demonstram quem ele é através de suas ações tomadas até então, mais até do que em suas palavras (Barreto; Mateos, 2021, p. 759-765).

O acusado declara possuir Reino e realeza, mas totalmente diversas, ninguém haverá de combater por eles; não será assim que reivindicará seu direito de reinar. Sob a ótica humana, poder militar e violência são características essenciais de um reino, e por isso Pilatos permanece atordoado diante de Jesus. Para ele, tudo aquilo deveria parecer estranho e um desvario do acusado, até mesmo algo misterioso, pois ele não era igual aos outros que ele tinha conhecido, que estavam lutando contra a dominação romana, e que queriam restaurar o Reino de Israel. As falas de Jesus vão num sentido totalmente oposto. Para Pilatos e para os demais, como se pode falar de Reino sem se tratar de um domínio político e militar? Os padrões reais de Jesus, sendo divinos, não se coadunam com os humanos, e o prefeito romano percebe que o réu não é ameaça alguma para o Império. Distanciando-se de características como poder ou dominação, o Reino de Jesus fundamenta-se no testemunho da verdade (Ratzinger, 2020a, p.11; 2020c, p. 172-173; Barreto; Mateos, 2021, p. 759; Silva, 2021, p. 73).

No diálogo entre Pilatos e Jesus, dois reinos opostos, um deste mundo e um que não pertence a este mundo se encontram e seus valores se chocam. Aparentemente, aquele que detém poder na cena é Pilatos, pois tem poder de soltar Jesus ou de condená-lo; no entanto, o poder não é mérito seu (Jo 19,10-11). O verdadeiro poder é o de Jesus, não poder armado, não poder de mandar soltar ou matar, mas poder enquanto testemunho da verdade e entrega generosa de vida pelo bem da humanidade, não apenas temporal, mas transcendente, para que todos tenham vida, e vida em abundância (Jo 10,10) (Silva, 2021, p. 77).

O relato joanino apresenta a contraposição entre duas concepções de reinado: o Reinado de Deus anunciado por Jesus e o reinado do império romano representado por Pilatos. O Reino da verdade estabelecido por Jesus tem suas raízes nas Escrituras de longa tradição em Israel. Para a comunidade joanina, a verdade tem poder em si mesma porque vem de Deus. Em João, Jesus incorpora, em sua missão de Rei-Messias, todas as esperanças de Israel, não mediante o poder político, mas pelas imagens do Bom-Pastor que dá a vida pelas ovelhas; como a luz do mundo; como a ressurreição e a vida; como o caminho, a verdade e a vida etc. (Silva, 2021, p. 92).

Jesus, quando descarta que seu Reino esteja apoiado na força, deixa claro que não tem pretensão a qualquer trono terreno. Pilatos enfoca na conotação política da conversa, que é o que lhe interessa e o que seria natural num contexto de corte e julgamento; Jesus tende ao outro lado, a mudar o enfoque da conversa para uma outra dimensão de reinado que não é política, o que Pilatos desconhece. Jesus pratica o serviço ao ser humano através da entrega de vida, não através da dominação e do poder, mas pela justiça e prática do amor. O messianismo de serviço de Jesus, contrário à reação violenta ou o poder da força, frustra em demasia os espíritos inflamados da maioria do povo, ávido por justiça. O uso violento do poder pertence à esfera do

pecado, pois é prática de injustiça; nisto precisamente reside a distinção de sua realeza com as demais. Não se fez rival de seus adversários e malfeitores, buscando disputas de poder, mas se entrega nas suas mãos (Barreto; Mateos, 2021, p. 762; Martín Nieto, 2001, p. 81; Generoso Silva, 2012, p. 174; Silva, 2021, p. 87).

Com tal entrega à paixão, o que faz de consciência clara e liberdade decidida, o Cristo é coerente em sua pregação do Reino, e a mantém até as últimas consequências. A não resistência de Jesus desde sua entrega o distingue das expectativas revolucionárias que o circundavam (Cardedal, 2022, p. 161-163; Silva, 2021, p. 73). Em suma:

No diálogo entre Jesus e Pilatos, trata-se da realeza de Jesus e, conseqüentemente, da realeza do “reino” de Deus. Precisamente no diálogo de Jesus com Pilatos torna-se evidente que não existe qualquer ruptura entre o anúncio de Jesus na Galileia – o reino de Deus – e os seus discursos em Jerusalém. O centro da mensagem até a cruz – até a inscrição na cruz – é o reino de Deus, a nova realeza que Jesus representa. Mas o centro dessa realeza é a verdade. A realeza anunciada por Jesus nas parábolas e, por fim, de modo totalmente aberto diante do juiz terreno é, precisamente, a realeza da verdade. A instauração dessa realeza como verdadeira libertação do homem é o que interessa (Ratzinger, 2020c, p. 178).

Tendo a multidão escolhido Barrabás (Jo 18,40), figura messiânica violenta contrastante com o messianismo de Jesus (Ratzinger, 2020b, p. 50-51; Barreto; Mateos, 2021, p. 770), Pilatos entrega Jesus para ser flagelado. No processo é profundamente humilhado pelos soldados, que utilizam, sobretudo, símbolos reais para escarnecer de sua realeza (Jo 19,1-5). Jesus é zombado, ridicularizado e torturado pelos soldados romanos, já que ele tinha pretendido ser o rei dos judeus e, assim, teria ameaçado a ordem romana e eles sabem disso (Witherup, 2020, p. 656-658; Ratzinger, 2020c, p. 181). Os soldados consideram Jesus como um insurreto ao trono e, portanto, contra o Império. Passo a passo, o humilhando, pretendem destruir a ilusão que se tinha sobre a vinda, o retorno, de uma monarquia davídica, que constituía o ideal messiânico do povo. Despojam a realeza davídica de sua grandeza com símbolos régios. Jesus, que não prima pela violência, permanece sem protesto algum (Barreto; Mateos, 2021, p. 772). Como coroa real, recebe uma coroa de espinhos, ademais, um manto púrpuro (Jo 19,2). Como cetro ou caniço, uma vara que colocam em sua mão e depois lhe batem com ela (Mc 15,19; Mt 27,29). Com genuflexões, o saúdam como rei dos judeus (Jo 19,3). Todos são objetos significativos, com os quais os soldados zombam de Jesus, como símbolos caricaturais de sua majestade (Puig, 2020, p.596; Grenzer et al., 2024, p. 9-10). A coroa, não feita de ouro, mas de espinhos, ao invés de elevar a dignidade de quem a usa, ridiculariza; a roupa púrpura, veste de cara confecção, era símbolo de *status* social, poder econômico e dignidade real, e se torna mais um modo de o escarnecer; colocam uma vara em sua mão, que é de origem pastoril,

representando o poder do pastor de defender o seu rebanho, e que depois se torna símbolo do poder real, mesmo sendo o Rei-pastor da humanidade, é objeto de burla; por fim é saudado como rei: “Salve, rei dos judeus” (Jo 19,3), é o escárnio final⁴.

Para que se manifeste o verdadeiro sentido da realeza de Jesus, que é a do Homem, deve ser despojado de toda falsa grandeza. Os soldados, pretendendo escarnecer de Jesus, destroem o ideal messiânico e o prestígio de todo poder mundano. Somente assim poder-se-á manifestar a verdadeira grandeza que faz o homem ser rei, a do amor que chega a dar a vida (Barreto; Mateos, 2021, p. 772).

De um modo geral, em tudo isto, “Coroa, manto púrpura e saudação real, todos os emblemas da realeza figuram na cena para serem objeto de burla” (Barreto; Mateos, 2021, p. 771). Mesmo que por um breve momento, quando Jesus aparece com estes símbolos, o leitor atento do evangelho pode contemplar efetivamente a realeza de Jesus (Grenzer et al., 2024, p. 20-22).

Jesus deixa-se escarnecer como rei “desta ordem [deste mundo]” ([Jo] 18,36), para demonstrar que essa não é sua realeza; é essa que ele próprio despreza e vem derrubar. A cena tem certo paralelo com a do lava-pés, quando se proclama Senhor enquanto afirma que seu senhorio nada tem de comum com o deste mundo; ao pôr-se a serviço dos seus discípulos ([Jo] 12,4ss), torna-se senhor em outra dimensão, a do amor, destruindo assim toda pretensão de dominação (Barreto; Mateos, 2021, p. 772).

Em seguida, “vestido de rei”, mas totalmente escarnecido, nalgumas traduções, como na utilizada, Jesus é forçado por Pilatos a sentar-se na tribuna. É símbolo da entronização oficial do rei e sua exaltação. Mas não será este seu verdadeiro trono, senão a cruz (Barreto; Mateos, 2021, p. 788-789). Pelo Amigo de César, (Jo 19,12) Jesus é apresentado como rei dos judeus por duas vezes: “E Pilatos lhes disse: “Eis o homem!” [...] Disse Pilatos aos judeus: “Eis o vosso rei”” (Jo 19,5.14). Mais uma vez, parece uma ironia diante do cumprimento do tempo de espera pelo rei messiânico (Martín Nieto, 2001, p. 92).

No entanto, afastando-se desta realidade, a multidão prefere César a Cristo, e não possuem outro rei a não ser ele: “Não temos outro rei a não ser César!” (Jo 19,15). Deste modo, o povo que aclama parece manifestar suas esperanças seculares e nacionalistas de um rei messiânico aguardado, que governasse diante do poder e da violência. O Império parece mais aproximar-se de uma opressão. Nada disto, como dito, pode sequer aproximar-se do reino de Cristo (Martín Nieto, 2001, p. 92).

⁴ Para mais sobre o significado específico e aprofundado de cada um destes objetos reais impostos a Jesus, conferir a interessante reflexão de Grenzer et al., 2024.

Cumpra recordar que o verdadeiro Rei do povo de Israel sempre fora o próprio Deus. O povo parece se curvar diante do poder dominador estrangeiro, que se impõe como pesado jugo sobre eles. Fazem sua opção pelo poder, e poder violento. Mais uma vez, como é histórico já no povo de Israel (1Sm 8,5-9), preferem o governo do ser humano, e não o reinado divino. Aceitam apenas um Deus que legitime sua posição de poder, privilégio e honras, não um Rei como Jesus se manifesta, que se faz servo de todos e entrega sua vida. Essa negação e não opção pelo Messias enviado por Deus está presente desde o início do quarto evangelho: “Veio para o que era seu e os seus não o receberam” (Jo 1,11) (Barreto; Mateos, 2021, p. 761.792).

Ao declarar-se contra Jesus e reconhecer o César como único rei, rejeitam o Deus libertador, que, por sê-lo, faz o povo sair de sua esfera de influência e de seu domínio. Mostram assim qual seja o seu verdadeiro deus: sua ambição de poder e glória, que o próprio Jesus denunciara repetidas vezes [...] (Barreto; Mateos, 2021, p. 792).

Por fim, Jesus é entregue para ser crucificado. Sua cruz é a máxima humilhação de sua realeza e, concomitantemente, seu trono real: entronizado nela, atrairá todos a si (Jo 12,32); “[...] o verdadeiro sentido de sua realeza só se manifestou do alto da cruz” (CIgC 440). Mesmo transeuntes, os chefes e os outros dois crucificados zombam e evocam de maneira sarcástica as imagens régias do pretense rei dos judeus e de Israel. É desafiado por três vezes para salvar a si mesmo (Lc 23,35.37.39), mas não é isto que ele pretende, mas, pelo contrário, salvar a humanidade, inclusive os que o insultam e ridicularizam (Witherup, 2020, p. 656-658; Barreto; Mateos, 2021, p. 772.797; Martín Nieto, 2001, p. 92; Francisco, 2022, p. 3).

O *titulus crucis* designa a razão da acusação e condenação de Jesus: ele foi acusado de fazer-se o “Rei dos judeus” (grego: βασιλεὺς τῶν Ἰουδαίων). “Jesus Nazareu, o rei dos judeus” (Jo 19,19). As acusações de blasfêmia e pretensão messiânica reverberam com implicações políticas, levando à tal acusação final (Generoso Silva, 2012, p. 153). Mesmo com algumas diferenças, os quatro evangelhos concordam que seja a causa oficial da condenação de Jesus (Puig, 2020, p. 551-552). É mais um dos modos de o ridicularizar. “[...] Jesus teria ostentado uma pretensão messiânica [...] A pretensão messiânica é a reivindicação da realeza sobre Israel. Por isso aparecerá depois na cruz a expressão “Rei dos judeus” como motivo da execução capital de Jesus” (Ratzinger, 2020c, p. 163). A historicidade de tal *titulus* é debatida, mas os argumentos tendem a seu favor, pois era tradição romana (Theissen; Merz, 2002, p. 485; Witherup, 2020, p. 654-661).

Os próprios judeus nem sequer apoiaram o que Pilatos mandara escrever no *titulus* (Jo 19,21). Embora com atraso, Pilatos exprime seu cinismo contra as autoridades judaicas,

contrariando-as quanto à inscrição: “O que escrevi, escrevi” (Jo 19,22) (Theissen; Merz, 2002, p. 485; Ratzinger, 2020c, p. 192-193).

Na cruz, aparece uma única frase: “Este é o rei dos judeus” (Lc 23,38). Eis o seu título: Rei. Mas, observando Jesus, inverte-se a ideia que temos de um rei. Tentando visualizá-lo, pensaremos num homem forte sentado num trono com preciosas insígnias, um cetro na mão e anéis brilhantes nos dedos, enquanto solenemente fala aos súditos. Tal seria, em linhas gerais, a imagem dum rei que temos na cabeça. Mas fixando Jesus, vemos que é completamente diferente. Não está sentado num trono confortável, mas pendurado num patíbulo; o Deus que “derruba os poderosos de seus tronos” (Lc 1,52), comporta-Se como servo cravado na cruz pelos poderosos; adornado apenas com cravos e espinhos, despojado de tudo mas rico de amor. Do trono da cruz, já não ensina as multidões com a palavra, nem levanta a mão para ensinar; faz mais: não aponta o dedo contra ninguém, mas abre os braços a todos. Assim Se manifesta o nosso Rei: de braços abertos – *a brasa aduerte* (Francisco, 2022, p. 1-2).

A salvação provinda da paixão, morte e ressurreição de Jesus é de caráter universal; a partir disto ele é o Rei do Universo. Essa universalidade é expressa em sua paixão em dois fatores: no letreiro sobre sua cabeça, escrito nas três línguas mais faladas de então (Jo 19, 20), demonstrando como sua salvação chega a todos os povos; e na repartição de suas vestes em quatro (Jo 19,23-24), simbolizando todos os pontos da terra sem, no entanto, destruir a unidade de seu Reino, expressa na túnica indivisa. Sua salvação alcança todo o mundo e todos os povos; sua realeza é universal (Ratzinger, 2020c, p.192-193; Witherup, 2020, p. 654-661; Martín Nieto, 2001, p. 92; Barreto; Mateos, 2021, p. 797-803):

A universalidade expressa na [...] multiplicidade de línguas em que estava redigido o letreiro da cruz, expressa-se agora na repartição do manto de Jesus. A herança do Messias será levada ao mundo inteiro; como a veste, há de ser feita própria, a fim de se converter em distintivo das comunidades espalhadas por toda a terra. Apesar da pluralidade de raças e culturas, permanece elemento indivisível, a unidade que é realizada pelo Espírito, que se origina “de cima” (Barreto; Mateos, 2021, p. 803).

Na cruz, se manifesta plenamente o Rei Jesus Cristo (Francisco, 2022, p. 4). A morte de Jesus é a expressão suprema de sua condição de mensageiro do Reino de Deus, tendo enfrentado, e aparentemente perdido para as forças adversárias do Reino, como a violência, corrupção e opressão dos sistemas políticos, o pecado humano, a morte e o afastamento de Deus (Cardedal, 2022, p. 139-140). A própria crucificação, execução como um malfeitor, constitui a rejeição das pretensões messiânicas impostas sobre Jesus. Para a ideia judaica, nada poderia ser mais contrário sobre a figura do Messias do que a crucifixão. Na expectativa de um que fosse glorioso e triunfante, um Messias que morre na cruz é de difícil compreensão e desconcertante (Lc 24, 17-24). A morte parece o descrédito de tudo o que foi vivido. Apenas a ressurreição

poderá não apenas recuperar, mas fazer transcender a mensagem e o sacrifício de Jesus. Se a morte é a negação da esperança messiânica, a ressurreição é a negação da morte, e a devolução da vida humana (Cardedal, 2022, p. 157-158; Generoso Silva, 2012, p. 164; Ferraro, 2021, p. 182). Toda a sua realeza será potencializada pela ressurreição.

3.2.3 A Ressurreição do Rei

Ressurreto, Jesus permanece com as marcas de seu suplício nas mãos e no lado, indicando a permanência de seu amor. A cena da cruz é perpetuada em seu corpo: para sempre Jesus será o Messias-rei crucificado (Barreto; Mateos, 2021, p. 857). Ele passa a dominar sobre os povos da terra, pois é Deus e Rei, vivo e vencedor, no entanto, não o faz com cetro de ferro, destroçando os povos (Sl 2,9), mas domina a partir da cruz, numa perspectiva totalmente nova. Este Rei, agora, domina pela fé e pelo amor, não de outra maneira, muito menos em sentido político. Assim, a expressão do Sl 2,7 de “Filho de Deus” assume um novo significado. Outrora versava politicamente, mas se torna unidade com o ser de Deus, através da cruz e ressurreição. Tal ressurreição, agora, é vista como a partícula “hoje” do “[...] eu hoje te gerei” (Sl 2,7); Deus o nomeia e o entroniza em seu trono, o concedendo os povos como herança, não para dominar, mas para amar (Ratzinger, 2020b, p. 285-286).

Sua mensagem, enquanto mensageiro do Reino, e sua missão redentora alcançam, com a ressurreição, proporções universais (RM 16). O Reino anunciado durante o ministério de Jesus, perpassando sua paixão e morte, é coroado em sua ressurreição, devendo crescer até alcançar a sua plenitude escatológica no fim dos tempos. Sem a ressurreição, a mensagem do Reino e todas as ações de Jesus seriam literal ou socialmente insignificantes. Jesus teria sido apenas mais um dentre os muitos crucificados pelo Império Romano. É a ressurreição quem credibiliza o seu ministério, filiação divina e realeza (Dupuis, 2015, p. 27; Cardedal, 2022, p. 140).

Separada da pregação do Reino e da morte por um lado, da efusão do Espírito e da Igreja por outro, a ressurreição permanece um enigma indecifrável. Não é qualquer um que ressuscitou, mas alguém que propôs uma mensagem sobre Deus e morreu de uma morte como serviço e sacrifício em favor dos homens (Cardedal, 2022, p. 183).

“Reino, morte e ressurreição constituem o triângulo hermenêutico no interior do qual se deve compreender o destino e a pessoa de Jesus” (Cardedal, 2022, p. 140, grifos do autor). Apenas a partir de tal experiência a pessoa de Jesus pode ser verdadeiramente conhecida. Somente agora, tendo experienciado o ressuscitado e depois da recepção do Espírito Santo, é que os discípulos poderão atingir a plena fé em Jesus como o Messias, Senhor e Filho de Deus

verdadeiro. Com a ótica da ressurreição, revisitam a imagem do mensageiro do Reino e, a partir de ambas interpretam a crucificação (At 2,36; Rm 1,4) (Dupuis, 2015, p. 57; Cardedal, 2022, p. 139-140.193).

Mesmo que as ovelhas, os discípulos, tenham sido dispersas quando o pastor foi ferido de cruz, Jesus precede os seus na Galileia (Zc 13,7; Mt 26,31): “Mas depois que eu ressurgir, eu vos precederei na Galileia” (Mc 14,28); o termo “preceder” é palavra típica da linguagem dos pastores: é ele quem precede as ovelhas levando às pastagens (Sl 23). O pastor ressuscita e reúne as ovelhas dispersas de Israel, conduzindo pela estrada da vida. São estas as duas coisas principais que determinam a atividade do Bom Pastor: dar a própria vida e preceder o povo, ir à frente. Indo a frente, depara-se com a morte, mas vitoriosos sobre ela, precede o rebanho na vitória da ressurreição (Ratzinger, 2020c, p. 141-142).

A morte de Jesus, que fora uma terrível experiência para os discípulos, tipificada na reação dos discípulos de Emaús (Lc 24,17-24), salienta como, especialmente possuíam uma esperança de libertação política de Israel, depois da ressurreição e antes da recepção do Espírito Santo, ainda permanece. Antes de sua Ascensão, os discípulos ainda fazem uma interessante pergunta a Jesus: “Senhor, é agora o tempo em que irás restaurar a realeza em Israel?” (At 1,6). Esperavam ainda, portanto, a instauração de um Reino político, que recuperasse a supremacia perdida de Israel (Dupuis, 2015, p. 56.76). Faz transparecer que a experiência com o Ressuscitado durante quarenta dias não será suficiente para que eles compreendam verdadeiramente quem é Jesus, seu messianismo e realeza. Apenas com a vinda do Espírito Santo o farão, e poderão verdadeiramente o anunciar. Constituídos reis, pois ungidos pelo Espírito Santo como o próprio Cristo, anunciarão o anunciador do Reino de Deus, o próprio Jesus e a salvação por ele operada até os confins do mundo.

O Cristo mensageiro do Reino e o ressuscitado é o mesmo, seja em fase terrestre ou glorificada. O ressuscitado se converte em lugar e chave do Reino, antecipação de uma consumação futura afeta toda a humanidade (Cardedal, 2022, p. 97-98.121); é o que se vê:

Eles [os evangelhos] recolhem suas sentenças, ordenam sua mensagem e repensam sua pessoa. Tudo é visto a partir da luz que o final projeta sobre o princípio: a partir da ressurreição se ilumina a morte, e a partir desta a mensagem do Reino. Os evangelhos são escritos a partir do Ressuscitado e do Espírito. Ressurreição, morte e Reino são os três eixos da história de Jesus. Lê-se a vida de Jesus de trás para frente de frente para trás. A glória do Ressuscitado já reluz na pregação do Reino; o Reino passa pelos abismos supremos do mal na morte e se manifesta vitorioso na pessoa do Ressuscitado (Cardedal, 2022, p. 79).

3.3 Segunda vinda, Parusia

Subindo ao céu, assenta-se à direita do Pai (Mc 16,19; At 2,34). A Igreja espera continuamente a nova vinda do Senhor desde então. Em sua Profissão de Fé, tanto no símbolo Apostólico, “[...] ressuscitou ao terceiro dia, subiu aos céus, está sentado à direita de Deus Pai todo-poderoso, donde há de vir a julgar os vivos e os mortos” (MR, p. 446; cf. DH 30), e principalmente no Símbolo Niceno-Constantinopolitano: “Ressuscitou ao terceiro dia, conforme as Escrituras, e subiu aos céus, onde está sentado à direita do Pai. E de novo há de vir, em sua glória, para julgar os vivos e os mortos; e o seu reino não terá fim” (MR, p. 445; cf. DH 150), tal espera é manifesta. Com sua Parusia, isto é, seu aparecimento e retorno, o Cristo há de retornar como Rei triunfante, desta vez sim revestido de glória, para instaurar definitivamente o seu Reino que, então, não terá fim.

O Símbolo sublinha que a ressurreição de Jesus Cristo se estende até ao fim dos tempos, quando Cristo “virá novamente na glória para julgar os vivos e os mortos; cujo reino não terá fim”. Com a ressurreição, a vitória é definitivamente conquistada, mas deve ser plenamente realizada na Parusia. A esperança cristã é plena: não se baseia apenas no *ephapax* [de uma vez por todas] da Paixão e da Ressurreição, ou no dom atual da graça, mas também no *futuro* do regresso glorioso de Cristo e do seu Reino [...] A atual expectativa [sic] messiânica do povo de Israel põe em evidência a plenitude das promessas messiânicas de paz em toda a terra e de justiça para todos, num mundo completamente renovado (Is 2,1; 61,1-2; Mq 4,1-3), que os cristãos esperam com a Parusia. Isto pode e deve despertar a esperança cristã no regresso do Ressuscitado, porque só então a sua obra redentora será plenamente visível (Comissão Teológica Internacional, 2025, n. 29).

A palavra Parusia, de início, remete ao vocabulário helenístico e romano, que designa a presença de alguém. Ao mesmo tempo, em caráter religioso-político, significa a visita solene que uma autoridade, como por exemplo o rei ou o governador, realiza a algum território que seja de sua jurisdição, ou mesmo a tomada de posse oficial de um governante. Ou ainda, pode significar a manifestação de um deus. Já para os cristãos, que a aguardam desde a Ascensão do Senhor, é utilizada para definir a segunda vinda de Jesus, compreendida como a conclusão de sua ressurreição, de modo glorioso e triunfante; a primeira é a sua própria Encarnação (Pelletier, 2020, p. 733; Ruppenthal Neto, 2021, p. 24-25).

De fato, a fé apostólica distingue o evento Jesus Cristo, ocorrido na história, da volta escatológica do Senhor, na parusia, ou seja, distingue a primeira e a segunda vindas. O Reino de Deus, instaurado no mundo por Deus, mediante o Jesus histórico, em sua vida e ressurreição, continua ainda em busca da perfeição escatológica (Dupuis, 2015, p. 208).

O próprio Jesus anuncia a Parusia como a entrada no processo escatológico do Juízo final (Viviés, 2020, p. 391-392). Ela, portanto, encontra raízes no “Dia do Senhor” do Antigo Testamento, onde Deus fará a divisão e o julgamento de toda a humanidade, evocando a figura do Filho do Homem presente em Dn 7, que vem para receber a realeza. Jesus irá assumir essa designação de Filho do Homem, levando a tradição a entendê-lo como aquele que vem no fim dos tempos para julgar a humanidade, instaurando a plena manifestação de seu Reino (Pelletier, 2020, p. 733). O próprio Jesus manifesta a si mesmo como o juiz escatológico, como se vê na parábola de Mt 25,31-46 (Viviés, 2020, p. 391-392).

Com esta vinda futura, haverá também instauração eterna do Reino de Deus (Pelletier, 2020, p. 733). Nesta realidade final, todos terão um só rei (Ez 37,22) (Martín Nieto, 2001, p. 115), que será tudo em todos (1Cor 15,28). Como a ressurreição instaura o Reino e sinaliza a futura glória humana, assim, a chegada do Reino em sua plenitude e o fim da história humana coincidem (Cardedal, 2022, p. 97-98). O auge do desenvolvimento do Reino será atingido apenas na segunda vinda de Cristo. Portanto, para além da realidade temporal, o Reinado de Deus é também uma realidade escatológica. Jesus, com sua primeira vinda, inaugura a escatologia presente; atualmente, aguarda-se por sua segunda vinda, onde, com a Parusia, se manifestará a escatologia final, do Reino a ainda realizar-se. Não se pode alcançar a plenitude do Reino apenas valendo-se da escatologia final; é necessário vivenciar a escatologia presente, já inaugurada no anúncio do Reino de Cristo, e em seu mistério pascal (Martín Nieto, 2001, p. 99-101). Para concluir:

Todos estes bens da dignidade humana, da comunhão fraterna e da liberdade, fruto da natureza e do nosso trabalho, depois de os termos difundido na terra, no Espírito do Senhor e segundo o seu mandamento, voltaremos de novo a encontrá-los, mas então purificados de qualquer mancha, iluminados e transfigurados, quando Cristo entregar ao Pai o reino eterno e universal: “reino de verdade e de vida, reino de santidade e de graça, reino de justiça, de amor e de paz”. Sobre a terra, o Reino já está misteriosamente presente; quando o Senhor vier, atingirá a perfeição (GS 39).

3.4 Conclusão preliminar

Neste capítulo, foram descritos alguns aspectos importantes sobre a realeza de Jesus em sua vida pública. Em continuidade com o que foi trabalhado no primeiro capítulo, compreende-se Jesus como aquele que dá pleno cumprimento às profecias e esperanças veterotestamentárias, mas a seu modo, isto é, segundo os desígnios divinos e não as expectativas humanas. Segundo a fé neotestamentária, Jesus é o Messias, o Filho de Davi, o que lhe confere importantes

características reais. No entanto, estas categorias esperadas não são capazes de definir plenamente a identidade e a missão de Jesus, as quais encontram-se muito além das expectativas humanas. Esquiva-se de certas categorias e nomenclaturas, nem as nega nem confirma mas, a partir da figura do Filho do Homem oferece um horizonte escatológico. Para além de qualquer expectativa, Jesus apresenta um Reino totalmente diverso. Não de dominação, mas de graça divina. O torna presente em suas palavras e ações, mas sobretudo em sua própria pessoa, isto é, em seu modo de ser e de viver. O seu viver como Filho e como irmão revela o Reino. Apesar disto, aponta sua característica futura pois, o Reino ainda deve consumir-se plenamente no futuro.

O mistério pascal de Jesus, sua paixão, morte e ressurreição, manifestam sobretudo a sua realeza. No curto período em que todos estes complexos acontecimentos se realizam, Jesus é finalmente reconhecido como Rei-Pastor, mesmo que de modo errôneo. Ao entrar derradeiramente em Jerusalém, é exaltado como o Ungido de Deus e Filho de Davi; no entanto, é reconhecido como o salvador nacionalista esperado. Uma grande parte dos judeus, com os olhos e ouvidos fechados ao agir salvífico divino manifestado em Jesus são incapazes de o reconhecer como o salvador esperado, e o acusam de blasfemo, por fazer-se Filho de Deus. Tal acusação, não seria suficiente para calá-lo de uma vez por todas, então devem imbuir em sua acusação pretensões políticas de derrubar o poder opressor romano: diante de Pilatos, o acusam de fazer-se Rei dos Judeus. Diante do governador romano, o diálogo narrado no quarto evangelho é ímpar e de suma importância. Nele está contida uma explicitação da natureza de Rei pelo próprio Jesus. Em contraste com o poder romano, diante do qual está, e mesmo das autoridades judaicas que o levaram até ali, Jesus apresenta como seu Reino não é deste mundo, isto é, não se baseia no poder bélico ou na dominação política, mas pelo contrário, é fundamentado no testemunho da verdade. Condenado à pena capital, Jesus é ultrajado com símbolos reais: a coroa de espinhos, o manto púrpura, o cetro real, saudações e reverências ao pretense rei dos judeus. Na cruz, Jesus finalmente tem o seu trono real. De lá atraí toda a humanidade a si. Para completar a obra da redenção através de sua realeza, ressuscita de entre os mortos, conferindo a sua própria vida nova à toda a humanidade. Por fim para completar a obra da criação, terá sua segunda vinda, onde se manifestará realmente como rei que é, em sua glória, e seu reino não terá fim.

4. A REALEZA DE JESUS CRISTO NO TEMPO DA IGREJA

Mesmo que não deste mundo (Jo 18,36), indubitavelmente Jesus é Rei e sua missão é salvar a humanidade instaurando o seu Reino. Nos capítulos precedentes viu-se a dimensão da realeza de Cristo em seus fundamentos veterotestamentários, e como o tema desenvolve-se em sua vida oculta e pública, sobretudo no anúncio e pregação do Reino que culmina no mistério pascal de Cristo, onde, sobretudo no alto da cruz, Jesus é efetivamente Rei e reina sobre a humanidade, não como os demais seres humanos, num uso despótico de poder, mas manifestando que seu reinar é servir e dar a vida.

Tendo este panorama em vista, este capítulo propõe-se a verificar como tal tema da realeza de Cristo e de seu Reino implicam-se na vida da Igreja e sobretudo dos fiéis nos dias atuais. Hodiernamente, falar de reis e imperadores, isto é, poderes monárquicos absolutistas, já parece uma noção ultrapassada e desatualizada para o homem contemporâneo, tendo em vista que as monarquias desapareceram quase por completo, e as restantes apenas existem por caráter testemunhal e histórico, e já não gozam de poder substancial, com pontuais exceções (Martín Nieto, 2001, p. 87). Mesmo assim, a realeza de Cristo não pode ser ignorada, pois ela concerne substancialmente a prática e o ser eclesiais; faz-se necessário compreender como esta afeta a vida e a pastoral da Igreja. Esta, fiel servidora de Cristo, e os fiéis cristãos, ungidos para serem, entre outras coisas, reis como Cristo, não podem viver sua vida de fé no seio eclesial e social prescindindo deste elemento tão importante não só para a teologia, mas sobretudo para a vida de cada fiel cristão, que é a realeza de Jesus. A Igreja e cada fiel são chamados a reinar como ele: servindo e dando a vida pelos demais. A própria Igreja, no Concílio Vaticano II, lança bases e ilumina fundamentalmente a questão de como pode fazê-lo.

A pesquisa buscou passar de dimensões mais universais para mais particulares. Assim, num primeiro momento, ver-se-á a relação entre o Reino de Deus e a Igreja instaurada por Jesus para ser sinal de tal Reino; em seguida, compreendendo Igreja como povo de Deus, questiona-se como os fiéis vivem e realizam o tríplice múnus de Cristo, sobretudo o múnus régio; por fim, quais são as disposições éticas que tal realeza de Cristo e o Reino de Deus implicam à vida de cada fiel individualmente. Este capítulo realiza um grande salto histórico, pois passa da tratativa do tema da realeza do Senhor diretamente ao tempo atual da Igreja, iluminada e conduzida pelas luzes do Espírito concedidas no Concílio Vaticano II, realizando, portanto, um salto de aproximadamente 20 séculos; não é objetivo de pesquisa, por ora, compreender a evolução histórica da compreensão do tema da realeza de Cristo ou do Reino de Deus através dos séculos, mas simplesmente buscar compreender como a Igreja no Concílio Vaticano II pode vivê-los.

4.1 A relação entre o Reino de Deus e a Igreja

Como visto anteriormente, o Reino não é apenas a meta da história de Deus e de sua criação, como futuro histórico-transcendente, mas, pela presença de Jesus Cristo, instaurador do Reino, pela sua morte e ressurreição, e pela presença do Espírito Santo, o Reino já se configura objetivamente na história, mesmo que ainda não plenamente. De modo efetivo, ele está presente em sua antecipação e sinal, a Igreja. Indo além, o Reino está também presente em todos os homens que se deixam inspirar pelo Espírito Santo, soprado pelo Ressuscitado (Jo 20,22) e se preocupam a instaurar a cada dia uma fraternidade universal (Kehl, 2020, p. 74).

O reinado de Deus é uma realidade de mediação histórica salvífica entre Deus e os seres humanos. Enquanto mediação, necessita de muitas mediações para efetivar-se. Paradoxalmente, nem independe de mediação do ser humano e nem este é um agente que aguarda passivamente sua instauração; mesmo necessitando de mediação humano-histórica, não se identifica com nenhuma e nem se deixa mediar integralmente. Entre as possíveis mediações, algumas são mais eficientes e eficazes que as outras (Aquino Júnior, 2010, p. 201), na medida em que se aproximam ou se afastam do cumprimento do Evangelho de Cristo, de sua pregação e ação; igualmente parece evidente que o meio principal escolhido por Deus, em Jesus Cristo, para presentificação gradual do Reino até sua consumação seja a Igreja, não apenas concebida apenas como instituição histórica.

O conceito de Reino de Deus evoca a própria ação de Deus na história, tipificada especialmente na práxis de Jesus Cristo; por isso, deve também ser o conceito mais fundamental que ilumine a práxis eclesial (Aquino Júnior, 2011, p. 59). Portanto, para além de um conceito bíblico antigo, o Reino de Deus, por constituir o centro da vida de Jesus Cristo torna-se, por consequência, uma realidade práxico-histórica para a Igreja. Tal práxis, encontra nos pobres e oprimidos o seu lugar privilegiado de ação e princípio de verificação da adesão ou não da humanidade ao Reino (Aquino Júnior, 2011, p. 61-65). O fazer eclesial deve ser reflexo de Jesus Cristo. Seu Reino, conceito mais central de sua vida, pregação e ação, deve também o ser da Igreja. Condensando toda esta realidade se pode afirmar que o Reino de Deus é o que Jesus fazia; a Igreja deve fazer o que Jesus fazia (Aquino Júnior, 2010, p. 167;181;187).

Tal como fora para o próprio Cristo, é função da Igreja o anúncio do Reino e sua instauração no mundo. Mesmo que em outros tempos, como nos de Cristandade até a reforma conciliar, isto é, em visões eclesiológicas precedentes, de servidora do Reino no mundo a Igreja tenha passado a absorvê-los, tornando-se autorreferencial sob o modelo de sociedade perfeita, ou mesmo identificando-se totalmente com o Reino; após a renovação conciliar o caminho de

retorno à centralidade de Cristo no anúncio do Reino no mundo não tem mais volta. A Igreja retorna aquilo que possui de mais essencial. Afirma categoricamente que não é o Reino que está na Igreja, mas esta que faz parte do Reino e é sua servidora; daí retira seu horizonte último de compreensão de sua identidade própria e única, bem como de sua missão. Dentre os movimentos de renovação que preparam o caminho para o Concílio Vaticano II, vê-se que o movimento eclesiológico enfatiza a superação do eclesiocentrismo que sobrepujava a Igreja e busca recuperar a categoria de Reino de Deus como central na dimensão eclesial cristã (Brighenti, 2021, p. 33. 57-58). Cabalmente, não se identificam e nem podem, mas vivem em relação recíproca, sendo o Reino a razão de ser e de operar da Igreja (Almeida, 2012, p. 144-145). Entre o “já” e o “ainda não” do Reino de Deus, existe uma tensão que caracteriza o “tempo da Igreja”, (Dupuis, 2015, p. 208), sendo que ela mesma, a Igreja, é aquela que reunida em Cristo e guiada pelo Espírito, peregrina rumo ao Reino do Pai em sua instauração definitiva (GS 1).

As definições conciliares são claras quanto à relação do Reino com a Igreja: Jesus Cristo, para cumprir a vontade do Pai, inaugura na terra o Reino de Deus, e a Igreja constitui-se como a presença de tal Reino, mesmo que em mistério, que cresce pelo mundo de modo visível pelo poder de Deus (LG 3), como se vê:

A partir de então [do envio do Espírito sobre os discípulos] a Igreja, enriquecida pelos dons do seu fundador e observando fielmente os seus preceitos de caridade, de humildade e de abnegação, *recebe a missão de anunciar e instaurar em todas as gentes o reino de Cristo e de Deus, e constitui ela própria na terra o germe e início deste reino*. Entretanto, no seu lento crescer, aspira ao reino perfeito, e com todas as suas forças *espera e deseja unir-se ao seu Rei na glória* (LG 5; grifos nossos).

A Igreja, assim sendo, não existe para si, mas é o corpo de serviço do Reino de Deus no mundo. O Reino, no entanto, não se esgota nela, mas está muito para além de suas fronteiras institucionais. Efetivamente não pode ser identificada com o Reino, já que dele é apenas seu germe e início (Brighenti, 2011, p. 36.58). A Igreja é o Reino de Cristo já presente em mistério que, pelo poder de Deus, cresce de modo visível no mundo (LG 3.5). Em si mesma não é o Reino, mas não se pode afirmar que ele lhe seja estranho ou indiferente, mas pelo contrário ela é, ao mesmo tempo, seu sinal e servidora, podendo ser definida, portanto, como seu sacramento. A missão da Igreja não pode ser outra senão a missão do próprio Jesus Cristo: instaurar o Reino de Deus levando à salvação toda a humanidade através do anúncio de Cristo. Assim presentifica o Reino e leva a salvação, não sendo ela a salvação ou salvadora, mas sacramento universal de salvação (LG 48) (Almeida, 2012, p. 36). Deste modo, pode-se afirmar que “Como regra geral, não se pode identificar Igreja e reino de Deus, mas é legítimo considerar a Igreja como a

comunidade sobre a qual a realeza de Cristo se exerce e que recebeu vocação para participar do Reino de Deus em plenitude” (Hünemann, 2014, p. 1503). Neste sentido, como sinal e instrumento do Reino, ela é chamada cotidianamente a anunciá-lo e a instaurá-lo (DI 18).

Assim, evita-se um péssimo eclesiocentrismo. A instituição eclesial não é a meta da autorrevelação divina, mas o Reino. Portanto, para que possa ser verdadeiramente humana e cristã, a serviço da vida para todo o povo de Deus, enquanto sinal universal da salvação do gênero humano, deve colocar-se a serviço do Reino de Deus (Kehl, 2020, p. 21). Ela, portanto, existe a partir do Reino e para Reino, não se identificando com ele: “Não há Igreja sem Reino e sua missão é ser sacramento desse Reino no mundo, descentrando-se de si mesma” (Brighenti, 2021, p. 39).

Para o Vaticano II, cabe à Igreja, portanto, inserir-se no mundo, não para trazê-lo para dentro da Igreja (missão centrípeta), mas para tornar presente nele o Reino de Deus, no “diálogo e no serviço ao mundo” (missão centrífuga) [...] Assim, depois do Concílio Vaticano II, já não se pode pensar a vivência da fé fora da indissociabilidade do trinômio Igreja-Reino-mundo. Por um lado, o discipulado remete a Jesus de Nazaré e, a missão, à continuidade de sua obra; em por outro, a Igreja se remete ao Reino, símbolo dos desígnios de Deus para o mundo. Não há Igreja sem Reino de Deus e fora do mundo, da mesma forma que não há Reino de Deus fora do mundo, ao qual pertence a Igreja. Enquanto germe e princípio do Reino de Deus, na concretude da história, a missão da Igreja se dá no mundo e para o mundo (Brighenti, 2016, p. 77).

Mesmo o Reino não se identificando com a Igreja, tampouco é independente dela, mas é a maneira principal e ordinária para sua implementação e realização no mundo, em meio a humanidade (Aquino Júnior, 2010, p. 194). Isto é, não podem ser iguais, mas tampouco podem ser diametralmente separados, mas um elemento complementa e está a serviço do outro. É necessário ter uma visão clara acerca da distinção entre ambos, mas não pode ser realizado entre eles uma separação (DI 4). Portanto, “[...] a Igreja é o representante do Reino” (Cardedal, 2022, p. 93), ou ainda, em outras palavras, “A Igreja existente desde Abel (*Ecclesia ab Abel*) torna-se assim a representante sacramental do Reino de Deus [...]” (Hünemann, 2014, p. 1505).

É o que se vê: “Ao ajudar o mundo e recebendo dele ao mesmo tempo muitas coisas, o único fim da Igreja é o advento do Reino de Deus e o estabelecimento da salvação de todo o gênero humano” (GS 45); ou ainda: “A Igreja nasceu para que, dilatando o Reino de Cristo por toda a terra para a glória de Deus Pai, torne os homens participantes da redenção salvadora e por meio deles todo o mundo seja efetivamente ordenado para Cristo” (AA 2). Portanto a Igreja possui um fim salvador e escatológico, o qual somente será atingido plenamente no outro mundo (GS 40), sendo este um de seus objetivos, o soteriológico, já que ela mesma é sacramento universal de salvação (LG 48), isto é, mediação salvífica universal (DI 4). Sua

realização eclesial é sustentada pela economia salvífica expressa desde a Encarnação do Senhor até o envio do Espírito Santo. A Igreja não pode desvincular-se desta sua essência; caso o faça, retrocedendo para uma posição eclesiocêntrica e não “reinocêntrica”, desfigura-se e não cumpre a sua missão divinamente concedida (Kehl, 2020, p. 37).

Atualmente, em seio eclesial, se fala do Reino, mas não em consonância como a Igreja o concebe. Tem-se visões antropocêntricas que reduzem a mensagem de salvação do Reino o resumindo às necessidades terrenas do ser humano; assim o Reino não passa de uma realidade totalmente humanizada e secularizada, e se reduz a lutas de libertação política, socioeconômica e cultural, em horizonte fechado à transcendência; o próprio Jesus afirma que seu Reino não é deste mundo (Jo 18,36). Por outro lado, existem concepções que colocam sua centralidade unicamente nos seus elementos transcendentais, se fechando às necessidades que envolvem o ser humano em sua integralidade. A Igreja orienta-se em duplo sentido: promover os valores do Reino, como a justiça, liberdade, fraternidade, e promover o diálogo entre os povos, culturas e religiões, para que, em mútuo enriquecimento, ajudem-se a se encaminhar cada vez mais na direção do Reino em seus elementos transcendentais, espirituais e escatológicos. Tampouco pode também haver visões que separam Jesus Cristo e sua Igreja do Reino. Este não é o Reino de Deus, ele não pode ser separado daquela que Jesus deixou para colaborar em sua instauração e muito menos daquele que o anunciou e instaurou (RM 17-18): “O Reino de Deus não é um conceito, uma doutrina, um programa sujeito a livre elaboração, mas é, acima de tudo, *uma Pessoa* que tem o nome e o rosto de Jesus de Nazaré, imagem do Deus invisível” (RM 18, grifos do autor).

No sentido de sua missão ser instaurar o Reino de Deus no mundo, a Igreja não combate contra o mundo, mas possui a missão de permear e aperfeiçoar a ordem das coisas temporais com o espírito evangélico (AA 5). Pois o mesmo Reino, já existente atualmente no mundo, é composta pelos seres humanos chamados a formar no presente da história humana a família dos filhos de Deus, a qual deve crescer continuamente até a vinda definitiva do Senhor (GS 40):

Mas porque o reino de Deus não é deste mundo (cf. Jo 18,36), a Igreja ou povo de Deus, instaurando este reino não subtrai nada ao bem temporal de cada povo, antes, pelo contrário, fomenta e assume as possibilidades, os recursos e o estilo de vida dos povos, naquilo que tem de bom, e, ao assumi-los, purifica-os, consolida-os e eleva-os. Ela sabe que tem de reunir-se com aquele Rei a quem todos os povos foram dados por herança (cf. Sl 2,8) e para cuja cidade levam os seus dons e as suas ofertas (cf. Sl 71(72),10; Is 60,4-7; Ap 21,24) (LG 13).

A expectativa do Reino vindouro, pleno, não pode enfraquecer a solicitude humana de desenvolver, aprimorar e organizar o mundo e a sociedade, mas, ao contrário, deve ativar tal

solicitude, ajudando a desenvolver o Corpo da nova família humana, prefiguração do mundo futuro. Por conseguinte, mesmo que o progresso terreno deva ser cuidadosamente distinguido do crescimento do Reino de Cristo, à medida em que este possa contribuir para uma melhor organização da sociedade humana, que seja iluminada pelos valores do Evangelho de Cristo e instaure uma relação de fraternidade universal, isto muito interessa e contribui para o Reino de Deus (GS 39; Lima, 2020, p. 201). Portanto deve trabalhar em favor do Reino de Deus, abrindo-se para o muito que o mundo tem de bom e aprender dele e para buscar melhorá-lo naquilo que tem de mau, isto é, naquilo que é contrário ao próprio Reino (Aquino Júnior, 2010, p. 114).

Apenas verdadeiramente encarnada no mundo e tendo-o como seu destinatário, a Igreja pode tornar-se sacramento de salvação e sinal da presença do Reino na ambiguidade da história (Brighenti, 2021, p. 40.58), buscando construir uma sociedade cada vez mais justa e fraterna, agindo para que os valores do Reino estejam cada vez mais presentes no mundo (CNBB, 2016, n. 85.213.242). Depois da reforma conciliar, não mais se pode conceber a missão da Igreja e seu ser prescindindo da dimensão do Reino e do Mundo, aos quais ela está intrinsecamente unida. Igreja é sacramento do Reino que, inserida no mundo, deve torná-lo presente. Reino e Mundo não estão na Igreja, mas o contrário. Sua razão de ser está orientada a estas duas dimensões. Assim como não se pode conceber a Igreja sem o Reino de Deus, não se pode sequer vislumbrá-la fora do mundo (Brighenti, 2021, p. 55-56): “Afirma o Concílio que, embora a Igreja não seja deste mundo, ela está no mundo e existe para a salvação do mundo, para ser nele sinal e instrumento do Reino de Deus, que é sua meta” (Brighenti, 2021, p. 39). De fato, sua missão está em iluminar as realidades do mundo a partir dos valores e da fé do Reino (CNBB, 2016, n. 248).

Neste sentido apresentado, parece evidente que, longe de uma perspectiva eclesiocêntrica, a Igreja não mais busca restringir o Reino de Deus dentro de seus muros, ou muito menos quer se fazer proprietária da Verdade, que é Cristo, mas põe-se em diálogo e busca reconhecer os elementos do Reino de Deus, de santidade e verdade que existem fora dela como instituição histórica (LG 8.15-16). A partir da renovação conciliar, concebe-se claramente como a presença do Reino de Deus no mundo e na história vai para além das fronteiras institucionais da Igreja. De fato, aqueles que vivem as bem-aventuranças de Jesus, mesmo sem estar no âmbito eclesial, pertencem ao Reino de Deus e colaboram a torná-lo presente meio da sociedade (Brighenti, 2016, p. 25.91-93). O Reino de Deus é mais amplo do que a Igreja e está para além de suas fronteiras. Sem dúvida, é a principal de suas mediações, mas não a única (Brighenti, 2021, p. 57): “Pelo Espírito Santo, o Reino de Deus também se faz presente fora da Igreja. A justiça, a paz e o amor não são monopólios dos cristãos. Onde quer que eles reinem e se faça a

vontade de Deus, o Reino de Deus está presente” (Brighenti, 2021, p. 59). Enfim, o Reino de Deus não ocorre somente na Igreja, enquanto comunidade dos que creem no Cristo, e tampouco ocorre de modo subjetivo e etéreo, mas tipifica-se na realização do amor ao próximo (Brighenti, 2021, p. 39-40). Em suma:

A Igreja, direcionada e pautada pelo Reino de Deus caminha para a frente, dentro da história, com lucidez e esperança, com paciência e misericórdia, com coragem e humildade. É capaz de superar as identificações com o mundo – os mundanismos – os isolamentos e autorreferências; abre-se para os desafios do mundo nos quais Deus fala por vias positivas – por sinais visíveis do Reino – e por vias negativas: no grito dos que sofrem em todas as formas de negação da vida. A Igreja da escuta, do diálogo e do encontro se insere no mundo como quem ensina e aprende, diz sim e diz não, mas, sobretudo, como quem serve (CNBB, 2016, n. 90).

4.2 O múnus régio de Cristo nos fiéis à luz do Concílio Vaticano II

Toda esta questão eclesiológica, de como a realeza de Jesus Cristo e seu Reino implicam profundamente a vida da própria Igreja, também possui reverberação importante ao considerar que tal Igreja, concebida como povo de Deus, também participa da realeza de Cristo. Assim como Jesus que é o Cristo, isto é, o Ungido do Pai, os fiéis são cristãos, portanto, igualmente unguídos, sobretudo em seu batismo, para serem reis como Jesus, dentre outras coisas. Deste modo, a realeza de Cristo implica nos fiéis um *modus operandi* de dever agir como ele age como rei, tendo em vista o seu Reino, sobretudo na vida em sociedade. Cada fiel, portanto, é chamado a reinar com e como Cristo: servindo e dando a vida pelos irmãos. Aqui, por fiéis, compreende-se a categoria canônica que os define como os batizados (CDC, cân. 204 § 1):

Fiéis são aqueles que, por terem sido incorporados em Cristo pelo Batismo, foram constituídos em povo de Deus e, por este motivo, tornaram-se, a seu modo, *participantes do múnus sacerdotal profético e real de Cristo* e, segundo a própria condição, são chamados a exercer a missão que Deus confiou à Igreja, para ela realizar no mundo (CDC, cân. 204 § 1; grifos nossos).

Todos os fiéis participam do tríplice múnus de Cristo; por razões óbvias, esta pesquisa considera sobretudo o múnus régio. Neste segmento de capítulo, num primeiro momento, se verá isto em todos os fiéis da Igreja; já num segundo momento vislumbrar-se-á especificamente a participação dos ministros ordenados, sobretudo os padres e bispos, neste tríplice múnus e especificamente no múnus régio, função eclesial de governo; por fim, um enfoque especial será dado nos fiéis leigos, nos quais o exercício do tríplice múnus, sobretudo no múnus régio, não é tão claro, já que, não podem o realizar aos moldes dos ministros ordenados que participam de Cristo cabeça, isto é, não ocupam as funções de governo da Igreja, que pertencem à hierarquia, mas realizam e vivem de modo preponderante e particular o múnus em questão.

4.2.1 A graça batismal e o tríplice múnus de Cristo

Desde a Igreja primitiva, entende-se que os cristãos possuem acesso amplo ao Reino de Deus por meio da fé e do Batismo. Ainda hoje, especialmente retomando as perspectivas do Concílio Vaticano II, esta questão é profundamente afirmada (Hünemann, 2014, p. 1504). A Igreja, como visto acima, germe e princípio do Reino de Deus no mundo, em todos os seus fiéis, sejam eles ministros ordenados ou leigos, recebe do próprio Cristo aquilo que ele mesmo recebeu do Pai, o seu Tríplice Múnus: sacerdote, profeta e rei, dimensões que exerceu em seu ministério, e através das quais realizou a esperança messiânica de Israel (CIgC 436); deste modo, ela recebe de seu fundador o tríplice ofício e missão de ensinar, santificar e governar (Abreu, 2018, p. 103; Fénéus, 2021, p. 96). Quando a Igreja age neste Tríplice Múnus, as ações tomadas não são dela, mas do próprio Cristo. A ação da Igreja revela a ação do próprio Cristo no hoje da história (Vanzella, 2018, p. 15); a missão de Jesus Cristo, enquanto Profeta, Sacerdote e Rei, continua na Igreja nos fiéis através do tríplice múnus (CL 14):

É o Cristo profeta quem age quando a Igreja exerce o *Munus docendi*. É o Cristo sacerdote quem age quando a Igreja exerce o *Munus santificandi*. É o Cristo rei quem age quando a Igreja exerce o *Munus regendi*. Com isso, a Igreja, enquanto age, revela o rosto do Cristo sacerdote, profeta e rei (Vanzella, 2018, p. 15).

O próprio Concílio Vaticano II acaba por descrever a missão da Igreja a partir do tríplice múnus de Cristo. A eclesiologia conciliar entende os múnus de Cristo como sacerdote, profeta e rei como configuradora da missão salvífica da Igreja. Ao redor desta concepção é que se pensa o ministério pastoral dos bispos (LG 25-27), dos presbíteros (PO 4-6), e dos leigos (LG 34-36) (Pié-Ninot, 2015, p.64). O Concílio insere como um dos fundamentos para a categoria de povo de Deus a participação deste na tríplice missão do próprio Cristo, através da qual, dentre as outras duas, a vocação cristã também pode se definir como sendo real, isto é, participante da realeza de Cristo Salvador (RH 21).

Dentre os batizados reina uma verdadeira igualdade fundamental e radical no que se refere à dignidade e à ação comum de todos os fiéis para a edificação do corpo de Cristo, segundo a condição e as funções próprias de cada um (LG 32; CDC cân. 208), obtida justamente através do Batismo. Em outras palavras, antropológica e ontologicamente, todos possuem a mesma dignidade e igualdade, mesmo que se diferenciem pelo seu estado canônico (Hackmann, 2025, p. 58; Bombonato; Gonçalves, 2004, p. 234). Acima de qualquer distinção, mesmo que ocorra em sentido de função no meio eclesial, dentre o povo de Deus, não pode se afirmar, em Cristo e na Igreja, qualquer tipo de desigualdade, por raça, sexo ou condição social; pelo

contrário, em Cristo, todos são um (CNBB, 2016, n. 108). Todos os fiéis, independentemente de sua posição na hierarquia da Igreja, participam da tríplice função de Jesus Cristo, perpetuando estes seus ofícios no seio eclesial (MC 17).

De tal dignidade obtida no batismo, onde uma pessoa torna-se verdadeiramente cristã, provém o exercício do tríplice múnus, isto é, torna-se ungido por Deus como sacerdote, profeta e rei (Geraldo, 2009, p. 21; CIgC 1268.1546); incorporados ao batismo configuram-se a Cristo pela sua vida, morte e ressurreição; assim, cada um reinará juntamente com o próprio Cristo (LG 7): “Os três múnus são conferidos pelo Batismo a todos cristão que, por sua vez, se remete ao *triplex munus Christi* – profeta, sacerdote e rei” (Brighenti, 2021, p. 43). Em outras palavras, uma vez incorporados a Cristo através do batismo, cada fiel torna-se filho de Deus e é vocacionado a continuar, no espírito eclesial, a missão de Jesus Cristo, exercendo com ele a sua tríplice função (Geraldo, 2009, p. 14). Vê-se isto até mesmo no RBC, na unção pós-batismal, com o óleo do Crisma:

Queridas crianças, pelo batismo, Deus Pai as libertou do pecado e vocês renasceram pela água e pelo Espírito Santo. Agora fazem parte do povo de Deus. Que ele as consagre com o óleo santo para que, inseridas em Cristo, sacerdote, profeta e rei, continuem no seu povo até a vida eterna (RBC, p. 48).

Semelhante é o RICA, na mesma situação, quando a unção com o Crisma é realizada como rito complementar, isto é, quando a Confirmação é num momento distinto do Batismo:

Deus todo-poderoso, Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que fez vocês renascerem pela água e pelo Espírito Santo e os libertou de todos os pecados, unge suas cabeças com o óleo da salvação para que vocês façam parte de seu povo, como membros do Cristo, sacerdote, profeta e rei, até a vida eterna (RICA, p. 100).

A unção com o santo crisma significa o dom do Espírito Santo ao novo batizado; este se torna um cristão, ou seja, um ungido do Espírito Santo que, incorporado a Cristo, é ungido sacerdote, profeta e rei (CIgC 1241; De Mey, 2009, p. 33), para exercer, através deste mesmo Espírito carismas, serviços e ministérios, capacitando a Igreja para o bem comum, para sua missão evangelizadora e para a transformação social, tendo em vista o Reino de Deus (CNBB, 2016, n. 152).

O Concílio Vaticano II resgata a expressão e a realização pastoral do *tria munera Ecclesiae*, superando uma visão e ação da Igreja restrita ao culto e à administração dos sacramentos, e a coloca enquanto fonte profética que está a serviço do mundo, este que, além da Igreja, é o lugar por excelência da ação de todos os batizados (Brighenti, 2021, p. 22.35): “A

figura do *tria munera* ocupa uma posição proeminente nos documentos do Vaticano II” (De Mey, 2009, p. 35, tradução nossa⁵).

É do *tria munera Ecclesiae* – o múnus profético, sacerdotal e régio – que brotam todos os ministérios, inclusive os ministérios ordenados [...] O Batismo nos faz profetas, sacerdotes e reis do Povo de Deus, que é a Igreja, um povo todo ele profético (LG 35), sacerdotal (LG 34) e régio (LG 36) (Brighenti, 2021, p. 33-34).

Na Igreja como um todo, seja na vida pessoal de cada cristão ou comunitariamente, a vivência do tríplice múnus tem por finalidade presentificar o Reino de Deus no mundo, o que é a razão de ser e a missão da Igreja. O exercício do tríplice múnus não se encerra no interno na Igreja, mas, assim como a missão da Igreja, deve ser sinal e instrumento do Reino de Deus no mundo (Brighenti, 2021, p. 43.55).

O agir salvífico do Senhor a Tradição guardou de modo triplo: profético, sacerdotal e real. Somos inseridos nesse agir e na missão salvífica de Cristo na Iniciação cristã [...] Assim, fica evidente que no nascedouro cristão, a configuração a Cristo é essencialmente uma conformação a estas três realidades vitais do agir salvador de Cristo – sacerdote, profeta e rei. Isto é, cada cristão experimenta a seu modo a natureza profética, sacerdotal e real, gratuitamente concedidas pelo Senhor. A realeza, o sacerdócio e o profetismo são marcas da nova criatura que nasceu em Cristo (Dalabenta; Ruiz, 2018, p. 7-8).

A participação do fiel na missão da Igreja é, basicamente, participação no tríplice múnus de Cristo. Todo cristão evangeliza e realiza sua missão e vocação específicas enquanto é sacerdote, profeta e rei. Portanto o tríplice múnus é de todo o povo de Deus, sendo exercido como ações ou faculdades de agir que presidem a edificação da Igreja, inseridos no quadro da diversidade das vocações às quais todos são chamados, mas não se restringe exclusivamente a nenhuma delas, circulando entre fiéis, pastores, consagrados, enfim, entre todos os batizados (Lima, 2020, p. 213). Atualmente, este exercício tornou-se um imperativo para que cada cristão possa ser um membro ativo na Igreja, assumir sua missão como batizado e cada vez mais configurar-se a Cristo; em outras palavras, se torna necessário para viver a missão e a evangelização em tempos hodiernos (Abreu, 2018, p. 103-104).

Desta missão que é de Jesus Cristo, a quem o Pai ungiu com o Espírito Santo para estas funções, o povo de Deus participa e assume as responsabilidades de missão e de serviço que daí decorrem (CIgC 783). Ele é o Bom pastor que conduz, reúne e cuida do seu rebanho, a ele

⁵ “*The figure of the tria munera occupies a prominent position in the documents of Vatican II*” (De Mey, 2009, p. 35).

confiado. Conduzindo, é profeta; reunindo é sacerdote; cuidando, é rei. (Vanzella, 2018, p. 12): “O que no Antigo Testamento era atribuição de grupos distintos, Jesus reúne nos três múnus e confere como missão a cada batizado” (Brighenti, 2021, p. 44).

O Novo Testamento nem expõe de modo sistemático sobre o tríplice múnus de Cristo, nem caracteriza a missão dos discípulos ou dos líderes das comunidades primitivas cristãs com essa terminologia. Nos escritos do Novo Testamento, os termos profeta, mestre [sacerdote], e rei, no entanto, são mais vezes aplicados a Cristo do que à comunidade cristã e seus líderes. Somente a Carta aos Hebreus apresenta Cristo como sacerdote, e insiste na continuidade e descontinuidade com o sacerdócio levítico. Finalmente, no Novo Testamento ninguém é chamado de rei que não o Senhor Ressuscitado. Por isso fica claro que o *tria munera* primeiro e acima de tudo foram predicados de Cristo [...] E é claro, no entanto, que a redescoberta pelos padres conciliares das funções profética, sacerdotal e real de todo o povo de Deus está enraizada no Novo Testamento, no qual a comunidade cristã é incentivada a “pelo tempo, já ser mestres” (Hb 5,11 [12]) e é identificada como “sagrada” (1Pe 2,5) e um “sacerdócio real” (1Pe 2,9) (De Mey, 2009, p. 32, tradução nossa⁶).

Participando na mesma missão de Cristo, os múnus reforçam o “[...] compromisso com a missão de toda a Igreja, realizada no mundo através de cada cristão batizado e consciente de sua missão no lugar que ocupa neste mesmo mundo e nesta mesma Igreja” (Abreu, 2018, p. 116). Assim, todo fiel batizado atua em sua missão cotidiana de santificar, ensinar e governar (Fénéus, 2021, p. 81). Frente aos desafios modernos, a Igreja os faz de estímulo e aprendizado para o exercício do seu ministério, sempre fundado no ministério de Cristo Sacerdote, Profeta e Rei (Abreu, 2018, p. 104). Há entre as funções uma mútua interioridade, isto é, elas estão sempre umas para as outras, qualificando-se mutuamente. A função profética é régia e sacerdotal, a sacerdotal é real e profética, e a régia é profética e sacerdotal (Lima, 2020, p. 214).

4.2.2 O múnus régio e os ministros ordenados

⁶ “*The New Testament neither speaks in a systematic way about the threefold office of Christ; nor characterizes the mission of the disciples or of the Leaders of the early Christian communities by means of this terminology. In the New Testament writings, the terms, prophet, teacher, and king, however, are more often Applied to Christ than to the Christian Community, and its Leaders. Only the Letter to the Hebrews presentes Christ as priest, and it insists on the continuity and discontinuity with the Levitic priesthood. Finally, in the New Testament no one is called king other than the Risen Lord. Thus, it becomes clear that the tria munera first and foremost have to be predicated of Christ [...] Is is clear, however, that the rediscovery by the council fathers of the prophetic, priestly, and royal function of the entire people of God i salso rootec in the New Testament, in which the Christian Community is urged that “by this time you ought to be teachers” (Hb 5,11) and is identified as a “holy” (1Pe 2,5) and a “royal priesthood” (1Pe 2,9)” (De Mey, 2009, p. 32).*

Os ministros ordenados, especialmente os bispos e seus colaboradores, isto é, os presbíteros, participantes do Cristo cabeça, ou seja, que exercem na Igreja a função de governo, participam de especial modo do tríplice *múnus* de Cristo, sobretudo, neste sentido de governo, do *múnus régio*. Tal participação especial advém de sua ordenação; assumem a especial nomenclatura de ensinar (*múnus profético*), santificar (*múnus sacerdotal*) e pastorear, reger ou governar (*múnus régio*): “Só o sacramento da Ordem confere ao ministro ordenado uma peculiar participação no ofício de Cristo, Chefe e Pastor, e no Seu sacerdócio eterno” (CL 23).

Portanto, distintivamente na Igreja se encontram os ministros ordenados, isto é, os que possuem seu ministério derivado do sacramento da Ordem. São aqueles que, em nome de Jesus (cf. Cl 3,17), fazem discípulos entre todos os povos (cf. Mt 28, 19), e guiam o povo sacerdotal, no exercício do *múnus régio*. Eles participam no sacerdócio de Jesus Cristo e, assim, diferenciam-se dos demais fiéis na participação deste sacerdócio não somente em grau, mas também em essência (LG 10). Estes, são aqueles que servem o povo de Deus, e os fiéis leigos, de sua parte, devem reconhecer o sacerdócio ministerial como elemento absolutamente necessário para a sua própria vida e participação na missão eclesial (CL 22).

No entanto não devem perder de vista sua missão de servir através de tais *múnus*. Se se perde essa característica, perde-se o espírito de comunhão e cresce o de autoritarismo e subserviência, não o serviço e corresponsabilidade (CNBB, 2016, n. 156). Portanto, o exercício do *múnus régio* nos ministros ordenados implica sim uma certa autoridade, mas que não pode transformar-se em autoritarismo, mas refere-se à autoridade exercida pelo próprio Cristo, onde qualquer tipo de uso despótico e interessado de poder dão lugar ao serviço e a entrega generosa de vida. A autoridade do poder de regência nos ministros ordenados tem em vista o pastoreio do povo de Deus e sua salvação integral. Não se trata de poder, mas serviço que tem em vista o Reino de Deus (Fénéus, 2021, p. 92-93).

Promulga o CDC que aqueles que recebem as ordens sagradas são hábeis aos poderes de governo, sobretudo o poder eclesiástico de regime, concedido por Cristo e pela Igreja através de uma *missio canônica*, para governar todos os batizados tendo em vista a sua salvação eterna, isto é, autoridade exercida para obter o fim supremo que é a *salus animarum* (CDC, cân. 129 § 1; p. 129⁷). Sem poderem, no entanto, se eximir de qualquer responsabilidade civil, ou seja, se também colaborarem nas questões temporais, impregnando esta dimensão com o evangelho de Cristo e seu Reino (Brighenti, 2016, p. 33).

⁷ A paginação que acompanha a citação de algum cânone do CDC, tal como nesta referenciada, trata-se da página onde está o comentário do cânone que foi consultado e utilizado na construção do texto desta pesquisa.

Deus, em Jesus Cristo, deu aos apóstolos e seus sucessores, isto é, os bispos, este tríplice poder. Ele, como Rei, continua a pastorear e governar seu povo, sua Igreja, através dos bispos, os quais ilumina e fortalece em seus ofícios, sobretudo, a nível universal, do bispo de Roma; assim, a rege de modo concreto, porém misterioso (MC 37-39). É o que se vê na definição conciliar: “Na verdade, Cristo deu aos apóstolos e aos sucessores deles o mandato e o poder de ensinar todas as gentes, de santificar os homens na verdade e de os apascentar” (CD 2); e ainda, pós-concílio: “Cristo confiou aos Apóstolos e a seus sucessores o múnus de ensinar, de santificar e de governar em seu nome e por seu poder” (CIgC 873).

Sob especial perspectiva do múnus régio, os bispos exercem sua função de pastores, guiando o povo de Deus a ele confiado à plenitude da comunhão com Deus na eternidade (Gonçalves, 2025, p. 183). Sua autoridade é exercida através do serviço e caridade ao povo, em comunhão com os demais bispos e o papa, isto é, em solicitude para com todas as Igrejas particulares e com a Igreja universal, no exercício da colegialidade, em espírito de comunhão (Gonçalves, 2025, p. 183-187). Sendo que o múnus régio, isto é, o de apascentar os fiéis em nome do Senhor e o de pregar o Reino de Deus constitui-se como o excelso múnus dos pastores (LG 19.30). Em tudo devem exercer em comunhão hierárquica com a cabeça e os demais membros do colégio episcopal (LG 21). Portanto, ao falar sobre o múnus de governo dos bispos, o Concílio o trata como um múnus pastoral, exercendo o ministério de pai e pastor em espírito de serviço, tendo como exemplo o próprio Bom Pastor, Jesus Cristo, para com todas as pessoas, sobretudo os fiéis leigos e presbíteros (CD 16).

Sobretudo, para além de poderes e autoridade institucionais, a eles é confiado o ofício pastoral, ou seja, solicitude para com seu rebanho, isto é, devem governar a família diocesana tendo como exemplo diante dos olhos a figura do Bom Pastor (LG 27). Em outras palavras, assim como o Cristo, os bispos exercem sua função de governo, régia, através do serviço e caridade para com o seu povo, exercendo tal regência como pastoreio do povo de Deus, para guiá-los ao próprio Deus e sua salvação integral (cf. CIgC 894-896). Assim como na realeza divina, o exercício do poder régio nos bispos e sua autoridade também é associado à figura pastoril e ao modo pastoral de conduzir a Igreja, tão próprios para este nível do sacramento da Ordem (De Mey, 2009, p. 39.45).

Já os presbíteros, que dependem dos bispos no exercício de seu poder, pois colaboradores da ordem episcopal, também a seu modo e em sua circunscrição própria, exercem a função de ensinar, santificar e governar, pois exercem seu ministério em união e dependência do ministério dos bispos; pois isso, igualmente possuem a responsabilidade de anunciar o Evangelho, pastorear os fiéis e presidir a celebração do culto divino. O termo sacerdote

circunscreve o presbítero apenas à esfera do sagrado, como se fosse apenas homem do sacrifício, homem do altar; já o termo presbítero é mais amplo e permite inserir e mais facilmente compreender no exercício deste ministro sagrado os três múnus de Cristo, sacerdote, profeta e rei (pastor), no exercício do ministério presbiteral (Godoy, 2025, p. 191):

A terceira função (régia) é de ser líderes do Povo de Deus. Exercem, segundo a autoridade que lhes corresponde, o ofício de Cristo, Cabeça e Pastor, reúnem a família de Deus em nome do bispo, como fraternidade de uma só alma e conduzem-na a Deus Pai, por meio de Cristo, no Espírito (Vélez, 2025, p. 216).

Especialmente no múnus régio, os presbíteros conduzem e apascentam o povo de Deus e, pela caridade ensinada pelo Bom Pastor, são incitados a dar a sua vida pelas ovelhas. Agem como os chefes das comunidades locais, renunciando a comodidades para si, e sacrificando-se cotidianamente pelo bem de seu povo (PO 13). A autoridade e serviço conferidos são meios para que o presbítero reconheça a dignidade da pessoa e trabalhe em prol de sua defesa; com transparência e coerência, ajudando a conduzir e guiar o rebanho ao Bom Pastor, colaborando para que todos busquem uma verdadeira realização humana em Cristo Salvador (Santos, 2018, p. 170). Unido à ordem episcopal, o ofício presbiteral participa da autoridade com a qual o próprio Cristo governa o seu corpo, e vivem entre os homens como bons pastores que conhecem suas ovelhas e buscam trazer ao redil de Cristo as que ainda não ouviram a voz deste Bom Pastor (PO 2-3):

Com efeito, os presbíteros, em virtude as sagrada Ordenação e da missão que recebem dos bispos, são promovidos ao serviço de Cristo Mestre, Sacerdote e *Rei*, de cujo ministério participam e mediante o qual a Igreja continuamente é edificada em povo de Deus, corpo de Cristo e templo do Espírito Santo (PO 1, grifos nossos)

Sob a autoridade do bispo e em comunhão com ele, portanto, dirigem a porção do rebanho do Senhor a eles confiada (LG 28). Exerce tal direção sobretudo na paróquia, onde se torna o pastor desta porção a ele confiada, exercendo o seu tríplice múnus (CDC cân. 519).

Em suma, nos ministérios ordenados, o cuidado do rebanho, remetendo ao cuidado pastoril, corresponde ao múnus régio. O pastor satisfaz as necessidades do rebanho, o conduz para as pastagens e para o redil e o reúne em torno de si, evitando sua dispersão diante dos possíveis ataques (Vanzella, 2018, p. 13). Cristo, Pastor supremo, confia aos apóstolos, seus sucessores e os colaboradores destes a exercer este serviço, tornando a todos colaboradores de sua própria missão de regência universal. Através dos pastores Cristo apascenta seu povo os guiando, protegendo e corrigindo, devido ao seu amor profundo por toda a humanidade. Não podem realizar tal múnus de governo, régio, como exercício despótico e autoritário, mas em

espírito de serviço e doação de vida (Santos, 2018, p. 170-171), à exemplo do próprio Mestre e Senhor, Rei do Universo, que se inclina para lavar os pés dos discípulos (Jo 13,14): “O *múnus* de governar confere a missão de cuidar do rebanho do Senhor, educando na fé, orientando, animando e apoiando as pessoas na sua caminhada de vida cristã [...]” (Santos, 2018, p. 171).

Portanto, fora de uma visão clara e explicitamente sobrenatural, não é compreensível o serviço de governar próprio da Igreja, do Povo de Deus, sobretudo dos ministros ordenados. A dimensão sobrenatural, ao contrário, apoiada pelo verdadeiro amor à salvação de cada Fiel é particularmente preciosa e necessária em todo tempo. Para ser fiel a essa missão, a força vem de Cristo, e o *seu modo de governar não é o domínio, mas é o serviço humilde e amoroso do lava-pés. A realeza de Cristo sobre o universo não é um triunfo terreno, mas o madeiro da Cruz torna-se juízo para o mundo e ponto de referência para a prática da autoridade, sendo verdadeira expressão de caridade e justiça pastoral* (Fénélus, 2021, p. 93-94, grifos nossos).

Para os bispos e presbíteros, o exercício do *munus regendi* pode ser qualificado como a missão de governar e guiar o povo de Deus, o pastoreando, com a autoridade de Cristo, que ele à confere à Igreja. Tal autoridade não é poder humano, mas poder do próprio Cristo servidor, confiado àquele que será seu servidor (Santos, 2018, p. 169). Estes sagrados pastores devem reconhecer que os leigos contribuem para o bem de toda a Igreja (LG 30).

4.2.3 O *múnus régio* e os fiéis leigos

Efetivamente, os leigos não são simplesmente elementos passivos diante do exercício do *tríplice múnus* dos ministros ordenados, mas eles também o vivem, a seu modo particular (CL 14). Sobretudo o *tríplice múnus* dos bispos é muito claro nos documentos conciliares, sobretudo na LG 25-27 (De Mey, 2009, p. 38). Nestes números do documento conciliar se torna mais fácil vislumbrar como ocorre o *tríplice múnus* na vida dos bispos, como também ocorre na vida dos presbíteros em documentos próprios como na PO. No entanto, no ministério laico, o exercício do *tríplice múnus* se torna não tão claro. No senso comum dos fiéis, é mais claro como os leigos participam do *múnus profético*, sobretudo no anúncio cotidiano do evangelho. No *múnus sacerdotal*, através do sacerdócio comum dos fiéis, participando ativamente do sacrifício do altar, não como ministros ordenados, mas ao seu modo próprio, ademais de seu oferecimento diário como vítimas agradáveis a Deus. Mas como realizam e exercem o *múnus régio*? Certamente não o exercem como os ministros ordenados, numa função de governo. Neles, a participação no *múnus régio* é particular e será enfocada neste momento.

É um mérito do Concílio aplicar o *tríplice múnus* sistematicamente pela primeira vez, insistindo que todos os cristãos participam do *tríplice múnus*, mas ainda defende a posição de

que existe uma diferença essencial no modo como os fiéis leigos, em seu sacerdócio comum, e os ministros ordenados vivem tais *múnus*. No entanto, tal diferença não pode ser ontológica, tendo em vista que os documentos do concílio operam com uma teologia antropológica única, de igualdade batismal entre todos os cristãos. A diferença, portanto, pode apenas ser em relação a outro sacramento, já que o grupo que pertence à hierarquia o é em resultado da recepção do sacramento da Ordem (De Mey, 2009, p. 35-36).

Em visões pré-conciliares, principalmente durante o período de Crisandade até o Vaticano II, sobretudo sob a imagem de Igreja como “sociedade perfeita”, toda a ação da Igreja é compreendida como ação do clero, que se resume à cura das almas, dispensando outras dimensões essenciais da vida humana; conseqüentemente, o fiel leigo torna-se apenas elemento passivo que não possui identidade própria e muito menos um lugar específico na Igreja: “A teologia medieval quase não dedicou atenção à qualidade sacerdotal, profética, e régia da comunidade de fé e utilizou o *tríplice múnus* para descrever prerrogativas dos ministros ordenados” (De Mey, 2009, p. 33, tradução nossa⁸).

Apenas o Concílio irá superar esta separação entre fiéis, propondo a categoria de povo de Deus e, a partir da renovação conciliar, conceber como todo fiel batizado possui dignidade e igualdade próprias, independente de estado canônico, e insere a todos como sujeitos e agentes na Igreja pois, pelo batismo, todos são constituídos um só povo profético, sacerdotal e régio, como já se viu (Brighenti, 2021, p. 24; CDC cân. 204.208).

Portanto a visão da Igreja quanto à relação entre clero e leigos muda substancialmente no Concílio; de um modelo clericalista e autorreferencial, no qual o clero é sujeito ativo dotado de poder de decisão, e os leigos sujeitos passivos, a quem cabia obedecer docilmente, passa-se à uma eclesiologia de comunhão, fundamentada na igualdade batismal que forma uma comunidade cristã de profetas, sacerdotes e reis que, inseridos na vida eclesial e na vida social, desempenham especificamente seus ofícios (Brighenti, 2016, p. 29). Sobre o modelo anterior, vê-se que: “Os leigos, que tem parte no mesmo corpo, se acreditava que também participavam no *tríplice múnus* de Cristo, mas somente na medida em que deveriam ser santificados, ensinados e governados” (De Mey, 2009, p. 34, tradução nossa⁹). O Concílio, numa eclesiologia de comunhão, define o cristão leigo positivamente, como todos os batizados, afirmando sua

⁸ “*Medieval theology paid almost no attention to the priestly, prophetic, and royal quality of the believing Community and used the trilogy exclusively to describe the prerogatives of the ordained*” (De Mey, 2009, p. 33).

⁹ “*The laity, who take part in the same body, were believed to participate in the threefold office of Christ as well, but Only insofar as they have to be sanctified, taught, and governed*” (De Mey, 2009, p. 34).

pela incorporação à Igreja e participantes de seu próprio mistério. São participantes, pelo Batismo, do povo de Deus, e do tríplice múnus de Cristo (CNBB, 2016, n. 109; cf. CIgC 871.897).

De modo geral, a noção de laicato é uma noção pastoral-canônica, que decreta a respeito dos membros do povo de Deus segundo seu estado de vida, ou estado canônico, segundo as atividades ministeriais que lhes são próprias. O CDC no cân. 204, define-os como os *christifideles*, isto é, os fiéis que são incorporados a Cristo pelo Batismo, e assim constituídos povo de Deus. Não mais como antigamente, o leigo não é mais concebido como o não-clero, ou seja, não mais se utiliza uma definição canônica por diferenciação negativa, mas enquanto reconhecimento positivo de sua sacramentalidade e existência cristãs, seja no mundo seja em suas atividades no seio da Igreja. Muito menos são compreendidos segundo uma noção profana ou como ingênuos ou ignorantes. Em todas as ocasiões, são sempre fundamentados no sacerdócio real batismal, que se baseia no único sacerdócio de Cristo, do qual todos os fiéis participam (Bourgeois, 2014, p. 1014-1015; Geraldo, 2009, p. 66).

Por leigos entende-se aqui o conjunto dos fiéis, com exceção daqueles que receberam uma ordem sacra ou abraçaram o estado religioso aprovado pela Igreja, isto é, os fiéis que, por haverem sido incorporados em Cristo pelo batismo e constituídos em povo de Deus, e por participarem a seu modo do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo, realizam na Igreja e no mundo, na parte que lhes compete, a missão de todo o povo cristão (LG 31).

A maioria do povo de Deus é constituída por leigos, ao serviço deles estão os ministros ordenados. Ultimamente tem crescido no seio eclesial a consciência de sua identidade e missão. Embora em número ainda não suficiente, a Igreja tem podido contar com numeroso laicato, que se sente pertencente à comunidade de fé eclesial e é fiel ao compromisso da caridade, da catequese e da celebração da fé. No entanto, mesmo com grande participação nos ministérios laicais, esse compromisso ainda não tem se efetivado naquilo que lhe é mais essencial, a participação dos cristãos no mundo social, político e econômico, com a missão de penetrar nestes meios os valores cristãos. Infelizmente, sua participação tem-se limitado às tarefas eclesiais e litúrgicas, sem haver incentivo e compromisso na aplicação do Evangelho para transformação da sociedade. É desafio e urgência pastoral formar os leigos e evangelizar as categorias profissionais e intelectuais (EG 102; cf. CNBB, 2016, n. 39-43).

A vocação leiga não pode ser entendida somente enquanto serviço dentro da Igreja, como leitor, acólito ou catequista, mas é, acima de tudo a caridade, seja na família, sociedade ou política. Trata-se de um compromisso concreto de viver a fé para construir a nova sociedade, vivendo efetivamente no mundo, não esquivando-se ou fugindo dele, mas buscando evangelizar

suas várias instâncias, “[...] para fazer crescer a paz, a convivência, a justiça, os direitos humanos, a misericórdia e, assim, estender o Reino de Deus no mundo” (CV 168). A própria imagem de Cristo Rei cativa uma espiritualidade de caráter mais laical, e enfatiza o espaço e missão dos leigos na Igreja (Ferraro, 2021, p. 46). Mesmo a solenidade anual de Cristo Rei é o Dia Nacional dos Cristãos Leigos e Leigas (CNBB, 2016, n. 275).

Todos os leigos são sujeitos eclesiais chamados a atuar na Igreja e no mundo, viver a participação, protagonismo, corresponsabilidade e comunhão com todo o povo de Deus. Exercem no mundo uma dimensão pastoral por meio do testemunho, da santidade e da ação transformadora. Estes homens e mulheres carregam a Igreja no coração e nos ombros e fazem o Reino de Deus acontecer diariamente com suas mãos (CNBB, 2016, n. 1-4). São eles Sal da terra e Luz do mundo (Mt 5,13-14), profundamente inseridos e participantes plenos das atividades e das situações da comunidade humana, principalmente orientados à difusão do Evangelho de Jesus. Como Sal e Luz, não vivem para si mesmos, mas devem sair de si, iluminar, se doar, iluminando dando sabor e de dissolvendo pela presentificação do Reino (CNBB, 2016, n. 13).

O mundo é o primeiro lugar da presença, atuação e missão dos leigos. No entanto, por vezes, ainda é insuficiente ou omissa a sua participação neste local, nos aréopagos modernos, como as universidades, comunidades, empresas, ambiente de trabalho, cultura, política, movimentos sociais e populares, sindicais e conselhos políticos públicos. Os diversos documentos eclesiais insistem em sua participação, mas na prática se valoriza quase que exclusivamente, o serviço interior da Igreja, o que prejudica sua presença no seu próprio campo pastoral e sua voz profética na sociedade. Dentre outras coisas, o clericalismo e a sacramentalização das atividades da Igreja também são obstáculos para a atividade laical. São formados de maneira amadora, sem uma preparação tendo em vista lideranças pastorais (CNBB, 2016, n. 34.40-43.47).

A índole secular é própria e peculiar dos leigos [...] Aos leigos compete, por vocação própria, buscar o reino de Deus, ocupando-se das coisas temporais e ordenando-as segundo Deus. Vivem no mundo, isto é, no meio de todas e cada uma das atividades e profissões, e nas circunstâncias ordinárias da vida familiar e social, as quais como que tecem a sua existência. Aí os chama Deus a contribuírem, do interior, à maneira de fermento, para a santificação do mundo, através de sua própria função; e, guiados pelo espírito evangélico e desta forma, a manifestarem Cristo aos outros, principalmente com o testemunho da vida e o fulgor da sua fé, esperança e caridade. A eles, portanto, compete muito especialmente esclarecer e ordenar todas as coisas temporais, com as quais estão intimamente comprometidos, de tal maneira que sempre se realizem segundo o espírito de Cristo se desenvolvam e louvem o Criador e Redentor (LG 31).

O leigo é aquele presente no mundo: este é o seu primeiro campo e âmbito principal de missão, isto é, as tarefas e atividades seculares lhes são próprias, mesmo que não sejam um monopólio exclusivo (GS 43; Lima, 2020, p. 207). Lá, ocupam-se da evangelização e da transformação da realidade temporal. Impregnados do Evangelho, estão no meio do mundo à frente das variadas tarefas da ordem temporal, anunciando o Reino de Deus (CNBB, 2016, n. 63). O mundo é, portanto, o ambiente e o meio de sua vocação, onde o Concílio apresenta como sendo o sentido próprio e peculiar da vocação divina dos fiéis leigos, onde são fonte de esperança e amor que brotam do coração de Deus (CL 7.15). Este, o Concílio, há 60 anos fundamenta a necessidade de intensificar a atividade apostólica dos leigos no aumento crescente da população e no progresso das ciências e da técnica, por exemplo. Com isto em vista, nos tempos hodiernos esta necessidade intensifica-se ainda mais (AA 1-2). Afirma o Concílio:

As tarefas e atividades seculares competem como próprias, embora não exclusivamente, aos leigos [...] Os leigos, que devem tomar parte ativa em toda a vida da Igreja, não devem apenas impregnar o mundo com o espírito cristão, mas são também chamados a serem testemunhas de Cristo, em todas as circunstâncias no seio da comunidade humana (GS 43).

O exercício do *múnus régio* pode ser interpretado como sendo, em linhas gerais, o exercício da caridade que se traduz na vivência do mandamento do amor de Jesus Cristo (Jo 13,34), através do serviço e da comunhão. Compõe o ser e o agir eclesiais. O serviço realizado inclina-se à vida do próximo, em atitude de amor caritativo; com ele, a Igreja, peregrina neste mundo, atualiza e presentifica o sinal do serviço de Cristo na última Ceia, ao lavar os pés dos discípulos (Jo 13,1-20); assim, a Igreja, servidora do Reino, busca realizar o mesmo caminho kenótico da encarnação e da vida de Jesus Cristo, sendo servidora de todos. Já a comunhão orienta-se para a expressão do testemunho da vivência e da caridade, buscando instaurar na comunidade humana uma verdadeira fraternidade universal, a fim de que todos os diferentes povos, sob diferentes línguas, culturas e tradições, possam compor uma única família humana, sinal da unidade indivisível do povo de Deus, que não exclui as diferenças, mas as integra como riquezas e variedade de dons produzido pelo Espírito. Em tal espírito de cooperação, a Igreja busca instaurar verdadeiro diálogo entre todos, tendo sempre em vista a realização do bem-comum e a salvação de toda a humanidade (Brighenti, 2011, p. 129-131).

Participar na missão real de Cristo é redescobrir em si mesmo e nos semelhantes a dignidade da vocação real, enquanto disponibilidade para servir, à exemplo do próprio Cristo, que não veio para ser servido, mas para servir (Mt 20,28; Mc 10,45) (RH 21). Participantes do *múnus régio*, os leigos podem, através de seu apostolado, purificar as instituições e as condições do mundo (CIgC 909). Em suma, sobre o exercício do *múnus régio*:

O povo de Deus participa da função régia de Cristo. Cristo exerce sua realeza, atraindo para si todos os homens por sua morte e ressurreição [Jo 12,32]. Cristo, Rei e Senhor do universo, se fez servidor de todos, não veio para ser servido, mas para servir e dar sua vida em resgate de muitos” (Mt 20,28). Para o cristão, “reinar é servir” [LG 36], particularmente “nos pobres e nos sofredores, nos quais a Igreja reconhece a imagem de seu Fundador pobre e sofredor” [LG 8]. O povo de Deus realiza sua “dignidade régia”, vivendo em conformidade com esta vocação de servir com Cristo (CIgC 786).

Portanto, especialmente a caridade radical, concretizada no âmbito social, e a evangelização de todos os povos é que define, por excelência, a participação do povo de Deus no múnus régio de Cristo, sobretudo aos fiéis leigos que, por sua condição única, estão profunda e inextricavelmente inseridos no mundo, que é o palco principal de sua missão:

O múnus régio é voltado para a vivência concreta do amor no serviço ao Reino de Deus através da solidariedade com aqueles que se encontram nas periferias existenciais e precisam de uma Igreja em saída que vá ao seu encontro para lhes proporcionar condições de vida em plenitude. Isso significa que o múnus régio é voltado para a ação social e evangelizadora e deve ser norteado pela Doutrina Social da Igreja (Vanzella, 2018, p. 17-18).

Pela atividade dos leigos, o Senhor deseja dilatar o seu reino “[...] um reino eterno e universal: reino da verdade e da vida, reino da santidade e da graça, reino da justiça, do amor e da paz” (MR, Prefácio da Solenidade de Nosso Senhor Jesus Cristo, Rei do Universo, p. 426), para que o mundo se impregne cada vez mais do espírito do próprio Cristo, atingindo de modo mais eficaz o seu fim na justiça, na paz e na caridade, tudo isto através de suas atividades propriamente seculares, onde reside sua principal responsabilidade e âmbito de missão. Tal realidade secular, através de seu exercício, pode ser iluminada com a salutar luz divina, aproximando-se cada vez mais da perfeição. Principalmente, os leigos devem esforçar-se para sanar do mundo todo tipo de condição e estrutura que incitem o pecado, e devem fomentar estruturas de justiça que favoreçam as práticas virtuosas. Assim, podem também impregnar culturas, estruturas e atividades humanas com um valor moral cristão. Deste modo, prepara o campo do mundo para a semente da palavra divina, abrindo-se as portas da Igreja para que possa entrar no mundo o anúncio da paz (LG 36):

Cristo, que se fez obediente até à morte, e por isso mesmo exaltado pelo Pai, (cf. Fl 2,8-9) entrou na glória do seu reino; a ele estão submetidas todas as coisas até que submete ao Pai a si mesmo e consigo toda a criação, a fim de que Deus seja tudo em todos (cf. 1Cor 15,27-28). Ele comunicou este poder aos discípulos para que, *também eles fossem constituídos na liberdade própria de reis*, e, pela abnegação de si mesmos e por uma visa santa, vencessem em si próprios o reino do pecado (cf. Rm 6,12); *ainda para que, servindo a Cristo também nos outros, conduzissem pela humildade e a paciência os seus irmãos àquele Rei a quem servir é reinar* (LG 36, grifos nossos).

Portanto, o máximo exercício do múnus régio, isto é, a vivência da realeza de Jesus Cristo na vida dos fiéis, sobretudo dos fiéis leigos, é o exercício de uma caridade radical para com o próximo. Esta, expressa-se de diversas formas, sobretudo como obras de misericórdia corporais e espirituais, que são seu conteúdo mais imediato. Vivido como serviço desinteressado e gratuito, que tem em vista o bem das pessoas e o bem-comum social, especialmente para com as pessoas mais carecidas e abandonadas pelas instâncias e serviços sociais, tal caridade efetiva-se como importante expressão do apostolado, onde os fiéis leigos, tanto homens como mulheres, desempenham seu papel em primeiro plano (CL 41). Buscam, ademais, defender a dignidade inviolável e os direitos humanos de cada pessoa, identificando e se opondo a toda e qualquer discriminação e injustiça, que desonrem e degradem tal dignidade humana e seus direitos, sobretudo o direito divino e principalmente o direito à vida digna e em abundância (cf. Jo 10,10) (CL 37-38).

Com caridade para com o próximo, os fiéis leigos vivem e manifestam a sua participação na realeza de Jesus Cristo, isto é, no poder do Filho do homem que “não veio para ser servido, mas para servir” (Mc 10,45): vivem e manifestam essa realeza na forma mais simples que é possível a todos e sempre e, ao mesmo tempo, na forma mais digna, pois a caridade é o dom mais alto que o Espírito dá em ordem à edificação da Igreja (1Cor 13,13) e ao bem da humanidade. *A Caridade, com efeito, anima e sustenta a solidariedade ativa que olha para a totalidade das necessidades do ser humano* (CL 41, grifos do autor).

O exercício de tal caridade também se vincula com o exercício da justiça e a busca da justiça social para todas as pessoas: “O cristão, sujeito na Igreja e no mundo, vence a indiferença à luz do Evangelho, do Reino de Deus e da Doutrina Social da Igreja” (CNBB, 2016, n. 71). Para tanto, podem e devem os fiéis leigos possuírem participação política “[...] da múltipla e variada ação econômica, social, legislativa, administrativa e cultural, destinada a promover orgânica e institucionalmente o *bem comum*” (CL 42, grifos do autor). Assim, devem buscar tal bem comum, enquanto bem de todos as pessoas e da pessoa toda (GS 72-74). Na justiça e na participação política tendo em vista o bem comum, a humanidade colherá como fruto a paz (GS 78). Enquanto o momento da colheita ainda não chega, os fiéis leigos não podem ficar indiferentes, estranhos ou indolentes diante da violência, da guerra, dos campos de concentração modernos e armamentos, isto é, devem levantar-se contra tudo o que ameaça a paz. Como o Cristo Rei, cujo Reino não é deste mundo (Jo 18,36), buscam o bem da humanidade para longe do conflito armado, da opressão política e da dominação, sobretudo dos mais fracos e indefesos. Exercem sua função no mundo como outros Cristos: como montados em jumentinhos (Mt 21,6; Mc 11,7; Lc 19,35; Jo 12,14) demonstram sua realeza e exercício de

poder e autoridade pacíficas, portando não armas, mas estandartes da paz que vem de Deus, da qual devem ser incansáveis construtores (cf. Mt 5,9) (CL 42): “[...] portanto, à luz da atitude de Cristo, se pode verdadeiramente “reinar” somente “servindo”” (RH 21).

Por mais que a realeza do cristão não seja compreendida como efetivamente real, nos padrões de realeza hodiernos, tampouco esta mesma realeza de Cristo encaixou-se nos padrões esperados em seu tempo. A realidade ainda não é plenamente capaz de compreender reis que sofrem e entregam sua própria vida pelos semelhantes (Geraldo, 2009, p. 25-26).

Os fiéis batizados, portanto, vivem sua dignidade régia, recebida de Cristo, ao servir a humanidade junto a ele; em outras palavras, com Cristo, cada fiel, sobretudo os fiéis leigos no mundo, são também reis, aos moldes da realeza e do Reino de Jesus, que é sobretudo o serviço e entrega de vida (Geraldo, 2009, p. 26).

Os fiéis leigos também, a seu modo, cooperam no exercício do poder de governo da Igreja, segundo as normas do direito. Isto é, o *munus regendi* é recebido por todos os batizados, e não apenas os ministros ordenados, para prover o bem comum e exercer tal múnus na forma jurídica de *potestas*, podendo ocupar ofícios eclesiásticos dos quais possuam os requisitos mínimos e preparação, e nos quais não se exija a Ordem sacra, como algum ofício no tribunal eclesiástico diocesano (CDC, cân. 129 § 2, 228 § 1; p. 129; CL 23). Assim, ao assumirem as funções de coordenação e liderança em suas comunidades, paróquias e dioceses manifestam seu amor à Igreja e assemelham-se a Cristo Rei e Bom Pastor (CNBB, 2016, n. 36.41.59; CL 25-27). Ademais, eles podem colaborar:

[...] nos concílios particulares [cf. CDC, cân. 443 § 4], nos sínodos diocesanos [cf. CDC, cân. 463 § 1-2], nos conselhos pastorais [cf. CDC, cân. 511-512.536]; do exercício do encargo pastoral de uma paróquia [cf. CDC, cân. 517 § 2]; da colaboração nos conselhos de assuntos econômicos [cf. CDC, cân. 492 § 1]; da participação nos tribunais eclesiásticos [cf. CDC, cân. 1421 § 2] etc. (CIgC 911).

Em suma, os leigos devem estar inseridos em seus campos de missão que são amplos, como a vasta e complicada política, a realidade social, a economia, por exemplo, seja em âmbito local, nacional ou internacional. No seio eclesial, como acima, também são muitas as funções, ministérios e serviços a serem realizados, para animar a vida cristã (RM 72), sempre em colaboração com os ministros ordenados, sobretudo os presbíteros, com quem trabalham cotidianamente.

4.3 Disposições éticas de um reinado de Deus

Toda a Igreja, povo de Deus, é germe e princípio do Reino de Deus (LG 5), e continua a missão do Redentor de presentificar tal Reino até que ele mesmo venha para consumá-lo. Enquanto o faz, exerce a tríplice função de sacerdote, profeta e rei, recebida do próprio Cristo no batismo. Para bem realizar esta missão, o fiel, individualmente, é chamado a viver conforme os valores do Reino de Deus, especialmente em sua relação com Deus e com o irmão. Em outras palavras, a realidade e instauração do Reino possui uma estrutura dialógica, interpessoal e social. Cada ser humano é convidado a aderir ao Reino, convertendo-se a ele, tendo em vista sua proximidade e presença (Mt 4,17; Mc 1,15) (Ladaria, 2021, p. 78) e, assim, deve abrir-se a um novo relacionamento com Deus, revendo também o modo de se relacionar com os seus semelhantes. Tal envolvimento pessoal com Deus e com os irmãos é indispensável para participar do seu Reino (Almeida, 2012, p. 141). O Reino, sua vida na Igreja e o exercício da tríplice função para sua instauração carregam, portanto, uma dimensão ética: é necessário viver conforme os valores de Jesus Cristo e do Evangelho para poder participar de seu Reino: “A nossa participação na missão real de Cristo – exatamente na sua “função real” (*munus*) – anda intimamente ligada com toda a esfera da moral cristã e também humana” (RH 21).

Portanto, em outras palavras, o Reino de Deus que é anunciado por Jesus possui um vínculo inseparável com a justiça. Traz consigo uma ética que lhe é própria, tendo em vista a criação de uma ética da comunidade do Reino. O chamado ao arrependimento e à conversão, presente na pregação de Jesus, correlato ao anúncio do Reino, está ligado a uma nova forma de viver segundo os padrões e exigências do Reino (Ruppenthal Neto, 2021, p. 28).

Tais valores que devem ser vividos por cada pessoa concretizam-se substancialmente na vivência do mandamento do amor, isto é, de amar a Deus de todo o coração, alma e entendimento, e amar o próximo como se ama a si mesmo. São, efetivamente, o maior dos mandamentos, dos quais dependem toda a Lei e os Profetas (Mt 22, 35-40). Para participar do Reino de Deus, é necessário amar tal como Jesus Cristo amou e ama a humanidade (Jo 13,34). Disto decorrem todas as boas ações do ser humano. Participa-se do Reino de Deus na medida em que se ama a Deus e aos irmãos e irmãs. Em outros momentos, como no sermão da montanha (Mt 5,1-7,29), Jesus expõe algumas exigências do Reino, como as bem-aventuranças (Mt 5,3-12) ou a justiça deste Reino (Mt 5,17-7,12) (Monasterio; Carmona, 2000, p. 193). No entanto, contíguo ao mandamento do amor, pode-se concretizar os valores e exigências da participação no Reino através de uma famosa parábola:

Quando o Filho do Homem vier em sua glória, e *todos os anjos com ele*, então se assentará no trono da sua glória. E serão reunidas em sua presença todas as nações e ele separará os homens uns dos outros, como o pastor separa as ovelhas dos bodes, e porá as ovelhas à sua direita e os bodes à sua esquerda. Então dirá o rei aos que estiverem à sua direita: ‘Vinde, benditos de meu Pai, recebei por herança o Reino preparado para vós desde a fundação do mundo. Pois tive fome e me destes de comer. Tive sede e me destes de beber. Era forasteiro e me acolhestes. Estive nu e me vestistes, doente e me visitastes, preso e viestes ver-me’. Então os justos lhe responderão: ‘Senhor, quando foi que te bimos com fome e te alimentamos, com sede e te demos de beber? Quando foi que te vimos forasteiro e te recolhemos ou nu e te vestimos? Quando foi que te vimos doente ou preso e fomos te ver?’ Ao que lhes responderá o rei: ‘Em verdade vos digo: cada vez que o fizestes a um desses meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes’. Em seguida, dirá aos que estiverem à sua esquerda: ‘Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e para os seus anjos. Porque tive fome e não me destes de comer. Tive sede e não me destes de beber. Fui forasteiro e não me recolhastes. Estive nu e não me vestistes, doente e preso, e não me visitastes’. Então, também eles responderão: ‘Senhor, quando é que te vimos com fome ou com sede, forasteiro ou nu, doente ou preso e não te socorremos?’ E ele responderá com estas palavras: ‘Em verdade vos digo: todas as vezes que o deixastes de fazer a um desses mais pequeninos, foi a mim que o deixastes de fazer’. E irão estes para o castigo eterno, enquanto *os justos irão para a vida eterna* (Mt 25, 31-46; grifos da tradução).

Bem concretamente, nesta parábola escatológica, que aponta para sua *parusia*, isto é, sua aparição gloriosa (Ladaria, 2021, p. 38), Jesus expõe e tipifica as ações que levam o ser humano à participação da vida eterna ou não. O critério utilizado é a vivência de um amor radical, caridade. Na parábola o Rei separa os homens uns dos outros, tal como a figura já abordada que tipifica a sua figura, que é o pastor, que separa ovelhas de cabritos; isto fundamenta-se numa antiga tradição de que os pastores, ao final do dia, separavam estes animais uns dos outros para melhor protegê-los. A mesma tradição antiga via o lado esquerdo como o que é degradado ou indigno (Bolotte, 2020, p. 389-390). A uns, que amaram radicalmente os irmãos, é concedido por herança o Reino. A outros, que negligentemente não amaram, é concedido o castigo eterno. A própria pregação de Jesus que, por vezes, expõe a ação escatológica de Deus, não pode ser desvinculada dos aspectos de salvação e de juízo. Mesmo que este, o juízo, tenha sido colocado por Jesus em segundo plano, preferindo focar na salvação integral do gênero humano através do perdão de seus pecados e a recepção de uma vida nova e abundante, este não pode ausentar-se por completo. Jesus sempre convida à participação no seu Reino, no exercício da caridade. Aqueles que não aderem às suas palavras e ações, tornam-se réus em juízo, como na parábola acima (Theissen; Merz, 2002, p. 288; CIgC 1038).

Esta parábola evoca a imagem do juízo final, tipificando as disposições pedidas por Jesus para o seu reinado. Ganha-se ou perde-se a participação no banquete escatológico na medida em que se seguem tais disposições ou não (Theissen; Merz, 2002, p. 291). É texto que

simboliza o julgamento que Deus faz a humanidade inteira, enquanto pastor que separa as cabras das ovelhas, metáfora rural daquele tempo, que expressa o juízo divino definitivo e assim o ganho ou o fracasso de cada ser humano. O critério definitivo de Jesus Cristo ao julgar não será somente a violência ou o mal executado, mas a indiferença humana diante do sofrimento. O bem se julga pelo que cada um fez, não aos ricos e poderosos, mas aos pequenos e mais necessitados. O mal é julgado a partir do que se deixou de fazer a cada um destes. Portanto, parece que para Jesus, em seu julgamento futuro, o critério de salvação não é apenas cumprir os deveres institucionais e seguir as leis divinas, mas buscar satisfazer e assistir as necessidades humanas experimentadas por qualquer pessoa que seja, mesmo que seja alguém que cometeu algum delito ou crime e, por isso, está preso (Kehl, 2020, p. 99-100). É o que se vê: “A atitude em relação ao próximo revelará o acolhimento ou a recusa da graça e do amor divino” (CIgC 678). Portanto, o juízo final não será um julgamento da coletividade humana somente sobre a justiça, se foi praticada ou não, mas um julgamento sobre o amor, se foi vivido no irmão, ou não (Martín Nieto, 2001, p. 113). O juízo levará em conta a caridade que foi realizada com aqueles aos quais Jesus identificou-se (Fernandes, 2024, p. 12).

Trata-se da projeção futura da vida presente, na manifestação das práticas exercidas pelos que creem em Cristo e acolhem seu Reino. O agir eticamente correto, modelo de todo ser humano, é a práxis de Jesus. Aqueles que acolhem os pequenos, acolhem o próprio Jesus, assim como ele mesmo sempre fez (Octaviano, 2024, p. 31). A máxima expressão da solicitude e misericórdia do Senhor para com os pobres é concretizada nesta parábola, representação gráfica da bem-aventurança dos misericordiosos; por meio dela, o Senhor oferece à humanidade o meio para que possa alcançar a sua plenitude (DT 28).

Tal chegada definitiva do Reino principia o julgamento e eventual condenação dos que se excluíram do Reino ao excluírem os irmãos; ao mesmo tempo, no entanto, trará alegria e bênção aos que aderiram a ele e ao seu anunciador, Jesus Cristo, na medida em que amaram cada um de seus pequeninos irmãos (Gardener, 1965, p. 71).

Jesus, sendo juiz, é critério do julgamento sobre o ser humano, pois nele cada pessoa é chamada à sua plenitude. Ele é o pastor messiânico prometido no Antigo Testamento que reuniu as ovelhas dispersas de Israel, as apascenta, e dá a vida por elas. A salvação chegará ao seu ponto culminante neste julgamento, em que todas as nações serão reunidas ao redor do trono do Rei que é verdadeiramente pastor, Messias-Rei-Pastor, que irá separar ovelhas de cabritos (Almeida, 2012, p. 58). Em outras palavras, o critério para salvação ou sua recusa é configurar-se a este Bom Pastor, Jesus, na medida em que se ama como ele amou, tal como ele mesmo mandou (Jo 13,34). Cristo Jesus é a medida de todo ser humano e do ser humano todo. A

vocação última e definitiva do ser humano é configurar-se a ele, pois, em si e sob o seu olhar misericordioso, Jesus ilumina a o mistério do ser humano, o convidando a descobrir a verdade em si mesmo (GS 22) (Ladaria, 2021, p. 37-38). Tendo se configurado com ele de tal modo, até que o próprio Cristo se forme em cada pessoa (cf. Gl 4,19), de modo que se participe de seu mistério pascal, morrendo e ressuscitando com ele, pode-se, enfim, com ele reinar (LG 7). Identificando-se com Cristo e os seus desígnios, se abraça o compromisso de construir, juntamente com ele, o seu Reino de amor, justiça e paz para todos (GE 25). A referência é, portanto, sempre manter o olhar fixo em Jesus Cristo; mesmo que, nesta parábola, esteja sentado glorioso em seu trono, não se deve desviar o olhar de Cristo crucificado, o verdadeiro Rei que, na cruz, está em seu trono; assim, cada ser humano é convidado a se fazer seu servo, sobretudo servindo os irmãos, para poder reinar definitivamente com ele (Francisco, 2022, p. 4-5).

Anunciar Jesus, nossa Salvação [...] é estar particularmente atento aos mais pequeninos e vulneráveis dos nossos irmãos e irmãs. A nova luz que Cristo, o Filho *homoousios* do Pai que partilha a natureza humana comum, lança sobre a fraternidade entre todos os membros da família humana ilumina de modo particular os que mais precisam da esperança da graça. Estamos ligados por um laço radical e indestrutível a todos os que sofrem e são excluídos; todos somos chamados a trabalhar para que a salvação chegue a eles em especial. Anunciar significa aqui “dar de comer”, “dar de beber”, “reunir”, “vestir” e “visitar” (Mt 25,34-40), irradiar a glória humilde da fé, da esperança e da caridade para aquele em quem não se acredita, em quem ninguém espera e que não é amado pelo mundo. Anunciar significa fazer resplandecer estas virtudes teológicas através da humilhação e do sofrimento, o que só pode vir de Cristo Salvador, e, por conseguinte, dar testemunho dele e ajudar a encontrá-lo. Mas não nos enganemos; estes crucificados da história *são Cristo entre nós*, no sentido mais porte possível: “foi a *mim* que o fizestes” (Mt 25,40) (Comissão Teológica Internacional, 2025, n. 123, grifos do autor).

O Reino transforma as relações entre os seres humanos, se realizando de modo progressivo na medida em que cada um aprende a amar, servir e perdoar. Por isso, a natureza plena do Reino é comunhão de toda a humanidade entre si e com Deus (RM 15). Carrega consigo esta dupla via: deve-se amar a Deus e aos irmãos. É necessário, sobretudo, amar a Deus nos irmãos e irmãs, afinal, não é possível afirmar, mesmo que seguramente que se ama a Deus, que não se vê, e na vida cotidiana odiar o irmão que se vê (1 Jo 4,20).

Este critério máximo para participação no Reino e para ser chamado como bendito do Pai, pelo próprio Cristo (Mt 25,34), é a vivência radical da caridade, amando o Cristo sobretudo nos pobres, seus mais pequeninos necessitados (DT 5). Carrega consigo, então, uma forte conotação de misericórdia, compaixão, justiça e vivência da fraternidade e amor universais propostos por Jesus. À luz da moralidade do próprio Rei, cada pessoa é convidada a lutar por um mundo justo e fraterno, no qual cada ser humano aja mais humanamente, tendo como

referência e modelo Jesus Cristo, e que respeite e defenda a dignidade inviolável da pessoa humana. Salvação e juízo, misericórdia e justiça, são conceitos indissociáveis entre si. A salvação final, e não o julgamento ou punição eterna, é a finalidade da vinda do Filho ao mundo, pois ele veio para salvar, e não para condenar (Jo 3,17) (Ladaria, 2021, p. 148-149).

Ao lermos as Escrituras, fica bem claro que a proposta do Evangelho não consiste só numa relação pessoal com Deus. E a nossa resposta de amor também não deveria ser entendida como uma mera soma de pequenos gestos pessoais a favor de alguns indivíduos necessitados, o que poderia constituir uma “caridade por receita”, uma série de ações destinadas apenas a tranquilizar a própria consciência. A proposta é o *Reino de Deus* (cf. Lc 4,43); trata-se de amar a Deus, que reina no mundo. À medida que Ele conseguir reinar entre nós, a vida social será um espaço de fraternidade, de justiça, de paz, de dignidade para todos. Por isso, tanto o anúncio como a experiência cristã tendem a provocar consequências sociais (EG, n. 180).

Define o concílio que cada cristão, lutando pela justiça e caridade, pode contribuir para o bem da humanidade e para a paz mundial. No exercício do amor fraterno, tornam-se exemplos para todos, fazendo com que as instancias seculares sejam penetradas pelo espírito das bem-aventuranças, sobretudo o espírito de pobreza. Conclui: “Todo aquele que, obedecendo a Cristo, busca primeiramente o Reino de Deus, recebe daí um amor mais forte e mais puro, para ajudar os seus irmãos e realizar, sob o impulso da caridade, a obra da justiça” (GS 72). Toda ação que é realizada tendo em vista o amor contribui para a construção do Reino de Deus, revelando a sua própria presença (CNBB, 2016, n. 178).

Por fim, vê-se como todo o povo de Deus, nesta vivência de caridade radical, deve seguir e viver o exemplo do próprio Cristo que, mesmo Rei, não vive sua realeza enquanto imposição despótica e abuso de poder, mas doando a vida livre generosamente. Para crer em Jesus, deve-se fazer o caminho de sua cruz. Assim como naquele tempo ninguém pensara num Messias crucificado, hoje, para entender plenamente a proposta de Jesus, deve-se entender que a glória para a qual toda a humanidade, através dele, chegará à glória, passa pelo sofrimento e pela cruz cotidiana (Ratzinger, 2020c, p.220), sobretudo no auxílio daqueles que, devido às injustiças mundanas e à falta de compaixão dos irmãos, são cotidianamente crucificados.

Trata-se de uma tarefa continua, que não será concluída pelos cristãos enquanto seu Mestre e Senhor não vier definitivamente para consumir o seu reinado, já que, enquanto realidade histórica, o Reino de Deus é sempre realidade em realização, e por isso nunca pode ser exaustivamente abordado (Aquino Júnior, 2010, p. 211). Mesmo que assim seja, cabe a cada cristão uma postura ativa diante da realidade oferecida pelo mundo, fazendo-se próximo a todo pequeno, no qual reside o próprio Deus. De qualquer modo, “Mais do que nunca, para as inquietações provocadas pela existência humana, pelas crises tanto a nível social quanto

individual, e mesmo para a busca de sentido e propósito, *o evangelho do Reino é a resposta*” (Ruppenthal Neto, 2021, p. 35; grifos nossos).

4.4 Conclusão preliminar

A realeza de Cristo imprime profundos efeitos e características na Igreja, tanto em dimensão histórica-institucional como concebida como povo de Deus, isto é, nos fiéis batizados. Ela mesma, a Igreja, encontra sua razão última de ser e agir no próprio Reino de Deus, anunciado por Jesus Cristo. Ela é servidora deste Reino, que deve agir no mundo e na história, anunciando Jesus Cristo, seu Evangelho, valores e Reino. Deste, não é maior ou sequer pode identificar-se a ele, mas é seu germe e princípio (LG 5). Será finalmente consumada e concluirá sua missão quando o Reino for cabalmente instaurado pelo próprio Cristo, quando este vier novamente em sua glória.

Concebida como povo de Deus, isto é, enquanto constituída por fiéis, a Igreja participa do tríplice múnus de Cristo, recebido por cada cristão em seu batismo. Assim como o Cristo, o Ungido do Pai, cada cristão, no ato batismal, também é ungido como profeta, sacerdote e rei, para exercer seu apostolado no mundo. Sobretudo no que se refere ao múnus régio, isto é, o ofício de Rei exercido por Cristo e comunicado pela regeneração batismal aos fiéis, cada um deve reinar com e como Jesus, até sua vinda.

Assim como o Cristo é Rei e governa seu povo não despoticamente, mas como o Bom Pastor guia seu rebanho para as pastagens eternas (Jo 10,14), é função dos bispos e presbíteros governarem a Igreja e o povo de Deus não em abuso de poder, mas pastoreando o povo de Deus, isto é, trabalhando como verdadeiros pastores, munidos de caridade pastoral, guiando este povo de Deus, a eles confiado, às pastagens eternas, ao encontro do verdadeiro Bom Pastor.

Já os fiéis leigos, mesmo que não participem da função de governo hierárquico da Igreja, sobretudo participam do múnus régio através do exercício descomedido da caridade para com os irmãos e irmãs necessitas, anunciando-lhes a Boa Nova salvífica. Presentes nas estruturas seculares, são eles Sal e Luz (Mt 5,13), e permeiam estas realidades com o bom odor de Cristo (2Cor 2,15). Todos os fiéis, ministros ordenados ou não, possuem a grave obrigação de viverem uma radical caridade na vivência do evangelho. O Reino conclama disposições éticas que devem ser vividas por todos: não no cumprimento de leis e normas, mas no amor radical aos irmãos. Assim, pode-se receber o Reino preparado pelo Rei Jesus e, enfim, com ele reinar.

5. CONCLUSÃO

Conclusivamente, num momento de síntese teológica, parece mais razoável realizar uma reflexão final considerando o horizonte temático da pesquisa do que novamente uma exposição sistemática de conteúdos, já considerados no corpo da pesquisa e sintetizados ao longo das conclusões preliminares ao longo do texto.

Depois de realizar todo o itinerário de pesquisa, clarificou-se o significado e a extensão da realeza de Jesus Cristo. Esta, como se viu desde a Introdução, é apresentada como um pressuposto para o início da pesquisa, apesar de aprofundada em seus fundamentos no início do Trabalho. Cumpria, porém, o objetivo de compreender a natureza desta realeza de Jesus e como ele a viveu, como foi recebida e como era entendida no seu tempo por seus contemporâneos, especialmente sob as diversas expectativas messiânicas da época, sobretudo a real-davídica. Ademais, fazia-se necessário compreender os temas anexos à esta realeza, como o conceito de Reino de Deus. A centralidade de toda vivência cristã, que é o mistério pascal de Cristo em sua paixão, morte e ressurreição, encontra, junto com o tema de sua realeza, seu centro e ápice na cruz, onde Jesus é verdadeiramente Rei. Por fim, para coroar e entronizar na realidade todo o tema da realeza de Jesus, buscou-se compreender suas implicações e efeitos eclesiológicos e pastorais contemporâneos, sobretudo como o tema reverbera nas definições do Concílio Vaticano II e em sua aplicação hodierna, residindo nisto um dos motivos de relevância e importância atuais do tema.

Neste contexto e horizonte de objetivos, a pesquisa parece cumprir sua finalidade central, a de compreender a natureza da realeza de Jesus Cristo, isto é, como o tema perpassa toda a sua vida, sobretudo nas narrativas do Novo Testamento e em seus elementos veterotestamentários precedentes, além das demais finalidades como a compreensão de sua atualidade. Na contramão das perspectivas e esperanças humanas e históricas que, por vezes, esperavam por um Messias e Rei forte e dominador, Jesus apresenta sua realeza como serviço. Ser Rei, em Jesus Cristo, é servir aos irmãos, sobretudo aos mais necessitados, e dar a vida por todos. O Filho do Eterno Pai, Verbo de Deus encarnado, não se apegou ciosamente ao seu onipotente poder, ou mesmo buscou exercer sua realeza em grandes e poderosos palácios e tronos reais, mas esvaziou-se e humilhou-se, sendo obediente até a morte, e morte de cruz, seu verdadeiro trono (cf. Fl 2, 6-8).

A pesquisa, perpassando seus três capítulos, cumpre, no primeiro, os objetivos de compreender os pressupostos, conceitos e elementos veterotestamentários sem os quais não é possível assimilar a centralidade da realeza de Cristo, exposta no segundo capítulo, sobretudo

ao vislumbrar os conceitos e desenvolvimentos do Reino de Deus e do mistério pascal de Cristo, onde reside o cerne do tema de sua realeza. O Rei e Senhor Jesus Cristo, morto e ressuscitado, a partir de sua realeza e de suas perspectivas, ilumina toda a humanidade e sobretudo o mistério do ser humano que, na Igreja, serve e instauradora do Reino de Deus, a partir de seu batismo, na vivência da fé cristã como filho de Deus, passa a reinar juntamente com Cristo e colaborar com a missão que possui a Igreja, pois recebe dele próprio o seu tríplice múnus de sacerdote, profeta e rei, clarificados pelas definições do Concílio Vaticano II, expostas no terceiro capítulo.

Todo ser humano é chamado a, como Jesus, reinar e agir no mundo de modo humilde e pacífico, não através do uso despótico do poder e autoridade, muito menos violento ou bélico, mas viver e relacionar-se com os irmãos e irmãs através da caridade e do amor com os quais ele mesmo ama a humanidade, como em seu mandamento (Jo 13,34). O reinar, para aqueles que creem no Cristo e se fazem seus seguidores, discípulos e apóstolos é amor e serviço, não somente realizados no seio e âmbito eclesiais, ou seja, dentro da Igreja em seus serviços e pastorais, mas sobretudo no mundo e na história, sob a forma de evangelização e caridade radical, buscando iluminar com a luz de Cristo Rei as periferias geográficas e existenciais nas quais o ser humano é injustiçado e possui sua dignidade ferida, é privado de seus direitos e, sobretudo, não recebe o anúncio de Cristo e de sua salvação integral do gênero humano.

Em suma, mais do que encadear e concatenar citações bíblicas, interpretações, argumentos teológicos, definições magisteriais e conciliares, esta pesquisa se propôs e acredita ter cumprido o objetivo de apresentar, munida destes elementos citados, a necessidade de configurar-se a Cristo Rei, Bom Pastor, que pastoreia seu povo na caridade e, assim, continua a governar a sua Igreja através dos fiéis que nele professam a sua fé, aos quais é imperativa a missão de com Jesus e como ele reinar no hoje da história, tanto na Igreja como no mundo, nas realidades em que cada cristão está inserido, afim de que Jesus e seu anúncio primordial, do Reino e da Salvação que vêm apenas de Deus, possam alcançar a todos para que, assim, a primorosa criação de Deus, toda a humanidade e cada ser humano, possa reinar com ele pela eternidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bíblia

BÍBLIA DE JERUSALÉM. 1.ed, 12ª reimpressão. São Paulo: Paulus, 2017.

Documentos da Igreja e dos papas

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 4.ed. São Paulo, Edições Loyola, 2000.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. **Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador: 1700º aniversário do Concílio Ecumênico de Niceia 325-2025**. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_doc_20250403_1700-nicea_po.html. Acesso em 04 abr. 2025.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição dogmática *Dei Verbum*: Sobre a revelação divina. In: **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. Organização geral de Lourenço Costa; tradução Tipografica Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997 (Coleção Documentos da Igreja).

_____. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*: sobre a Igreja no mundo de hoje. In: **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. Organização geral de Lourenço Costa; tradução Tipografica Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997 (Coleção Documentos da Igreja).

_____. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*: sobre a Igreja. In: **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. Organização geral de Lourenço Costa; tradução Tipografica Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997 (Coleção Documentos da Igreja).

_____. Decreto *Apostolicam Actuositatem*: Sobre o Apostolado dos Leigos. In: **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. Organização geral de Lourenço Costa; tradução Tipografica Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997 (Coleção Documentos da Igreja).

_____. Decreto *Chsitus Dominus*: Sobre o Múnus Pastoral dos bispos na Igreja. In: **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. Organização geral de Lourenço Costa; tradução Tipografica Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997 (Coleção Documentos da Igreja).

_____. Decreto *Presbyterorum Ordinis*: Sobre o ministério e a vida dos presbíteros. In: **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. Organização geral de Lourenço Costa; tradução Tipografica Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997 (Coleção Documentos da Igreja).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Código de Direito Canônico** – Texto bilíngue com comentários, fontes, interpretações autênticas e legislação complementar da CNBB, Acordo Brasil-Santa Sé e Índice analítico. Brasília, Edições CNBB, 2024.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Declaração *Dominus Iesus***: sobre a unicidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_2000806_dominus-iesus_po.html. Acesso em: 18 ago. 2025.

_____. **Nota Mater Populi fidelis**: Nota doutrinal sobre alguns títulos marianos referidos à cooperação de Maria na obra da Salvação. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_ddf_doc_20251104_mater-populi-fidelis_po.html#. Acesso em: 16 mar. 2026.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Christus Vivit***: Para os Jovens e para todo o povo de Deus. Tradução da CNBB. São Paulo: Paulus, 2019.

_____. **Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium***: sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. Tradução da CNBB. São Paulo: Paulus: 2019.

_____. **Exortação Apostólica *Gaudete Et Exsultate***: Sobre o chamado à santidade no mundo atual. São Paulo: Paulus, 2018.

_____. **Homilia na Solenidade de Nosso Senhor Jesus Cristo, Rei do Universo (XXXVII Dia Mundial da Juventude, 20 de novembro de 2022)**. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2022/documents/20221120-omelia-cristo-redelluniverso.html>. Acesso em 13 de maio de 2025.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta Encíclica *Redemptoris Missio***: sobre a validade permanente do mandato missionário. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_07121990_redemptoris-missio.html. Acesso em 19 de fevereiro de 2025.

_____. **Carta Encíclica *Redemptor Hominis***: no início do seu ministério pontifical. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_04031979_redemptor-hominis.html. Acesso em 23 dez. 2025.

_____. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Christifidelis Laici***: Sobre Vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_30121988_christifideles-laici.pdf. Acesso em 27 mar. 2025.

PIO XI, Papa. ***Quas Primas***: sobre a festa de Cristo Rei. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/en/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_11121925_quas-primas.html. Acesso em 19 de fevereiro de 2025.

PIO XII, Papa. *Ad caeli reginam*: sobre a realeza de Maria e a instituição de sua festa. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_11101954_ad-caeli-reginam.pdf. Acesso em 27. mar. 2025.

_____. *Mystici Corporis*: o corpo místico de Jesus Cristo e nossa união nele com Cristo. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_29061943_mystici-corporis-christi.html. Acesso em 27 dez. 2025.

RITUAL ROMANO. **Missal Romano**. Tradução portuguesa da Terceira edição típica realizada e publicada pela CNBB com acréscimos aprovados pela Sé Apostólica. Brasília: Edições CNBB, 2023.

_____. **Ritual do Batismo de Crianças**. Tradução portuguesa para o Brasil da segunda edição típica com adaptações à índole do povo brasileiro. São Paulo: Paulus, 1999.

_____. **Ritual da Iniciação Cristã de Adultos**. Tradução portuguesa para o Brasil da edição típica. 4.ed. São Paulo: Paulus, 2007.

LEÃO XIV. **Exortação Apostólica *Dilexi Te***: sobre o amor para com os pobres. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/apost_exhortations/documents/20251004-dilexi-te.html. Acesso em 13 out. 2025.

Livros

ALMEIDA, Antônio José de. **Apostolicam actuositatem**: Texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2012a (Coleção visitar o concílio).

_____. **Sois um em Cristo Jesus**. 2.ed. São Paulo: Paulinas; Valência: Siquem, 2012b.

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. **A teologia como inteligência do Reinado de Deus**: o método da teologia da libertação segundo Ignacio Ellacuria. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

BALTHASAR, Hans Urs von. **Deus, eternamente jovem e surpreendente**: textos escolhidos sobre Trindade e Cristologia. Organização de Rudy Albino Assunção. São Paulo: Paulus, 2023 (Coleção *Fides Quarens*).

BARRETO, Juan; MATEOS, Juan. **O evangelho de São João**: análise linguística e comentário exegético. Tradução de Alberto Costa. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2021 (Coleção Grande Comentário Bíblico).

BAUDOZ, Jean-François. Verbete As Bem-aventuranças. In: DORÉ, Joseph (Org.) **Jesus**: a enciclopédia. Coordenação de Christine Pedotti. Tradução de gentil Avelino Titton. Petrópolis: Vozes, 2020.

BAUER, Johannes B. **Dicionário de Teologia Bíblica**. Vol. I. 4.ed. Tradução de Helmuth Alfredo Simon. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

_____. **Dicionário de Teologia Bíblica**. Vol. II. 3.ed. Tradução de Helmuth Alfredo Simon. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

BOLOTTE, Anne-Clarie. Verbete Precisamos ter medo do Juízo final? In: DORÉ, Joseph (Org.) **Jesus: a enciclopédia**. Coordenação de Christine Pedotti. Tradução de gentil Avelino Tilton. Petrópolis: Vozes, 2020.

BOMBONATTO, Vera Ivanise; GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes (Orgs.). **Concílio Vaticano II: Análise e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004.

BOURGEOIS, Daniel. Verbete Leigo/Laicato. In: LACOSTE, Jean-Yves (org.). **Dicionário crítico de teologia**. Tradução de Paulo Meneses et al. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola; Paulinas, 2014.

BRIGHENTI, Agenor. **A pastoral dá o que pensar: a inteligência da prática transformadora da fé**. 2.ed. São Paulo: Paulinas; Valência, ESP: Siquem, 2011.

_____. **Em que o Vaticano II mudou a Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2016 (Coleção revisitar o Concílio).

_____. **Teologia Pastoral: a inteligência reflexa da ação evangelizadora**. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

BULTMANN, Rudolf. **Teologia do Novo Testamento**. Tradução de Ison Kayser. Santo André: Editora Academia Cristã, 2008.

CARDEDAL, Olegario González de. **Cristologia**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

CASTILLO, José M. **A Ética de Cristo**. Tradução de Alda da Anunciação Machado. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

_____. **O Reinado de Deus**. Tradução de Yvone M. de C. Teixeira Silva. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

_____. **Os últimos dias de Jesus e o nosso futuro**. Tradução de Yvone M. de C. Teixeira Silva. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade: Sal da Terra e Luz do Mundo (Mt 5,13-14)**. Brasília: Edições CNBB, 2016 (Documentos da CNBB 105).

_____. **Código de Direito Canônico** – Texto bilíngue com comentários, fontes, interpretações autênticas e legislação complementar da CNBB, Acordo Brasil-Santa Sé e Índice analítico. Brasília, Edições CNBB, 2024.

_____. **Fé cristã e Laicidade**. Brasília: Edições CNBB, 2018 (Subsídios Doutrinários n. 10).

DENZINGER, Heinrich. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. Tradução de José Marino e Johan Konings. São Paulo: Paulinas; Edições Loyola, 2007.

DI FIORI, André Gustavo. Capítulo Apostolicam Actuositatem: chaves de leitura para compreensão do texto conciliar sobre o apostolado laico. In: SOUZA, Ney de; FERREIRA, Reuberson Rodrigues (Orgs.). **Concílio Vaticano II: para entender os textos e a sua atualidade**. Petrópolis: Vozes, 2025.

DORÉ, Joseph (Org.) **Jesus: a enciclopédia**. Coordenação de Christine Pedotti. Tradução de gentil Avelino Titton. Petrópolis: Vozes, 2020.

DUNN, James. **Jesus recordado: o cristianismo em seus começos – Livro 1**. Tradução de Eliel Vieira. Contagem: Biblioteca Teológica; São Paulo: Paulus, 2022.

DUPONT-ROC, Roselyne. Verbetes O evangelho da infância em Lucas. In: DORÉ, Joseph (Org.) **Jesus: a enciclopédia**. Coordenação de Christine Pedotti. Tradução de gentil Avelino Titton. Petrópolis: Vozes, 2020a.

_____. Verbetes O evangelho da infância em Mateus. In: DORÉ, Joseph (Org.) **Jesus: a enciclopédia**. Coordenação de Christine Pedotti. Tradução de gentil Avelino Titton. Petrópolis: Vozes, 2020b.

DUPUIS, Jacques. **Introdução à cristologia**. Tradução de Aldo Vannuncchi. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015 (Coleção Introdução às Disciplinas Teológicas).

EICHER, Peter (Org.). **Dicionário de conceitos fundamentais da teologia**. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1993.

FÉDOU, Michel. Verbetes Jesus pensava que era Deus? In: DORÉ, Joseph (Org.) **Jesus: a enciclopédia**. Coordenação de Christine Pedotti. Tradução de gentil Avelino Titton. Petrópolis: Vozes, 2020.

FERRARO, Benedito. **Cristologia**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2021 (Coleção Iniciação à Teologia).

FOCANT, Camille. Verbetes As controvérsias no Templo. In: DORÉ, Joseph (Org.) **Jesus: a enciclopédia**. Coordenação de Christine Pedotti. Tradução de gentil Avelino Titton. Petrópolis: Vozes, 2020.

GARDENER, E. Clinton. **Fé Bíblica e ética social**. Tradução de Francisco Penha Alves. São Paulo: Aste, 1965.

GRENZER, Matthias; GRENZER, Francisca A. de Farias; GROSS, Fernando. **A realeza de Jesus (Mc 15,16-20)**. São Paulo, Paulinas, 2024 (Coleção Perícope).

GODOY, Manoel José de. Capítulo Presbyterorum Ordinis: Presbítero: o homem da caridade pastoral. In: SOUZA, Ney de; FERREIRA, Reuberson Rodrigues (Orgs.). **Concílio Vaticano II: para entender os textos e a sua atualidade**. Petrópolis: Vozes, 2025.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. Capítulo Christus Dominus: Uma perspectiva eclesiológica de comunhão. In: SOUZA, Ney de; FERREIRA, Reuberson Rodrigues (Orgs.). **Concílio Vaticano II: para entender os textos e a sua atualidade**. Petrópolis: Vozes, 2025.

GUARDINI, Romano. **O Senhor**: Reflexões sobre a pessoa e vida de Jesus Cristo. Tradução de Cristina Hulshof e Margarida Hulshof. São Paulo: Cultor de Livros, 2021.

GUIMARÃES, Edward. **Poema Teu Reino é bem diferente**. Disponível em: <https://poemasoracoes.com.br/teu-reino-e-bem-diferente/>. Acesso em 26 mar. 2026 (Epígrafe).

HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. Capítulo Lumem Gentium. In: SOUZA, Ney de; FERREIRA, Reuberson Rodrigues (Orgs.). **Concílio Vaticano II: para entender os textos e a sua atualidade**. Petrópolis: Vozes, 2025.

HADAS-LEBEL, Mireille. Verbete Os Judeus esperavam o Messias? In: DORÉ, Joseph (Org.) **Jesus: a enciclopédia**. Coordenação de Christine Pedotti. Tradução de gentil Avelino Tilton. Petrópolis: Vozes, 2020.

HORSLEY, Richard A.; HANSON, John. **Bandidos, profetas e messias**: Movimentos populares no tempo de Jesus. Tradução de Edwino Aloysius Royer. São Paulo: Paulus, 1995.

HÜNERMANN, Peter. Verbete Reino de Deus. In: LACOSTE, Jean-Yves (org.). **Dicionário crítico de teologia**. Tradução de Paulo Meneses et al. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola; Paulinas, 2014.

KEHL, Medard. **A Igreja**: uma eclesiologia católica. Tradução de João Rezende Costa. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2020.

KOESTER, Helmut. **Introdução ao novo testamento** (v.2): história e literatura do cristianismo primitivo. Tradução de Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 2025.

KONINGS, Johan; GOMES, Rita Maria. **Marcos: o evangelho do reinado de Deus**. São Paulo: Edições Loyola, 2018.

LACOSTE, Jean-Yves (org.). **Dicionário crítico de teologia**. Tradução de Paulo Meneses et al. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola; Paulinas, 2014.

LADARIA, Luis F. **Jesus Cristo, Salvação de todos**. Tradução de Cleusa Caldeira. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

LIMA, José da Silva. **Teologia prática fundamental**: fazei vós também. 2.ed. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2020 (Coleção Estudos teológicos, v. 38).

LOPES, Geraldo. **Gaudium et Spes**: texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2011a (Coleção visitar o Concílio).

_____. **Lumen Gentium**: texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2011b (Coleção visitar o Concílio).

MARGUERAT, Daniel. Verbetes O anúncio do Reino é específico de Jesus. In: DORÉ, Joseph (Org.) **Jesus**: a enciclopédia. Coordenação de Christine Pedotti. Tradução de gentil Avelino Titton. Petrópolis: Vozes, 2020.

MARTÍN NIETO, Evaristo. **Pai-nosso: a oração da utopia**. Tradução de Alda da Anunciação Machado. São Paulo: Paulinas, 2001. (Coleção Bíblia e história).

MASCILONGO, Paolo. Verbetes Jesus se faz batizar. In: DORÉ, Joseph (Org.) **Jesus**: a enciclopédia. Coordenação de Christine Pedotti. Tradução de gentil Avelino Titton. Petrópolis: Vozes, 2020.

MCKENZIE, John L. **Dicionário bíblico**. 3.ed. Tradução de Álvaro Cunha. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

MONASTERIO: Rafael Aguirre; CARMONA, Antonio Rodríguez. **Evangelhos sinóticos e Atos dos Apóstolos**. Tradução de Alceu Luiz Orso. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2000 (Coleção Introdução ao Estudo da Bíblia, v. 6).

MONASTERIO, Rafael Aguirre. Verbetes Jesus e os poderosos. In: DORÉ, Joseph (Org.) **Jesus**: a enciclopédia. Coordenação de Christine Pedotti. Tradução de gentil Avelino Titton. Petrópolis: Vozes, 2020.

PANNENBERG, Wolfhart. **Teologia Sistemática**. Vol. III. Tradução de Werner Fuchs. Santo André; São Paulo: Editora Academia Cristã Ltda.; Paulus, 2009.

PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus; Paulinas, 2015 (Coleção dicionários).

PEETZ, Melanie. **O Israel Bíblico**: História, Arqueologia, Geografia. Tradução de Paulo F. Valério. São Paulo: Paulinas, 2022.

PELLETIER, Anne-Marie. Verbetes O que significa a “parusia” do Filho do Homem”. In: DORÉ, Joseph (Org.) **Jesus**: a enciclopédia. Coordenação de Christine Pedotti. Tradução de gentil Avelino Titton. Petrópolis: Vozes, 2020.

PENNA, Romano; PEREGO, Giacomo; RAVASI, Gianfranco. **Dicionário de temas teológicos da Bíblia**. Tradução de Cássio Murilo Dias da Silva et al. São Paulo: Edições Loyola; Paulus; Paulinas, 2022.

PHILIPPE, A. **Jesus Cristo, Mestre e Rei das Nações**. 2.ed. São Caetano do Sul: Santa Cruz – Editora e Livraria, 2021.

PIÉ-NINOT, Salvador. **Introdução à Eclesiologia**. Tradução de João Paixão Netto. 8.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015 (Coleção Introdução às Disciplinas Teológicas).

PINTO, Rafael Augusto Linhares. **Compêndio de Mariologia**. São Paulo: Cultor de Livros, 2018.

PIKAZA, Xabier. SILANES, Nereo (Orgs.). **Dicionário teológico: o Deus cristão**. Tradução de I.F.L. Ferreira, Honório Dalbosco e equipe. São Paulo: Paulus, 1988 (Coleção dicionários).

PITTA, Antonio. **As parábolas da oração** (Cadernos sobre a oração – 5, Jubileu 2025). Tradução de Leonardo José de Souza Pinheiro. Brasília: Edições CNBB, 2024.

PUIG, Armand. **Jesus: uma biografia**. São Paulo: Paulus, 2020.

RATZINGER, Joseph. **Compreender a Igreja hoje: vocação para a comunhão**. Tradução de Dom Mateus Ramalho Rocha, OSB. 3.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

_____. **Jesus de Nazaré: A Infância**. 3.ed. Tradução de Bruno Bastos Lins e José Jacinto Ferreira de Farias. São Paulo: Planeta, 2020a. (Coletânea Jesus de Nazaré).

_____. **Jesus de Nazaré: Do batismo no Jordão à Transfiguração**. 3.ed. Tradução de Bruno Bastos Lins e José Jacinto Ferreira de Farias. São Paulo: Planeta, 2020b. (Coletânea Jesus de Nazaré).

_____. **Jesus de Nazaré: Da entrada em Jerusalém até a Ressureição**. 3.ed. Tradução de Bruno Bastos Lins e José Jacinto Ferreira de Farias. São Paulo: Planeta, 2020c. (Coletânea Jesus de Nazaré).

RENAUD, Bernard. Verbete Messianismo/Messias. In: LACOSTE, Jean-Yves (org.). **Dicionário crítico de teologia**. Tradução de Paulo Meneses et al. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola; Paulinas, 2014.

ROJAHN, Evandro Roque. **O Reino de Deus e a Missão da Igreja**. Curitiba: Santos Editora, 2018.

SAMANES, Casiano Floristán; TAMAYO-ACOSTA, Juan-José (Orgs.). **Dicionário de conceitos fundamentais do cristianismo**. Tradução de Isabel Fontes Leal Ferreira e Ivone de Jesus Barreto. São Paulo: Paulus, 1999 (Coleção dicionários).

SESBOÛE, Bernard (Dir.); LADARIA, Luis F.; GROSSI, V.; LÉCRIVAIN, Ph. **História dos Dogmas, tomo 2: O Homem e sua salvação (séculos V – XVII)**. Tradução de Orlando Soares Moreira. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

SCHNEIDER, Theodor (org.). **Manual de Dogmática** (vol. I). Tradução de Ilson Kayser, Luís Marcos Sander, Walter Schlupp. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. **Manual de Dogmática** (vol. II). Tradução de Ilson Kayser, Luís Marcos Sander, Walter Schlupp. 5.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

SCHÖKEL, Luis Alonso; CARNITI, Cecilia. **Salmos I: (Salmos 1-72)**. Tradução de João Rezende Costa. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2021.

SICRE DÍAZ, José Luis. **De Davi ao Messias: textos básicos da esperança messiânica**. Tradução de Jaime A, Clasen. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. **Introdução ao profetismo bíblico**. Tradução de Gentil Avelino Titton. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

SOUZA, Ney de; FERREIRA, Reuberson Rodrigues (Orgs.). **Concílio Vaticano II: para entender os textos e a sua atualidade**. Petrópolis: Vozes, 2025.

STOCK, Klemens. Verbete Filho de Davi. In: PENNA, Romano; PEREGO, Giacomo; RAVASI, Gianfranco. **Dicionário de temas teológicos da Bíblia**. Tradução de Cássio Murilo Dias da Silva et al. São Paulo: Edições Loyola; Paulus; Paulinas, 2022.

TASSIN, Claude. Verbete Cristo e Messias. In: DORÉ, Joseph (Org.) **Jesus: a enciclopédia**. Coordenação de Christine Pedotti. Tradução de gentil Avelino Titton. Petrópolis: Vozes, 2020.

THEISSEN, Gerd; MERZ, Annete. **O Jesus histórico: um manual**. Tradução de Milton Camargo Mota e Paulo Nogueira. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

TÓTH, Tihamér. **Jesus Cristo Rei**. Tradução de João Correia Pinto. Fundão: Edições Cristo e Livros, 2021.

VAUX, Roland de. **Instituições de Israel no Antigo Testamento**. Tradução de Daniel de Oliveira. São Paulo: Vida Nova, 2004.

VÉLEZ, Olga Consuelo. Capítulo Presbyterorum Ordinis: de uma teologia sacerdotal a uma teologia ministerial. In: SOUZA, Ney de; FERREIRA, Reuberson Rodrigues (Orgs.). **Concílio Vaticano II: para entender os textos e a sua atualidade**. Petrópolis: Vozes, 2025.

VIVIÉS, Pierre de Martin de. Verbete Jesus anunciou o fim do mundo? In: DORÉ, Joseph (Org.) **Jesus: a enciclopédia**. Coordenação de Christine Pedotti. Tradução de gentil Avelino Titton. Petrópolis: Vozes, 2020.

WITHERUP, Ronald. Verbete Sofrimentos e morte de Jesus. In: DORÉ, Joseph (Org.) **Jesus: a enciclopédia**. Coordenação de Christine Pedotti. Tradução de gentil Avelino Titton. Petrópolis: Vozes, 2020.

Artigos de revistas

ABREU, Paulo Roberto Teixeira de. Do Múnus à Missão: ensinar no pluralismo, santificar frente ao relativismo e governar frente ao laicismo. **Revista Teologia em Questão**, n. 33, p. 102-118, 2018. Disponível em: <https://tq.dehoniana.com/tq/index.php/tq/article/view/231>. Acesso em: 15 de maio de 2025.

AQUINO JÚNIOR, F. de. O reinado de Deus como assunto da teologia cristã. **Revista Eclesiástica Brasileira**, [S. 1.], v. 71, n. 281, p. 47-68, 2011. Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/1065>. Acesso em: 18 mar. 2025.

ARTUSO, Vicente. Autoridade de João Batista e de Jesus: para servir o reino de Deus. **Revista Pistis & Praxis**, [S. 1.], v. 3, n. 1, p. 43-59, 2011. DOI: 10.7213/pp.v3i1.14273. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/article/view/14273>. Acesso em: 15 de maio de 2025.

DALABENETA, Eduardo; RUIZ, Emerson Marcelo. Participar na missão de Cristo, profeta, sacerdote e rei. **Revista Teologia em Questão**, n. 33, p. 7-9, 2018. Disponível em: <https://tq.dehoniana.com/tq/index.php/tq/article/view/225>. Acesso em: 15 de maio de 2025.

DE MEY, Peter. *The Bishop's participation in the Threefold Munera: Comparing the Appeal to the Pattern of the Tria Munera at Vatican II and in the Ecumenical Dialogues*. **The Jurist: Studies in Church Law and Ministry**, v. 69, n. 1, p. 31-58, 2009. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/16/article/585136/pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2025.

FÉNÉLUS, Saint-Luc. Uma visão jurídica da *Norma Missionis* e a *Tria Munera Christi* pela tutela do direito/dever dos fiéis aos bens espirituais na Igreja. **Revista Scientia Canonica**, Santa Catarina, v. 4, n. 7, p. 81-109, 2021. Disponível em: <https://www.scientiacanonica.org/index.php/sc/article/view/104>. Acesso em 15 de maio de 2025.

FERNANDES, Leonardo Agostini. Reino de Deus: Dom e esperança para a humanidade. **Revista Atualidade Teológica** (Departamento de Teologia PUC-Rio). Rio de Janeiro, v. 28, n. 74, p. 01-14, jul./dez. 2024. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_ateo.php?strSecao=fasciculo&fas=68507&NrSecao=X3&secao=TEMAS%20DIVERSOS&nrseqcon=68474. Acesso em 19 de fevereiro de 2025.

FOBE, Jean-Luc. Exegese e hermenêutica do Reino de Deus no Antigo Testamento. **Revista Batista Pioneira**, [S. 1.], v. 8, n. 1, p. 165-177, jul 2019. Disponível em: <https://revista.batistapioneira.edu.br/index.php/rbp/article/view/299>. Acesso em 15 de maio de 2025.

GERSTENBERGER, Erhard Siegfried. Poder real, autoridade do clã e o governo de Javé. **Revista Pistis & Praxis**, [S. 1.], v. 3, n. 1, p. 77-98, 2011. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/article/view/14285>. Acesso em 15 de maio de 2025.

GONZAGA, W.; BELEM, D. F. Salmo 24: proposta de solução exegética através da Análise Retórica Bíblica Semítica. **INTERAÇÕES**, v. 15, n. 2, p. 386-409, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/20311>. Acesso em 19 de fevereiro de 2025.

LUIZ, Ronaldo Robson. O desenvolvimento histórico da Compreensão de Reino de Deus no Antigo Testamento. **Revista Vocacionar** [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1-12, nov. 2023. Disponível em: <https://periodicos.fstbnb.com.br/index.php/RevistaVocacionar/article/view/5>. Acesso em: 15 de maio de 2025.

MAIA, Tânia Maria Couto. O papel da apocalíptica no conceito de Reino de Deus. **Kairós**, Fortaleza, v. 8, n. 1, p. 29-42, 2011. Disponível em: <https://www.ojs.catolicadefortaleza.edu.br/index.php/kairos/article/view/194>. Acesso em: 15 de maio de 2025.

MAIA, Carlos Kleber; KUNZ Claiton André. As parábolas de Jesus: uma estratégia de Comunicação dos princípios do Reino de Deus. **Revista Batista Pioneira** [S. l.], v. 8, n. 1, p. 31-50, jun 2019. Disponível em: <https://revista.batistapioneira.edu.br/index.php/rbp/article/view/293>. Acesso em: 15 de maio de 2025.

ROJAHN, Evandro Roque. A temporalidade do Reino de Deus na pregação de Jesus a partir de alguns pensadores da teologia do Novo Testamento. **Revista Ensaios Teológicos**. Paraná, v.3, n.1, p.148-162, jun. 2017. Disponível em: <https://revista.batistapioneira.edu.br/index.php/ensaios/article/view/199>. Acesso em 19 de fevereiro de 2025.

RUPPENTHAL NETO, Willibaldo. O Reino De Deus Na Pregação De Jesus. **VIA TEOLÓGICA**, [S.l.], v. 21, n. 42, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fabapar.com.br/index.php/vt/article/view/179>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SANTOS, Leandro do. A formação sacerdotal à luz do Tríplice Múnus de Cristo. **Revista Teologia em Questão**, n. 33, p. 154-179, 2018. Disponível em: <https://tq.dehoniana.com/tq/index.php/tq/article/view/233>. Acesso em: 17 de dezembro de 2025.

SCOPINHO, Sávio Carlos Desan. O laicato na Conferência Episcopal Latino-Americana de Aparecida (2007). **Revista Eclesiástica Brasileira**, [S. l.], v. 74, n. 293, p. 78-102, 2014. Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/549>. Acesso em: 15 de maio de 2025.

SILVA, Maria Freire da. O laicato nos documentos do Concílio Vaticano II. **Revista Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 52, n. 1, p. 63-74, 2012. Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/260. Acesso em 15 de maio de 2025.

VANZELLA, José Adalberto. A importância da discussão sobre o Tríplice Múnus de Cristo. **Revista Teologia em Questão**, n. 33, p. 12-30, 2018. Disponível em: <https://tq.dehoniana.com/tq/index.php/tq/article/view/227>. Acesso em: 17 de dezembro de 2025.

Mestrados

GENEROSO SILVA, Mina Solange. **A relevância da historicidade de Jesus de Nazaré para a compreensão da mensagem do Reino de Deus**. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/18315>. Acesso em 10 de 2025.

GERALDO, Márcia Terezinha Cesar Miné. **Concílio Vaticano II: suas decorrências para a América Latina e o protagonismo do Laicato**. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=26853&idi=1>. Acesso em 15 de maio de 2025.

OCTAVIANO, Guilherme Franco. **Reino de Deus e a Igreja: pressupostos da liturgia cristã**. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/41275>. Acesso em 10 mar. 2025

PATUZZO, Izabel. **As parábolas do Reino: um estudo exegético de Lc 13,18-21**. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/23954>. Acesso em 10 mar. 2025

PIMENTEL, Ivany Dantas. **Aspectos histórico-teológicos da pregação de Jesus sobre o Reino de Deus**. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/18278>. Acesso em 10 mar. 2025.

SILVA, Weliton Angelino da. **O meu Reino não é deste mundo (Jo 18,36): O Reino de Deus no quarto Evangelho**. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/24682>. Acesso em 10 mar. 2025.